

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

IEL – Instituto de Estudos da Linguagem

Departamento de Lingüística

**O DISCURSO DA ESTILÍSTICA NA HISTÓRIA DA PRODUÇÃO GRAMATICAL
E NA CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL**

Élcio Aloisio Fragoso

TESE DE DOUTORADO

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Campinas

Março de 2006

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

IEL – Instituto de Estudos da Linguagem

Departamento de Lingüística

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Élcio Aloisio Fragoso e aprovada pela Banca Examinadora.

Campinas, 21 de março de 2006.

**O DISCURSO DA ESTILÍSTICA NA HISTÓRIA DA PRODUÇÃO GRAMATICAL
E NA CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL**

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi
Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues
Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva
Profa. Dra. Bethania Sampaio Corrêa Mariani
Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini
Prof. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (suplente)
Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (suplente)
Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo (suplente)

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Campinas

Março de 2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL – Unicamp

CRB 8/6934

F842d

Fragoso, Élcio Aloisio.

O Discurso da estilística na história da produção gramatical e na constituição da língua nacional / Élcio Aloisio Fragoso. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Idéias lingüísticas - História. 3. Estilística. 4. Língua nacional. 5. Ensino. I. Orlandi, Eni Puccinelli, 1942-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: The discourse of the stylistic in the history of grammatical production and in the constitution of the national language

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse analysis; Linguistic ideas - History; Stylistic; National language; Teaching.

Área de concentração: Análise do Discurso.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues, Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva, Profa. Dra. Bethania Sampaio Corrêa Mariani, Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini, Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (suplente), Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (suplente) e Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo (suplente).

Data da defesa: 21/03/2006.

Tese de Doutorado defendida em 21 de março de 2006 e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos Profs. Drs.:

Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (orientadora)

Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues

Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva

Profa. Dra. Bethania Sampaio Corrêa Mariani

Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (suplente)

Proa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (suplente)

Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zuccolillo (suplente)

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Eni Orlandi, quem me orientou sobre a Análise de Discurso, colocou-me no mundo acadêmico e por quem tenho grande admiração. Sem dúvida, agradecê-la é muito pouco, porque temos em seus trabalhos a sustentação (a base) de uma proposta teórica para uma nova via de reflexão crítica sobre a linguagem, por ela inaugurada aqui no Brasil. Sem a qual nossa fala não teria escuta.

À Profa. Dra. Mônica G. Zoppi-Fontana, pela atenção que nos dispõe e pela forma acolhedora de receber seus alunos. É assim que posso resumir seu profissionalismo durante o período em que cursava suas disciplinas e me qualificava para o cumprimento deste programa. Em especial, quando concordou com que eu fizesse um texto em cima de minhas questões (voltado para minha tese) para a qualificação de área.

À Profa. Dra. Suzy M. Lagazzi-Rodrigues e Profa. Dra. Claudia R. C. Pfeiffer que me acompanharam neste percurso acadêmico, contribuindo decisivamente à conclusão de mais esta etapa. Incluem-se aqui as disciplinas cursadas tanto em relação à Análise de Discurso, quanto em História das Idéias Lingüísticas. Da qualificação de área vieram questões que abriram para outras questões, movimento discursivo necessário, que fizeram com que eu percebesse e compreendesse a dimensão de meu objeto, sem que perdesse de vista as minhas perguntas específicas, colaborando assim na constituição deste trabalho.

À Profa. Dra. Bethania S. C. Mariani e Profa. Dra. Mariza V. da Silva, pois foi um prazer conhecê-las e ouvi-las em minha defesa. E também pelas observações e sugestões de como fazer o meu texto circular e produzir efeito no Ensino.

Ao Prof. Dr. Lauro J. S. Baldini, pelas suas observações críticas que muito contribuíram para a redação final deste trabalho.

À Profa. Dra. Carolina Rodríguez, pela precisão em suas observações tão pertinentes na qualificação de tese.

À Profa. Dra. Rosângela Morello, pelas suas palavras certas e sábias que marcaram nossas conversas.

Ao Prof. Dr. Eduardo R. J. Guimarães, pois aprendi muito cursando suas disciplinas e assistindo suas conferências e seminários sobre seus estudos do Português no Brasil. E também pelas suas valiosas contribuições nas qualificações tanto de área, quanto de tese.

Ao pessoal do LABEURB, pela atenção e eficiência, sempre quando precisei.

Aos meus pais, Hilda e José, quem me deram a vida e me ensinaram a sua arte.

Ao Doni, Salete, Toni, Elaine e Carlos por fazerem parte da minha história e por termos uma história em comum.

À Karem e o Nenê. Pedro Henrique e o Caio.

À Eni Ilis Rivelino, a amiga que sempre soube me entender e que por ela tenho um grande carinho e também com quem tive longas conversas a respeito deste texto.

A todos que direta ou indiretamente estiveram presentes ao longo destes 4 anos, sabendo ou não de que se tratava, partilhando de minhas alegrias e angústias. Pela torcida!!!

Ao pessoal da secretaria da Pós que sempre me atendeu com muita paciência e respeito em seus esclarecimentos de ordem burocrática, em especial, a Rose.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida durante o período de março de 2002 a fevereiro de 2006, sem a qual não teria sido possível a realização do Programa de Doutorado em Lingüística.

RESUMO

Filiando-nos ao quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, nossa pesquisa constitui-se em um material em que se encontra de um lado, uma análise do discurso da estilística (sobre o estilo) na produção gramatical do final do século XIX, em relação ao processo de constituição da língua nacional e de outro, uma análise da estilística em relação aos estudos da língua portuguesa, no século XX.

Partindo do discurso da estilística (sobre o estilo) na produção gramatical do final do século XIX, procuramos principalmente descrever dois processos diferentes, relativamente à constituição da língua nacional. O primeiro, refere-se ao discurso da estilística (sobre o estilo) enquanto um efeito de sentido que vai nos individualizar em relação à nossa língua. O segundo, trata-se de compreender o discurso da estilística (sobre o estilo) em relação à constituição de uma estilística da língua nacional (um campo de saber sobre a língua), isto é, buscamos descrever a estilística em relação a uma estilística da nossa língua. Como veremos esta estilística é definida enquanto algo individual. Desse modo, as alterações na sintaxe regular são remetidas à ênfase dada pelo indivíduo para reforçar o pensamento. Essa é a estilística que vai se configurar em nossas gramáticas. No caso, esta estilística é o modo que a gramática encontra de anular o que não estaria em sintonia com o seu discurso lógico, garantindo assim a sua hegemonia. Dessa forma, essas alterações dizem respeito ao estilo e não à língua, ao pensamento racional, à gramática. Estas alterações aparecem “domesticadas” pela noção de estilo. O estilo torna-se necessário para evitar que se visualize que a lógica gramatical não é uma “verdade absoluta”. A gramática delimita o estilo para compreender a língua. Por outro lado, este discurso sobre o estilo nessas gramáticas constitui-se em um esboço de um estudo do modo singular de falar e

escrever a língua no Brasil. No entanto, é o discurso tradicional sobre o estilo que vemos se sobressair nessas gramáticas e que constituirá a referência para o desenvolvimento de um estudo (e do ensino) estilístico no Brasil. As gramáticas vão trabalhar com esta concepção tradicional de estilo. Ou seja, é esta concepção de estilo que vem “sobrevivendo” aos tempos pela tradição gramatical. Nessa direção, o ensino do estilo “combina” com o ensino da gramática. Mostraremos também outros estudos estilísticos realizados no Brasil que vêm de outras filiações (que não pela gramática tradicional).

Ou seja, partindo do final do século XIX, em que procuramos descrever a relação entre o discurso da estilística e a gramática, no processo histórico de constituição da língua nacional, nosso trabalho seguiu em frente com a análise de algumas obras sobre estilística, no Brasil, no século XX, visando observar o desdobramento desta relação (entre o discurso da estilística e a gramática), apontando para uma independentização da estilística.

E, para finalizar, queremos dizer que o discurso da estilística na produção gramatical do final do século XIX, mobilizava as figuras de sintaxe para realçar a materialidade lingüístico-histórica da língua nacional. Em outras palavras, o discurso da estilística de que estamos falando era fundamentalmente figuras de sintaxe. Portanto, procuramos caracterizar o discurso sobre o estilo nessas gramáticas. Que discurso é este, de que ele fala? Como veremos, ele vai mobilizar as figuras de sintaxe para o seu domínio.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Análise de Discurso. 2. História das Idéias Lingüísticas. 3. Estilo/Estilística. 4. Língua Nacional. 5. Ensino.

ABSTRACT

Starting from the theoretical perspective of the French School of Discourse Analysis, this research is constituted in a material that it is on a side, an analysis of the discourse of the stylistic (about the style) in the grammatical production of the end of the 19th century, in relation to the process of constitution of the national language and other, an analysis of the stylistic in relation to the studies of the portuguese language, in the 20th century.

Taking the discourse of the stylistic (about the style) in the grammatical production of the end of the 19th century, we tried mainly to describe two different processes, relatively to the constitution of the national language. The first, refers to the discourse of the stylistic (about the style) while a sense effect that will individualize us in relation to our language. The second, is understood the discourse of the stylistic (about the style) in relation to the constitution of a stylistic of the national language (a field of knowledge on the language), that is, we looked for to describe the stylistic in relation to a stylistic of our language. As we will see this stylistic it is defined while something individual. The alterations in the regular syntax are remitted to the emphasis given by the individual to reinforce the thought. This is the stylistic that will configure in our grammar. In the case, this stylistic is the way that the grammar finds of “annulling” what it would not be in syntony with your logical/rational discourse, guaranteeing the your hegemony. Thus, those alterations concern to the style and not to the language, to the rational thought, to the grammar. These alterations appear “domesticated” for the notion of style. The style becomes necessary to avoid that is visualized that the grammatical logic is not a “absolute true”. The grammar delimits the style to understand the language. On the other hand, this discourse about the style in those grammars is constituted in a sketch of a study in the singular way of to speak

and to write the language in Brazil. However, it is the traditional discourse about the style that we see it stands out in those grammars and that will constitute the reference for the development of a study (and of the teaching) stylistic in Brazil. The grammars will work with this traditional conception of style. In other words, it is this conception of the style that is “surviving” the times for the grammatical tradition. In that direction, the teaching of the style “combines” with the teaching of the grammar. We will show other stylistic studies also accomplished in Brazil that they come from other filiations (that not for the traditional grammar).

That is, starting of the end of the 19th century, in that we tried to describe the relationship between the discourse of the stylistic and the grammar, in the historical process of constitution of the national language, our work went straight ahead with the analysis of some works on stylistic, in Brazil, in the 20th century, seeking to observe the unfolding of this relationship (between the discourse of the stylistic and the grammar), appearing for an independence of the stylistic.

And, to conclude, we want to say that the discourse of the stylistic in the grammatical production of the end of the 19th century, mobilized the syntax figures to enhance the linguistic-historical materiality of the national language. In other words, the discourse of the stylistic that are speaking it was fundamentally syntax figures. Therefore, we tried to characterize the discourse about the style in those grammars. What discourse is this, that it speaks? As we will see, it will mobilize the syntax figures for your domain.

KEY WORDS: 1. Discourse Analysis. 2. History of the Linguistic Ideas. 3. Style/Stylistic. 4. National Language. 5. Teaching.

SUMÁRIO

Apresentação.....	17
Introdução	
O ponto de vista determina o objeto.....	25
1. O Discurso da Estilística: Efeito de Sentido da Singularidade da Língua Nacional.....	35
2. Estilística: Um Discurso Relativo à História da Nossa Língua e da Nossa Sociedade.....	63
2.1. A Sintaxe.....	79
2.2. O Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil.....	93
3. Análise da Estilística.....	101
4. Análise das Figuras de Sintaxe.....	127
5. A Estilística de M. Rodrigues Lapa.....	153
6. Estética da Língua Portuguesa, de Joaquim Ribeiro.....	185
7. Contribuição à Estilística Portuguesa, de J. Mattoso Camara Jr.....	197
Conclusão.....	205
Bibliografia.....	209

APRESENTAÇÃO

Nosso trabalho pretendeu fazer, pela via da Análise de Discurso de linha francesa, uma reflexão crítica sobre o discurso da estilística na produção gramatical brasileira do final do século XIX. Para além da evidência de que o estilo é o modo próprio de cada indivíduo falar e escrever, queremos tratar do estilo enquanto um fenômeno lingüístico que instaura novos sentidos relacionados à língua nacional, daí entendermos o discurso da estilística e a constituição da língua nacional ao mesmo tempo. Nessa direção, a língua nacional representava a Individualização do Estado brasileiro.

Não ficaremos na evidência deste discurso sobre o estilo.

Neste trabalho, colocamos em discussão o discurso da estilística numa tentativa de querer compreender esta diversidade que os estudos gramaticais do final do século XIX não davam conta, mas que reclamava por sentidos. Nessa direção, o discurso da estilística deve ser pensado junto às teorizações lingüísticas, visto que esta diversidade não entrava na descrição gramatical. Desse modo, relacionamos o discurso da estilística à diversidade que se podia notar na língua nacional. Nesse sentido, o discurso da estilística interessa aos estudos lingüísticos em geral e aos estudos que se dedicam a observar a constituição da língua nacional brasileira, em particular. O discurso da estilística abre para questões relativas à diversidade da língua enquanto que a gramática se interessa em descrever uma língua segundo a “verdade” (a lógica) do pensamento, dado o modo como esta se constitui (afetada pelo racionalismo).

Portanto, o que significa falar da estilística no quadro das reflexões lingüísticas no final do século XIX e mais especificamente no âmbito dos estudos relativos à história da constituição da nossa língua? Foi por esta via que procuramos analisar o discurso da

estilística em gramáticas brasileiras do final do século XIX. Buscamos traçar o desenvolvimento histórico desse discurso paralelamente aos estudos lingüísticos e aos estudos da língua nacional.

Não pretendemos com este trabalho realizar um estudo exaustivo sobre a estilística que desse conta dos diferentes autores e das diferentes abordagens sobre este assunto. Não faremos um estudo historiográfico da estilística. Não estamos realizando com esta pesquisa um tratado sobre estilística. Por outro lado, interessou-nos observar que o discurso sobre o estilo no final do século XIX é definido em relação à gramática, ele está preso à gramática. O discurso da estilística, que mobiliza as figuras de sintaxe, torna visível que sua regularidade é dada pela gramática. A gramática reserva à estilística o lugar da emoção. O estilo é visto pelo viés da gramática (pois somente a ela cabe dizer o que é gramatical e o que não é, e ela o faz julgando o que não é gramatical como erro, irregularidade, etc.). Portanto, esta divisão entre a gramática e o estilo confere à gramática a voz para decidir o que é gramatical e o que não é, isto é, a gramática tem o controle absoluto do que pode ser dito e do que não pode, neste momento em que estamos analisando-as. De nossa parte, diríamos que esta divisão entre a razão (a gramática) e a emoção (o estilo) não resiste a uma análise que não pretende ficar nas ilusões que este par carrega. Esta divisão não deixa ver nada fora dela.

Que emoção é esta que recobre a noção de estilo? Que sentido é este que é dado para o estilo? A gramática, nessa direção, sustentava-se na razão, por isso o discurso da estilística ter pouca importância e ocupar um espaço pequeno, no seu interior. Portanto, a gramática se colocava na posição de poder dizer o que era aceito/correto em matéria de língua e o que não era. Nesse sentido, esta divisão entre a gramática e o estilo deixa ver o domínio da razão como condição histórica da constituição deste objeto (a gramática). Dessa

forma, o racionalismo gramatical era o efeito dominante, enquanto que a estilística ficava “relegada” à emoção. Referir-se a este quadro histórico nos desloca da evidência de que existe esta divisão interna à gramática. Por outro lado, compreendemos também que esta divisão aparente apagava o conflito entre a língua portuguesa (unidade) e a constituição da língua nacional (diversidade).

O objetivo central deste trabalho é analisar qual a relação que existe entre a gramática e a estilística na constituição da língua nacional. A partir daí, desenvolvo minhas reflexões, procurando descrever os aspectos históricos e políticos que ligam e desligam estes dois discursos produzindo o efeito de uma unidade imaginária para a nossa língua. Levanto a hipótese também de que o discurso sobre o estilo vai produzir certos efeitos para a língua nacional, quando ele fala em um modo individual de falar e escrever. Falaremos então de um discurso gramatical sobre o estilo, apagando-se assim o fenômeno do estilo, fato lingüístico relacionado à individualidade da nossa língua. É esta a análise que buscamos realizar nesta tese. A gramática se limita a apresentar o estilo, separando-o do que é aceito como regular, que é o lógico, o racional. Desse modo, o estilo não está para a razão, por isso ele ser considerado irregularidade pela gramática (lugar em que o racional encontra base para sua sustentação).

Em seguida, apresentamos como se desenvolveram os estudos sobre estilística no Brasil, já no século XX, a partir de três autores específicos, enquanto um estudo que visa uma descrição da língua portuguesa. Desse modo, procuramos mostrar o desdobramento do estudo sobre o estilo (a constituição de uma estilística) no Brasil, externo à gramática e enquanto uma via de reflexão sobre a língua portuguesa.

Trata-se de buscar na estilística uma via para discussão da língua no Brasil, tanto no momento de sua constituição, no final do século XIX, quanto no momento em que se toma

a estilística como um aspecto da língua portuguesa, no século XX, visando a descrição dessa língua.

Esta independência da estilística mostra também que a gramática perdia a sua autoridade de ser o único lugar de poder falar da língua e mais ainda, a estilística rebatia o que é o ponto central da gramática: a tendência para considerar uma só forma correta. Entretanto, a estilística dava continuidade aos trabalhos que visavam o ensino na arte de escrever bem, com elegância, como é o caso da obra de Rodrigues Lapa.

No final do século XIX, vemos que a estilística é dependente da gramática, sendo regulada por esta, no século XX, ela se torna uma disciplina da língua portuguesa com seu próprio objeto.

Nosso objetivo, ao analisar o discurso da estilística, concentrou-se, principalmente, em compreender o modo de constituição histórica do sujeito brasileiro (sua subjetividade). Dessa maneira, pudemos observar nesse discurso os efeitos de outros discursos (pensando de um modo mais amplo, faz parte das condições de produção deste discurso a nossa independência política, a própria constituição da gramática neste cenário político específico, com suas filiações e seus valores – de verdade, etc. – que vai nos interpelar de um certo modo) que estavam funcionando enquanto determinações históricas na constituição de uma forma-sujeito histórica, que é a do brasileiro. O discurso da estilística vai nos mostrar um sujeito interpelado pela “emoção” e não pela “razão”, de onde falaremos em efeito de uma individualidade e não de uma individualidade inerente. O grande objetivo deste trabalho é deslocar a noção de estilo que aparece ligada à individualidade própria. Portanto, buscamos compreender os efeitos desta individualidade no discurso da estilística, em relação à constituição da nossa língua e do seu sujeito. Nesse sentido, este efeito de individualidade é constitutivo de nossa identidade nacional. Há uma

série de questões em confronto nas gramáticas brasileiras do final do século XIX, resultantes das condições históricas em que elas foram produzidas: *o cientificismo x o normativismo; a língua nacional x a língua portuguesa; a unidade x a diversidade; o gramatical (o universal) x o individual; o racional x o emocional*; etc. É em meio a estes conflitos que o sujeito brasileiro se constitui, conforme tentamos mostrar através das análises que realizamos acerca do discurso da estilística (sobre o estilo).

Desse modo, procuramos observar esta individualidade (de um sujeito nacional), traçando sua história, evitando com isso confundir esta noção com o modo como ela é tratada pela subjetividade.

O discurso da estilística evidencia que o estudo gramatical é insuficiente, tendo em vista a complexidade de seu objeto. Evidencia também que o estudo gramatical pode ser contestado, pois ele apresenta contradições. Ele traz a questão da individualidade que se contrapõe à língua de todos (coletiva), tal qual é definida e formulada pela gramática. Há uma contradição inerente entre a gramática e a estilística que é apagada para evitar falhas no discurso gramatical.

Analizamos também três autores que desenvolveram estudos sobre a estilística, já no século XX, mostrando que este objeto se tornava independente da gramática, e no caso de Mattoso Camara, a estilística constituiu um lugar para este autor pensar o objeto da lingüística – a língua (enfocando a língua portuguesa), trazendo para a discussão o que Saussure havia deixado de fora na constituição deste objeto.

Pretendemos com este trabalho auxiliar na leitura de nosso objeto de estudo, fornecendo elementos que desloquem o leitor de uma interpretação (evidente) que está colada a este discurso. Produzimos uma leitura, da perspectiva da história da língua no

Brasil, para o discurso da estilística, perspectiva esta aberta pelo projeto História das Idéias Lingüísticas, no Brasil.

Por outro lado, interessou-nos também demarcar a constituição de um estudo sobre a língua nacional, relativo ao seu caráter próprio, ao seu gênio, à sua singularidade. Desse ponto de vista, a estilística não é apenas um estudo que realça a individualidade de quem escreve, mas ela constitui-se em um estudo que constrói o lugar da subjetividade (que é histórica) da língua nacional. O discurso sobre o estilo fazia alguma coisa ali (estamos falando do seu funcionamento político). Nesse sentido, o discurso sobre o estilo reivindicava uma individualidade própria para a língua nacional. A construção de uma estilística da nossa língua deve ser pensada em relação à construção do efeito de unidade imaginária da mesma.

Foi esta a abordagem que demos para o discurso da estilística em nosso trabalho. Visamos contribuir, com as análises que fizemos, para uma reflexão do ensino da estilística nas escolas, que se limita a relacionar este discurso ao que é individual (ao que é próprio àquele que fala ou escreve), afetivo, sentimental, etc. Esta filiação acerca da concepção de estilo vem pela gramática.

Trouxemos para nossas análises noções que são centrais para o tipo de reflexão que fizemos, como a de *sujeito, efeito de sentido, discurso, ideologia, subjetividade, língua*, entre outras.

Por fim, o estudo que tentamos desenvolver neste trabalho procurou relacionar o discurso da estilística à constituição da língua nacional. Esta via que buscamos abrir para a compreensão deste objeto amplia a nossa visão sobre o mesmo, na medida em que trazemos para o centro de nossas discussões questões relativas ao sujeito e à língua que se podem apreender junto à constituição do discurso da estilística.

É esse tratamento que demos ao nosso objeto que vai particularizar nosso trabalho.

INTRODUÇÃO

O ponto de vista determina o objeto

Faremos a seguir algumas considerações de ordem epistemológica para situar nossa filiação teórica à metodologia da Análise de Discurso na linha de Pêcheux e Eni Orlandi.

Os estudos efetuados sobre a língua em sua maioria olham para este objeto dentro já de um “realismo”, ou seja, partem de um objeto imaginário (a realidade evidente deste objeto), de um objeto já interpretado (eles não se interessam pela constituição de seu objeto), mas acreditam estar descrevendo-o em si mesmo, já que são pegos por esta evidência (é a ilusão referencial conforme nos diz Pêcheux, 1995), isto é, reproduzem esta evidência ideológica, e que, a todo tempo, eles se deparam com obstáculos (isto é, entram em contradições), mas que logo cuidam de eliminá-los, pois estes são considerados “erros” (dificuldades) e devem ser superados. Em outras palavras, estes estudos ficam em uma análise empírica¹ do objeto (desta posição, a empírica, o objeto é reflexo direto de uma realidade, interessando a análise de fatos numa relação de causalidade). Eles se iludem com seus objetos. Desse modo, criaram-se teorias em torno da língua, cada uma segundo o seu recorte. Não acreditamos que estas teorias realizaram um estudo neutro e imparcial sobre a língua. São disciplinas puramente “experimentais”.

Todas estas teorias desejam superar seus “problemas”, suas “deficiências”. Trata-se do idealismo (da vontade de uma verdade), da busca de uma verdade, da tentativa de “apaziguar” essa tensão. Dessa maneira, elas estão sempre na ilusão de que partem de um objeto concreto (que existe na sua essência), único, homogêneo que vai determinar suas análises (o objeto determina a análise).

¹ A filosofia empirista valorizava a experiência como fonte de conhecimento. É pela experiência que se chega ao conhecimento.

Não se pode ignorar o fato de que muitos já pensaram este objeto (a língua), e isto configurou uma certa memória para ele (a). Tudo o que já foi falado sobre a língua, configura a memória discursiva deste objeto. Os conceitos sob os quais uma teoria se sustenta não são neutros, eles já recortam o olhar sobre o objeto, visando (limitando já) responder às questões feitas ao objeto dentro deste recorte. Vemos, então, que é o objeto em si que se acredita estar descrevendo, quando, na verdade, se está no seu imaginário.

Deste ponto de vista, a análise busca descrever o objeto como um todo (já que se pensa em um objeto “concreto”), visando a sua compreensão total. Ainda dessa posição, a observação e a imparcialidade são as condições fundamentais para uma descrição precisa (exata) do objeto. Esta observação e esta imparcialidade levam ao conhecimento (científico) do objeto. Estas teorias, neste caso, constituem “descrições neutras” (baseadas nas observações, na experiência) sobre um certo objeto, ou seja, o objeto é aquilo que está sendo observado, descrito, “representado”. É interessante destacar a superioridade (a supremacia) do objeto em relação à teoria (a análise) e a neutralidade da análise para se chegar a uma compreensão exata/total do objeto. Esta neutralidade, portanto, para nós, é um procedimento para a produção do conhecimento.

De nossa parte, acreditamos que esta busca pela compreensão (pelo conhecimento) do objeto não seja tão direta como se imagina, pois se trata do conflito entre o objeto real e o objeto de conhecimento. O teórico nunca é o real, ele é um lugar para se falar do real. A descrição do objeto se dá de acordo com a imagem que fazemos dele ou de uma “parte” dele, pois o objeto real nós não o conhecemos, apenas nos deparamos com ele. Olhamos para o nosso objeto por um certo ângulo que muitas vezes não nos damos conta desta interpelação ou filiação. É preciso um certo procedimento para a produção do conhecimento. As teorias, desta perspectiva, produzem um certo conhecimento sobre o

objeto real, a partir de um método que já o recorta. Não nos relacionamos com o objeto real, mas sim com suas representações, isto é, com suas interpretações. Através da teoria, chegamos no objeto de conhecimento. Abandona-se a idéia ou a ilusão da descrição de um objeto total. O método está inscrito no próprio modo de enunciação dos conceitos, das descrições, etc. Dessa posição, ao contrário, pensa-se que é a teoria que constrói o objeto. Ou seja, a partir de uma posição ideológica, um certo conhecimento será produzido, respondendo às perguntas formuladas dentro desta formação ideológica.

Quando se pensa a constituição do conhecimento desta perspectiva, é o ponto de vista que constrói (determina) o objeto, conforme já dissemos. Vale dizer que os estudos científicos ficam na ilusão de conhecer o seu objeto na sua totalidade e na sua origem (olhando para sua interioridade), recorrendo ora à sua natureza, ora à sua história evolutiva, etc. Para nós, este fazer ciência não é tão “natural” e “frio” quanto parece. A prática de fazer ciência está articulada a um método e a uma ideologia que regulam o que fazer, o como fazer e o porquê fazer.

A teoria da Análise de Discurso não cai nessas armadilhas (o idealismo, o empirismo, o psicologismo, etc.) ao definir seu objeto de estudo. Ela permite ver essas fronteiras. Pelo contrário, ela se constitui em uma disciplina que critica essas concepções de linguagem. Ou seja, A Análise de Discurso critica essas tendências que se podem notar nas teorias lingüísticas.

Para facilitar a leitura e conseqüentemente para uma melhor compreensão das análises que empreendemos neste trabalho, apresentaremos um resumo de suas partes (seus capítulos).

No primeiro capítulo, procuramos deslocar a noção tradicional de estilo que é dominante nas gramáticas brasileiras do final do século XIX, e em seguida buscamos instaurar um outro lugar de reflexão/compreensão para este objeto de uma perspectiva discursiva. Tentamos romper com a sua ideologia (interpretação) fixada pelo discurso literário. Este deslocamento também tem o propósito de possibilitar avanços nos estudos que se dedicam à descrição da história da língua no Brasil (tais como aparecem desenvolvidos, especificamente, pelo projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas”). Nessa direção, falar do estilo, como estamos propondo, não significa falar da mesma perspectiva que a gramática destinava a ele. O estilo está relacionado à nossa individualidade histórica nacional e não ao modo próprio de falar e escrever, conforme se pode ler nessas gramáticas do final do século XIX. Nos estudos desenvolvidos por este projeto, a história não é vista como sendo linear, acumulativa, etc. Foi nesta direção que realizamos nossos estudos sobre o estilo. Buscamos articular o fenômeno do estilo ao processo histórico de transformação da língua portuguesa no Brasil. Mais especificamente falando, entendemos que a presença da estilística (do discurso sobre o estilo) nas gramáticas brasileiras do final do século XIX é uma questão política, uma vez que ela mostra o rompimento da nossa língua com o português de Portugal, apontando às suas singularidades.

Desse modo, buscamos relacionar o efeito de estilo ao efeito de língua nacional. O discurso da estilística apontou às singularidades da nossa língua.

Nesse primeiro capítulo, também situamos o nosso objeto de estudo específico: a estilística. Ou seja, descrevemos as condições específicas (suas regularidades) de produção deste discurso.

Uma vez definido nosso objeto, iniciamos um trabalho de interpretação sobre o mesmo em que consideramos a sua constituição histórica. A interpretação deste objeto, na verdade, consistiu em descrever o seu funcionamento político/ideológico, isto é, a materialidade lingüístico-histórica da língua nacional. O discurso da estilística, nas condições históricas em que o analisamos (o processo de gramatização do português brasileiro, conforme Guimarães, 1996b: 136), constitui-se em um gesto de interpretação da língua nacional. Este discurso, como veremos, legitima o efeito de sentido da língua nacional. Ele ressalta as singularidades desta língua.

Enfim, neste capítulo nos detivemos na análise do efeito de sentido da singularidade, fixado pelo discurso da estilística à língua nacional.

No segundo capítulo, nosso objetivo principal foi compreender a estilística enquanto um dos processos discursivos que descreveu a língua nacional a partir da segunda metade do século XIX. Procuramos defini-la em relação ao processo de constituição da língua nacional, ou seja, a estilística participa da construção de uma unidade imaginária para a língua nacional.

Nesse sentido, entendemos que o discurso da estilística definiu o “caráter” da língua nacional. Este discurso representou a emergência de se teorizarem as transformações históricas da língua portuguesa no Brasil.

O discurso da estilística explicitou o movimento da língua portuguesa no Brasil. Trata-se de um discurso que materializou os sentidos da nossa língua. Uma língua que enfatizava o “caráter” do nosso povo, o “pensamento” do povo que a falava. É esta a imagem que vemos ser construída para a língua nacional: uma língua “individual”, “afetiva” e não uma língua de cunho social.

Portanto, nesse capítulo, interpretamos a estilística como um discurso que se preocupou em teorizar a língua nacional. Ele é, portanto, um discurso sobre a língua nacional. Procuramos descrever a estilística enquanto um discurso que está na base do processo de constituição da língua nacional. Este discurso vai mudar a história da língua portuguesa no Brasil, pois ele rompe com o português de Portugal. A constituição deste discurso está articulada ao processo de constituição da nossa língua. O discurso da estilística cria condições para a constituição de uma história própria à nossa língua. Este discurso introduz um estudo sobre a singularidade da língua nacional, isto é, ele introduz uma teorização para a língua nacional. É esta a dimensão histórica do discurso da estilística, enquanto um conhecimento produzido sobre a língua nacional, que buscamos descrever neste segundo capítulo.

Analizamos o discurso da estilística da posição histórica da língua no Brasil.

No terceiro capítulo, procuramos analisar o discurso gramatical (o seu funcionamento normativo) e o discurso da estilística, considerando o imaginário de língua que estes discursos colocam em funcionamento (uma língua culta, no caso do discurso gramatical e uma língua expressiva, no caso do discurso da estilística) e a relação (contraditória) existente entre eles.

Para nós, esta “língua expressiva”, explicitada pelo discurso da estilística, marcava o rompimento da nossa língua com a de Portugal.

Desta perspectiva, a estilística instaurava uma nova interpretação à língua em que esta aparecia investida de emoção, de energia. É este efeito que estamos chamando de singularidade da língua nacional. Portanto, foi assim que analisamos a dimensão histórica do discurso da estilística no interior das gramáticas brasileiras do final do século XIX. Enfim, mais que uma contradição entre uma língua objetiva/racional e uma língua

subjetiva/expressiva, entendemos que se tratava, na verdade, como já dissemos, da separação entre o português de Portugal e a língua nacional. É esta a historicidade do discurso da estilística que procuramos descrever.

De uma posição tradicional, pode-se dizer que o discurso gramatical traz a estilística enquanto um estudo que se ocupa em observar o modo próprio de cada indivíduo falar e escrever. Por esta via, a gramática garante a sua homogeneidade e a sua completude, imaginariamente falando.

No quarto capítulo, analisamos a parte das figuras de sintaxe e do estilo em duas gramáticas do final do século XIX com filiações bem diferentes, mas que se relacionam entre si, conforme pudemos verificar. São elas: *Grammatica Portugueza* (1881, 13^a ed. 1919), de Júlio Ribeiro e *Grammatica Portugueza* (1887, 3^a 1889), de João Ribeiro.

Nosso interesse maior foi observar como nestas gramáticas estas noções aparecem teorizadas em relação à constituição da língua nacional. A gramática de João Ribeiro cria condições para estudos sobre a língua em nosso território. Este autor constrói, por exemplo, um lugar para o estudo das figuras de sintaxe e do estilo na gramática sem relacioná-lo ao erro, às incorreções. Júlio Ribeiro, ao contrário, não se desloca da posição normativa da língua, sendo, portanto, mais rígido (por conta de sua própria filiação) em suas formulações e mais lógico quanto aos seus objetivos. Desse modo, muitas de suas noções se remontam (se sobrepõem) por conta de uma certa indefinição, em relação à sua filiação teórica, pois embora ele tenha evocado uma filiação científica para sua gramática (em que teríamos a exposição de fatos da língua), é a gramática normativa (em que se encontra um conjunto de regras de bem falar e escrever) que ele realiza de fato (cf. Guimarães, 2004:67). É o que acontece, por exemplo, na parte em que ele discorre sobre o estilo.

Para além de uma discussão em que interessasse dar relevância para uma teoria em detrimento de outra, por entendermos que esta teoria melhor dá conta dos fatos lingüísticos da época, ou de declarar maior afinidade com um autor (gramático) em relação ao outro, nosso objetivo aqui é compreender como se deram os estudos gramaticais (visando traçar o esboço da história de suas filiações e de suas relações) no Brasil, no final do século XIX, relativamente ao processo de constituição da língua nacional.

Procuramos analisar qual a relação entre a filiação teórica destes autores com o processo de gramatização do português brasileiro (Guimarães, 1996b: 136). Que efeitos estas teorias produziram na constituição da língua nacional?

Neste capítulo, procuramos descrever também a dominância do efeito normativo em gramáticas como a de Julio Ribeiro, resultando em uma certa referência para a nossa língua. Mas isso se ficarmos nesta evidência, pois conforme mostraremos as figuras de sintaxe realizam fortes mudanças na língua portuguesa, as quais relacionamos à constituição de uma língua nacional.

Na seqüência, analisamos três autores já no século XX que refletiram sobre a estilística, ou seja, que realizaram um estudo sobre a estilística da língua portuguesa, descrevendo suas filiações teóricas. Buscamos com esta análise enfocar a estilística enquanto um campo de saber sobre a língua, da perspectiva da história da língua no Brasil. Por outro lado, esta análise espera também contribuir com os estudos sobre a linguagem em geral. A ordem da apresentação de nossas análises/reflexões referentes às obras selecionadas não corresponde necessariamente com a de suas publicações. Esta análise nos interessou particularmente por levarmos em conta os estudos sobre a significação da linguagem no Brasil. Portanto, através da análise destas obras verificou-se o movimento (as relações) das idéias lingüísticas no Brasil. Nesse sentido, procuramos descrever as relações

teóricas (as filiações) que estão na base da constituição destas idéias lingüísticas, buscando mostrar com isso que nossos estudos lingüísticos têm a sua própria história (fizeram o seu próprio percurso), mas que muito dessa história passa como evidente/transparente.

Começamos pela obra Estilística da Língua Portuguesa, de M. Rodrigues Lapa, em seguida, passamos para a obra Estética da Língua Portuguesa, de Joaquim Ribeiro e, finalmente, chegamos na obra Contribuição à Estilística Portuguesa, de J. Mattoso Câmara Jr.

Nossas análises procuraram mostrar que o discurso de Rodrigues Lapa não deve ser entendido nele mesmo, mas enquanto um efeito de sentido em que conta decisivamente a posição teórica deste autor (sua filiação teórica). Portanto, procuramos não ficar nas evidências deste discurso, onde a expressividade/a afetividade estaria diretamente ligada ao estilo individual (à língua individual) de cada escritor. Buscamos compreender esta expressividade discursivamente, e concluímos que ela, como todo fato de linguagem, é historicamente determinada, ou seja, a questão do estilo não se reduz simplesmente ao que é individual, no sentido de ser original/natural. Resta-nos observar a especificidade dessa expressividade como uma via de reflexão sobre a linguagem. Trata-se, ao invés disso, de descrever as condições de produção que são constitutivas do próprio ato de dizer. Por outro lado, este expressivismo que recobre o discurso estilístico deste autor é efeito da sua filiação teórica à gramática tradicional. A análise do discurso deste autor nos levou a compreender um pouco melhor o problema da significação na sua relação com a linguagem. Nossa análise pretendeu explicitar as determinações que são constitutivas do modo como este autor vai refletir sobre seu objeto. Desse modo, é preciso assinalar que há ordens discursivas em relação à prática reflexiva teórica. As teorias vão se constituindo em um jogo de relações.

Por outro lado, a obra Estética da Língua Portuguesa, de Joaquim Ribeiro vai relacionar o estético às transformações históricas de uma certa língua. Ele entende as transformações por que passa uma certa língua como uma tendência ao estético. Nesse caso, o próprio povo é o artista da língua, pois é ele que a transforma. A língua é criação do povo. Este autor também ressalta a importância da cultura na sua reflexão sobre o estético. Portanto, vemos que ele se filia à perspectiva histórico-cultural dos estudos da linguagem.

Em relação à obra Contribuição à Estilística Portuguesa, de Mattoso Câmara, cabe-nos destacar o esforço deste autor em trazer para a compreensão da língua o que Saussure excluiu quando definiu seu objeto de estudo. Nesse sentido, Mattoso Câmara pretendeu uma ampliação do campo da lingüística. Para isso, ele se fundamenta na conceituação das funções essenciais da linguagem firmadas por Karl Bühler.

1. O DISCURSO DA ESTILÍSTICA: EFEITO DE SENTIDO DA SINGULARIDADE DA LÍNGUA NACIONAL

Entendemos que a língua portuguesa passa a ser uma questão brasileira no momento em que nossos escritores, gramáticos e lexicógrafos tornam-se autores (cf. Orlandi, 2000) por realizarem este gesto de interpretação sobre a língua em território nacional. E a constituição desta autoria está fortemente ligada ao estabelecimento do poder político (a Independência e a República) do qual ela seria a representação, através da constituição de saberes cuja forma material era a manifestação própria deste poder. Mais do que serem autores de suas obras², eles participavam da construção do Estado e do sujeito brasileiros, através da constituição de instrumentos lingüísticos necessários, pois estes representaram a identificação entre povo, língua e nação. Trata-se do processo de gramatização³ do português brasileiro⁴. E isto é particularidade do século XIX.

Visando dar continuidade às pesquisas realizadas pelo projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas” (em sua nova fase) em que se busca interpretar os fatos próprios da língua portuguesa no Brasil, considerando os elementos exteriores que constituem as regularidades históricas que conferiram à língua portuguesa

² Vale lembrar que Foucault (1996:26) entende o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. O autor para Foucault é aquele que presta conta da unidade de texto posta sob seu nome. Não foi com essa noção de autoria que realizamos nossas análises (cf. Fragoso, 2001) referentes aos autores românticos. Estes, não eram apenas autores de suas obras (na ordem do discurso literário), mas também autores da nossa língua – a nacional, na medida em que eles deslocavam o modo de escrever em relação a Portugal, legitimando a especificidade da nossa língua. Os escritores românticos realizaram o gesto de autoria da língua nacional.

³ Por Gramatização estamos entendendo “*o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário*” (AUROUX, 1992: 65).

⁴ Segundo Guimarães, a gramatização no Brasil se dá a partir da segunda metade do século XIX, em meio, inicialmente, a uma discussão sobre as diferenças entre o Português do Brasil e o de Portugal. (...) Para o Brasil, a gramatização surge como um procedimento de independência de Portugal. E se desenvolve tanto na busca de outras filiações teóricas que não as vindas somente através de Portugal, quanto na medida em que os estudos do Português no Brasil se dedicam a especificidades brasileiras do Português (Guimarães, 1996b: 136).

sentidos diferentes aqui no Brasil, o presente trabalho analisa o discurso da estilística em gramáticas brasileiras do final do século XIX, procurando observar o processo histórico de transformação, explicitado por este discurso, por que passou a língua portuguesa no Brasil.

Conforme já foi dito, no século XIX se dá a representação política da independência de nosso país através da construção de objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania (cf. Orlandi, 2001: 8).

A produção gramatical e literária está entre estes objetos que no século XIX representavam a unidade imaginária da nação e da língua.

Estes objetos vão produzir sentidos relacionados à formação de nossa sociedade. Nessa direção, eles são discursos cujos funcionamentos deslocam/transferem sentidos para a língua nacional.

Portanto, nosso interesse maior neste trabalho é observar e descrever a parte da estilística nas gramáticas brasileiras do final do século XIX, ou seja, no processo de gramatização do português brasileiro (Guimarães, 1996b: 136).

Neste trabalho, tendo em vista a relação entre a estilística e a gramática, no final do século XIX, não limitamos nosso objeto de estudo a uma análise estilística propriamente dita. Analisamos o discurso da estilística relativamente à nossa língua, observando a exterioridade constitutiva de uma referência para a língua nacional.

Interessou-nos descrever o funcionamento do discurso sobre o estilo (da estilística), em relação à produção gramatical (um discurso sobre a língua nacional) desta época e à constituição do efeito de sentido de singularidade produzido para a língua nacional.

O discurso da estilística descreveu a singularidade da língua nacional em relação à língua portuguesa. Este discurso ressaltou o caráter (o gênio) próprio desta língua e do povo que a falava. Estamos falando da materialidade lingüístico-histórica da língua nacional.

Tratava-se de um discurso que rompia com a ideologia do discurso sobre a língua portuguesa tradicional. Ele constituía-se em um discurso que explicitava o processo histórico de transformação da língua portuguesa em território nacional.

Para além do seu funcionamento estilístico, articulado ao discurso literário, que se filia à concepção de que o estilo é o modo peculiar de falar e escrever que tem cada homem (concepção canônica do estilo), queremos descrevê-lo enquanto uma prática discursiva, cuja regularidade deve ser buscada junto à da produção gramatical e literária do final do século XIX (à constituição de uma escrita e de uma escritura nacionais).

Nossa busca constituiu-se em definir o estilo em relação à concepção histórica da constituição da língua no Brasil. Dessa perspectiva, ele dava ênfase para o efeito de singularidade da língua nacional, por um lado, e para a constituição do sujeito brasileiro, por outro.

Procuramos, neste trabalho, descrever o efeito político e ideológico da singularidade da língua nacional – “uma língua expressiva” – no discurso da estilística da produção gramatical do final do século XIX. Este efeito mostrava também um sujeito que se individualizava, em relação à sua constituição histórica.

O discurso da estilística explicita o real da língua, isto é, a incompletude da língua.

Ele mostra a resistência de uma língua que não se deixa normativizar. Este discurso é o lugar onde retorna sempre o real da língua. A gramática evita lidar com esta questão “domesticando-a” com a noção de estilo. O que não está para a gramática aparece como sendo relativo à emoção. Desse modo, pretendemos realizar um estudo sobre o discurso da estilística que leve em conta essas questões, saindo da evidência desse discurso imposto pela gramática.

O discurso da estilística evidencia o confronto entre a língua gramatical, língua que deve ser aprendida por todos (uma língua comum a todos) e a língua individual, a língua tal qual ela é falada pelo povo. Queremos desconstruir a evidência de como este confronto é colocado nas gramáticas do final do século XIX, enquanto um confronto entre o que é regular (a língua gramatical lógica) e o que é considerado irregularidade, desvio dessa língua lógica, isto é, entre o que é gramatical e o que é estilo.

Que efeitos de sentidos podemos apreender neste discurso, em relação à constituição da nossa língua? Que noção de sujeito é formulada neste discurso? Em Júlio Ribeiro, encontramos uma definição de estilo, ligada à noção de “homem” (noção mais biológica). Que efeitos de sentidos o discurso da estilística está encobrindo, em relação à constituição da forma histórica do sujeito brasileiro? Sob quais determinações o discurso da estilística se constitui? O que podemos descrever deste discurso em relação à sua forma material, que é constitutiva da língua nacional? Que interpretação este discurso determinava para esta língua? Que efeitos de sentidos devemos buscar no discurso da estilística?

Queremos descrever o discurso da estilística enquanto um lugar em que se pode observar a relação entre a constituição de uma individualidade (histórica) para a nossa língua, que tem sua própria identidade, e a constituição de um sujeito nacional (sua identidade histórica), que tem a sua própria língua onde se encontra marcada a sua subjetividade histórica. Para nós, sujeito, língua e sentido constituem-se ao mesmo tempo.

Portanto, o discurso sobre o estilo está relacionado à necessidade de constituição de uma individualidade para a língua nacional. Este discurso dava a visibilidade de um sujeito que se individualizava junto com sua língua. Ele significava estar na língua nacional. Ele explicitava um sujeito que fala e escreve a sua língua (no sentido de ser a língua nacional)

Mais do que querer descrever nossa emotividade como o caráter próprio da nossa língua, que a torna uma “língua expressiva”, de uma perspectiva dos estudos estilísticos da língua, pretenderemos descrever esta emotividade enquanto o efeito de sentido que singulariza a língua nacional.

Nosso objetivo é descrever o funcionamento do discurso da estilística observando sua relação com o processo histórico de constituição da língua nacional. Tratando desta relação, necessariamente, outras noções serão mobilizadas por estabelecerem uma relação mútua: *sujeito nacional, subjetividade, língua nacional, identidade nacional, sentido, etc.*

Se, estamos falando do processo histórico de significação da língua nacional, é preciso que se observe também a relação entre sujeito e sentido neste processo. Nessa direção, podemos dizer que sujeito e sentido constituem-se mutuamente.

O discurso da estilística mais do que um discurso sobre as figuras de sintaxe, ele dá a visibilidade da constituição de sentido para a língua nacional e o sujeito brasileiro. Ele fixa certos sentidos para esta língua e não outros.

Este discurso coloca questões referentes à língua nacional, não sendo, portanto, apenas um discurso sobre o estilo. *Vemos também neste discurso um sujeito determinado pela sua “individualidade”*. O discurso da estilística traz na sua própria formulação, o efeito de sentido de uma língua tal como ela é falada individualmente, isto é, de uma língua relacionada aos seus falantes e que por isso mesmo ele materializa uma língua que é própria destes falantes, determinada pelo modo “próprio” de falar do brasileiro.

O discurso da estilística evidenciava um sujeito determinado pela sua própria língua (a nacional). Que fatores históricos e ideológicos compõem as condições de produção deste discurso em relação à constituição da nossa língua e da nossa sociedade? Podemos afirmar que este discurso tornava visível a construção de um país com sua língua e como nós somos

interpelados pela mesma e nos tornamos sujeitos. Ou seja, este discurso mostra o processo histórico de constituição do sujeito brasileiro.

Desse modo, o discurso da estilística não é só um discurso da individualidade (sua evidência), mas ele deixa ver os efeitos de outros discursos que estão funcionando em relação à constituição da nossa língua e de nossa subjetividade. O discurso da estilística faz parte do processo histórico de construção de sentidos para a língua nacional.

Não analisamos o discurso da estilística em relação a uma individualidade inerente àquele que fala ou escreve, mas sim em relação à construção do efeito de individualidade da nossa língua e de representação de uma unidade imaginária para a mesma.

Mesmo não dizendo, o discurso da estilística é manifestação de nossa construção enquanto sujeitos.

O discurso da estilística é um discurso que nos interpela pela “subjetividade”. Ele nos coloca diante do processo em que nos constituímos enquanto sujeitos.

Este discurso materializava a tensão histórica entre a língua nacional e a língua portuguesa.

Ele estabelecia uma forma própria de relação entre os sujeitos (determinados por um “pensamento” próprio) e a sua língua.

O discurso da estilística deslocava a relação do sujeito com a língua. Ele não só realçava a maneira de cada indivíduo falar e escrever, mas sim mostrava uma nova relação entre o sujeito (brasileiro) e a sua língua (a nacional). Este discurso põe em relevo o sujeito que fala/que “pensa” e não a língua. Tem-se, então, um discurso que argumenta pelo “pensamento”. Pode-se dizer que o discurso da estilística abre para uma nova relação do sujeito com a língua. Desta nova relação, vemos a constituição mútua de um sujeito e de uma língua. É nesse sentido que podemos falar de um povo que tem a sua língua própria.

Individualizando-nos, individualizamos também a nossa língua. Dessa perspectiva, o discurso da estilística é a representação política desta relação constitutiva (imaginária) entre sujeito e língua, conforme buscaremos descrever em nosso trabalho.

Este discurso vai realçar o “pensamento” do povo brasileiro e a sua “expressão” como uma língua individual/expressiva. É este o efeito que estamos chamando de língua nacional, produzido pelo discurso da estilística, e que procuramos descrever neste trabalho.

O discurso da estilística nos leva a compreender a constituição da nossa sociedade e da nossa forma-sujeito histórica. Ele dá a visibilidade de um país que tem a sua própria língua. Este discurso deve ser remetido à construção da unidade imaginária da nossa língua. Resumindo, ele dá a visibilidade de uma interpretação da nossa língua e da formação de nossa sociedade.

O discurso da estilística é parte da constituição da nossa sociedade.

Este discurso é a parte da gramática que introduz o sujeito falante na língua. Nele, vemos que o sujeito falante é o autor da língua que fala.

O discurso da estilística não se constitui em uma descrição imóvel da língua, como as outras partes da gramática, ele explicita, pelo contrário, a língua sendo alterada/modificada pelo indivíduo. Em Júlio Ribeiro (1881, 13^a ed. 1919), esta alteração é remetida ao que é individual, isto é, é próprio de cada indivíduo ter seu modo de falar e escrever. Já em João Ribeiro, estas mudanças aparecem, mas remetidas às possibilidades que a língua oferece.

Pode-se perguntar também para o discurso da estilística qual língua é a nossa e qual a sua referência? Esta língua é remetida aos seus falantes, logo, a sua referência não deve ser buscada nela mesma, mas sim em relação a uma individualidade inerente a estes falantes. É nesse sentido que podemos afirmar que o discurso da estilística reivindica uma

língua própria, remetida a esta individualidade própria de seus falantes. Nossa língua, portanto, estaria relacionada ao nosso modo próprio de falar e de escrever esta língua.

O discurso da estilística realça o povo que fala a língua. Desse modo, a referência da nossa língua deve ser buscada nos seus falantes, pois é somente assim que se pode falar de uma individualidade da nossa língua.

Em outras palavras, podemos dizer que o discurso da estilística explicita que a língua portuguesa não é a mesma para portugueses e brasileiros, pois estes têm um modo particular de falar e escrever a língua, caracterizando-a como a nossa língua, particular em relação a este povo. É relativamente a esta individualidade, inerente aos seus falantes, que o discurso da estilística realiza um gesto de interpretação sobre a língua nacional. É por esta via de reflexão que podemos dizer que, falando em constituição da língua nacional e de seus efeitos de sentidos, estaremos falando também ao mesmo tempo da constituição histórica de um sujeito nacional.

O discurso da estilística parte para uma descrição da língua nacional.

Enfim, este discurso explicita as diferenças da nossa língua, em relação à língua portuguesa tradicional. Porém estas diferenças são remetidas ao estilo próprio dos indivíduos. É neste lugar que encontramos espaço para a legitimação de nossa língua, enquanto uma língua expressiva, diretamente ligada aos seus falantes (ao que estes sentem e pensam).

O discurso da estilística, de nossa perspectiva, produz uma divisão que não é só interna à gramática. Em nossos estudos, queremos relacionar esta divisão ao processo histórico de constituição da língua nacional. Nesse sentido, o discurso da estilística vai manifestar um rompimento com a língua portuguesa tradicional.

Não queremos ficar na evidência de que o discurso da estilística é um discurso descontextualizado, sendo definido apenas enquanto o modo peculiar de falar e escrever que tem cada homem. Este discurso é muito mais complexo e abrangente que isso, se o tomarmos enquanto efeito de sentido, visto que ele nos fornece pistas para compreendermos como se dava a determinação histórica do sujeito brasileiro.

A constituição do discurso da estilística está, segundo o que pensamos, relacionada à constituição da língua nacional e do sujeito brasileiro. Resta observar sob quais efeitos ideológicos este discurso se constitui, para compreendermos a representação da nossa forma-sujeito histórica.

De nosso ponto de vista, a evidência do discurso da estilística – enquanto o modo peculiar que cada indivíduo tem de falar e escrever – deve ser questionada, quando se pensa a relação desse discurso com o processo de gramatização do português brasileiro e a constituição da língua nacional. Nessa direção, o discurso da estilística impõe outro tipo de relação com a língua, marcada pela “força (e liberdade) de expressão do pensamento/sentimento”. Isto sem dúvida tem a ver com as condições históricas de produção desse discurso.

Se tomado na sua evidência, o discurso da estilística se confundiria com uma subjetividade inerente ao indivíduo. Por outro lado, nosso interesse é descrever a constituição deste discurso relativamente à história da constituição da língua nacional. Dessa forma, tratar do discurso da estilística é tratar do problema (da tensão) da constituição histórica da nossa língua (de sua individualidade própria) e conseqüentemente da constituição de um sujeito nacional. Quando enfocamos o discurso da estilística da perspectiva discursiva a que nos filiamos, acreditamos que estaremos saindo da evidência de que este discurso, tomado ao pé da letra, estaria relacionado ao modo particular da cada

indivíduo falar e escrever. Através deste discurso, segundo o que pensamos, podemos compreender a constituição histórica da língua no Brasil, ou seja, a tensão histórica em torno da língua que falamos aqui no Brasil. Podemos observar também que por meio deste discurso constituía-se uma forma-sujeito histórica para o brasileiro.

O discurso da estilística, em nosso entender, rompe com a língua portuguesa tradicional. Podemos observar neste discurso o processo histórico de individualização da nossa língua.

Devemos sair da evidência desse discurso da estilística para compreendermos o fenômeno da língua nacional, ou seja, o que de nossa língua pode ser dito com a materialização deste discurso? Qual a relação entre o discurso da estilística e a constituição da língua nacional?

Nessa direção, este trabalho, pela sua filiação teórica à Análise de Discurso de linha francesa, vai trazer questões para o discurso da estilística (sobre o estilo), buscando com isso a compreensão dos efeitos de sentidos relacionados à língua nacional, para não ficarmos nas evidências internas a este discurso. Para além de considerá-lo enquanto figuras que realçam o nosso pensamento, queremos entendê-lo como uma prática discursiva cujo funcionamento (político) está relacionado à constituição de sentidos à língua nacional. Dessa forma, esta prática discursiva está ligada às questões de ética e de política. Nossa preocupação, portanto, será em descrever as determinações históricas deste discurso. Em outras palavras, pretendemos descrever o seu funcionamento no processo de gramatização do português brasileiro e na constituição da língua nacional. Por esta via, buscaremos deslocar o discurso da estilística (entenda-se aqui figuras de sintaxe, pois o discurso da estilística é fundamentalmente figuras de sintaxe) do seu lugar tradicional: enquanto modos irregulares de exprimir o pensamento, que se manifestam alterando a

sintaxe regular. Desse lugar, a noção de estilo e de figuras de sintaxe permaneceria relacionada ao que é individual e ao que é irregularidade do pensamento. É o que acontece, por exemplo, na gramática de Júlio Ribeiro (1881, 13ª ed. 1919), onde encontramos um item para o estilo em que o autor assim o define: “*estilo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza; quem o corrige é a observação*” (p. 326). No parágrafo seguinte, ele enuncia que por ser útil, vai classificar certos modos irregulares de expressão do pensamento que se manifestam alterando a sintaxe regular. E assim, ele segue apresentando as figuras de sintaxe enquanto alterações da sintaxe regular, aceitas pelo uso. De nossa parte, a estilística será considerada um efeito discursivo, pois resulta das condições históricas específicas de constituição da língua nacional.

Portanto, a estilística não se reduz a um discurso sobre a singularidade relativa ao modo de falar e escrever de um indivíduo. Não falaremos deste discurso somente enquanto o modo próprio que tem cada homem de falar e escrever. Trata-se, ao invés disso, de relacioná-lo à historicidade da língua nacional. Este discurso não se articula ao discurso da língua portuguesa padrão, se considerado em relação às condições de sua produção: o processo de gramatização do português brasileiro e a constituição da língua nacional.

Resumindo, o discurso da estilística não se reduz ao discurso de um estilo individual, ele constitui-se em um discurso da singularidade da língua nacional.

Este discurso “reforçava” o imaginário de uma língua nacional. Desse modo, ele constituiu-se em um processo de produção de sentido para esta língua. Neste discurso, vê-se que a significação da nossa língua é marcada pelo elemento afetivo (emotivo). Pode-se dizer que este discurso realçava a “expressão” do pensamento nacional.

Este discurso explicita a tensão própria (inerente) em relação à constituição da língua nacional.

A relação que estamos fazendo entre o discurso da estilística e a constituição da língua nacional certamente não se trata de uma relação evidente posta em funcionamento como uma “realidade” visível de que temos uma língua própria, empiricamente falando. Não é de uma língua “verdadeiramente” expressiva de que estamos falando e chamando de língua nacional. Isto é, não estamos relacionando esta língua nacional à língua expressiva do povo brasileiro, no sentido estrito desta relação. Por outro lado, estamos falando de efeito de sentido de uma língua nacional, onde vemos que o sentido desta língua deve ser buscado fora da mesma. Quando falamos em língua nacional, estamos pensando em termos políticos, de onde se pode falar de uma disputa pelos sentidos que podem significar esta língua. Em outras palavras, estamos falando da construção do efeito de uma unidade imaginária para a língua nacional. Em relação à constituição da nossa língua, podemos ver uma disputa entre um sentido racional/lógico e um sentido expressivo/emotivo. É nesta tensão (histórica) que esta língua se constitui. Enfocando mais especificamente o discurso da estilística, relativamente a este processo, podemos dizer que a formulação da nossa língua era diferente, por ser “expressiva”. Nesse sentido, o discurso da estilística não se refere ao modo peculiar que tem cada homem de falar e escrever (definição esta dada por Júlio Ribeiro, conforme já vimos) e nem ao que é peculiar a cada indivíduo na coordenação de palavras e frases (conforme está em João Ribeiro). De nossa parte, queremos entendê-lo enquanto um efeito de sentido da nossa língua. É em relação a este efeito de sentido, o expressivo, que a nossa língua se constitui.

A estilística é um discurso possível da língua nacional.

Ela explicita um discurso relativo ao povo brasileiro. Por esta via, a estilística constituía-se em um discurso que procurou descrever as marcas próprias da nossa língua. Desse modo, pode-se dizer que a língua nacional se diferenciava da língua portuguesa tradicional pelo seu caráter “expressivo”. É sob este efeito que se fundava uma discursividade para a língua nacional.

O discurso da estilística imprimiu uma certa leitura para a língua nacional, pois ele interpretou-a ressaltando as marcas expressivas deixadas por aqueles que escrevem. Isto é, no discurso da estilística legitimou-se uma língua investida de maior energia de expressão. Vemos que este discurso é, na realidade, uma interpretação do fenômeno lingüístico da língua nacional. Estamos relacionando as alterações que o escritor faz na sintaxe para enfatizar o seu pensamento (posição tradicional) ao gesto de interpretação da língua nacional (posição histórica da língua). Estamos considerando estas alterações enquanto um fato que reclama por sentidos, portanto ele é um acontecimento que explicita deslocamentos na língua portuguesa. Não ficaremos na evidência de que este discurso estaria ligado ao estilo próprio de cada escritor, etc.

Este discurso explicita que não há uma linearidade/continuidade no discurso gramatical. Ele dá a visibilidade de uma não-coincidência no fio deste discurso (o gramatical). Deste ponto de vista, a estilística e a gramática não formam um discurso (único) homogêneo em relação à língua portuguesa tradicional.

O discurso da estilística não é uma paráfrase da língua portuguesa, ele se refere à língua nacional, isto é, ele interpreta a nossa língua e individualiza o povo que fala a mesma.

Trata-se de olhar para a estilística enquanto um acontecimento discursivo que vai instaurar sentidos à língua nacional. Ele irrompe no discurso gramatical como um gesto de

interpretação sobre a língua nacional. Ele dá a visibilidade de que a língua nacional é expressiva. Encontramos neste discurso marcas de uma língua que nos identifica, que imprime nossas individualidades, ou seja, esta língua “expressa” o caráter do povo brasileiro. Este discurso, portanto, enfatizava que a língua nacional nos “expressava”. Mais do que identificar marcas que reforçavam a nossa individualidade, procuramos analisar a estilística como um discurso sobre a língua nacional, isto é, como um discurso que realçava as “marcas” próprias da nossa língua, relacionadas à sua significação. O que interessa, para nós, não é apontar à individualidade de quem escreve, mas sim olhar à individualidade/especificidade da nossa língua.

Não estamos afirmando com isso que se trata de assinalar as marcas expressivas na língua, mas sim de descrever o funcionamento ideológico que evidencia o efeito de uma língua expressiva.

Queremos observar mais atentamente o que de fato acontece com a língua portuguesa no discurso da estilística, no contexto da gramatização do português brasileiro.

Este acontecimento (a estilística) vai transformar a língua portuguesa, pois ele mexe com a ordem da língua, de onde se pode falar de um acontecimento que delimita (demarca) a nossa língua. Nesse discurso, vemos que a língua nacional é o grande acontecimento. E quando afirmamos isso, estamos pensando na ruptura que este acontecimento discursivo marca lingüística e ideologicamente falando. A estilística abre espaço para se poder falar de uma língua nacional. Porém, é sob o efeito ideológico do “realçar”, do “reforçar”, do “colorir” o pensamento que esta outra língua despontava neste discurso (o da estilística). Por outro lado, podemos dizer que este efeito ideológico permitiu deslocamentos na língua portuguesa, de modo que abria para novas significações relativamente à língua nacional.

Portanto, só podemos falar de uma língua nacional se considerarmos que este efeito ideológico é constitutivo do efeito de sentido da singularidade da língua nacional.

O discurso da estilística explicita o confronto entre a língua portuguesa (estrutura) e a língua nacional (acontecimento) e, nessa direção, ele evidencia como esta última se encontrava em desajuste com a primeira. Nesse sentido, entendemos que o discurso da estilística rompe com a língua portuguesa tradicional, instaurando uma nova interpretação para esta língua. O discurso da estilística marca a singularidade da língua nacional. Este discurso materializava a nossa independência política e explicitava a urgência em se descrever a nossa língua. Ele representava o povo brasileiro.

Nesse sentido, o discurso da estilística é um acontecimento, pois ele rompe com a memória da língua portuguesa, inscrevendo-nos em sua materialidade lingüística-discursiva. É em relação à sua atualidade (a emergência de se descrever a nossa língua) que procuramos analisar o discurso da estilística, observando os deslocamentos que ele realizava na língua portuguesa.

Na verdade, o discurso da estilística mostra que na língua há espaço para o devir, o alhures, etc., pois a falta e o ausente são constitutivos da língua. O imaginário de unidade de uma nação materializa-se no imaginário de unidade de uma língua (a nacional).

O discurso da estilística materializou o sentido “expressivo” para a língua nacional. Ele interpretava o modo próprio de falar e escrever no Brasil. Ele explicitou uma língua que correspondia com a “índole” do povo brasileiro. Enfim, ele mudou o foco referindo-se especificamente à significação da língua nacional.

As figuras de sintaxe mudaram a língua portuguesa tanto no aspecto estrutural quanto referencial. Elas materializaram o “modo de expressão” em língua nacional que se marcava dando ênfase ao “pensamento” brasileiro.

Enfim, podemos observar que a formulação das figuras de sintaxe explicita as transformações históricas por que passava a língua portuguesa no Brasil.

O discurso da estilística explicita a tensão entre a língua portuguesa (tradicional, clássica) e a língua nacional. Para nós, ele evidencia a resistência de uma língua que reclama por sentidos. Deste ponto de vista, o discurso da estilística não se reduz a uma questão de estilo pessoal (conforme já dissemos), pois vemos nele uma disputa pelos sentidos referentes à língua que falamos no Brasil. Queremos compreender o que significou este acontecimento levando-se em conta as condições históricas próprias ao processo de gramatização do português brasileiro. Por esta via de reflexão, o discurso da estilística participa do processo de construção de uma política lingüística que vai trabalhar a nossa independência em relação a Portugal.

Filiaremos-nos à perspectiva que olha para seu objeto enquanto um acontecimento discursivo que tem suas próprias regularidades e enquanto tal ele torna possível a instituição de novos sentidos por meio de um trabalho de interpretação em que o ideológico deixa suas marcas inscritas na língua. Dessa forma, não o estaremos reduzindo a um fato situado no tempo, ou seja, um fato que seria resultado (produto) direto de uma determinada época. Queremos nos deslocar desse continuísmo (dessa linearidade) que apaga as condições históricas que determinam a constituição de um certo discurso. Um acontecimento, portanto, não deve ser observado/analísado em linha reta (na linearidade do tempo). Em nossas análises, isso significa dizer que o discurso da estilística não deve ser observado enquanto um discurso relacionado ao modo de escrever de cada indivíduo, mas sim como um modo de apropriação da nossa língua. Desse modo, acreditamos não estar reduzindo o acontecimento da língua no Brasil (explicitado pelo discurso da estilística) a uma questão de estilo individual. No presente trabalho, entenderemos este acontecimento

da estilística nas gramáticas brasileiras do final do século XIX como um rompimento com o modo de se escrever em Portugal.

Este acontecimento desestabilizou o sentido da língua portuguesa tradicional.

Ele também explicitou o processo histórico de transformação da língua portuguesa no Brasil, determinado de um lado pela urgência de se instituir um modo singular de se escrever no Brasil e por outro devido à condição política/ideológica que impulsionou o processo de constituição da língua nacional.

Nosso trabalho também, devido ao objeto que analisamos e a posição teórica que assumimos, conforme já mencionamos, pretende trazer contribuições para os estudos referentes à História das Idéias Lingüísticas no Brasil, pois entendemos que o discurso da estilística abre espaço para a introdução de uma discursividade para a língua nacional.

Resumindo, o projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil se propõe a discutir as orientações teóricas que estão funcionando sob a evidência dos saberes (a Gramática, o Dicionário e a Literatura) normativos da língua.

De uma certa forma, podemos afirmar que a produção gramatical brasileira do final do século XIX constituía-se em um estudo da nossa língua, em que a estilística seria um dos lugares em que teríamos a descrição da especificidade da língua nacional, pois neste discurso importava o nosso modo próprio de se “expressar”. Nesse caso, a própria gramática enquanto um estudo lingüístico já se preocuparia com fatos lingüísticos relacionados à nossa subjetividade/emotividade. Ou seja, a estilística seria um indício do discurso científico que constituía a referência para a produção de nossas gramáticas desta época em questão. Vemos então que a questão da subjetividade/emotividade já era uma preocupação dos estudos lingüísticos da época. Entretanto, os estudos sobre estilística limitavam-se a uma questão literária onde víamos a língua receber um tratamento estético.

Nesse sentido, a filiação ao discurso científico fez com que esta produção gramatical brasileira apontasse para estudos de reflexão lingüística no Brasil.

No final do século XIX, com a filiação ao discurso científico, nossos gramáticos instauravam um lugar para a reflexão lingüística brasileira. Deste ponto de vista, a produção gramatical desta época vai interpretar fatos lingüísticos, apontando-os como sendo próprios à língua nacional. Isto é, com esta filiação científica a gramática se apresenta como a exposição de fatos da língua que ela descreve. Enfim, esta produção gramatical vai apontar às diferenças da nossa língua em relação à de Portugal.

Consideraremos a estilística neste trabalho enquanto uma forma de conhecimento específica sobre a linguagem e como tal ela interessa mais de perto às pesquisas desenvolvidas no projeto temático História das Idéias Lingüísticas no Brasil. Ela participa do processo de descrição/interpretação da nossa língua (a nacional). Nesse sentido, vai nos interessar observar a produção dessa forma de conhecimento (e nesta perspectiva importa descrever a filiação teórica que é constitutiva da produção de qualquer forma de conhecimento) para entendermos o seu funcionamento no processo de constituição da língua nacional. A estilística, deste ponto de vista, coloca (indiretamente) o problema da significação em relação à língua nacional. Em outras palavras, este discurso coloca a questão da referência da língua nacional. Esta língua dará ênfase à força de nossos “sentimentos” e também realçará o “caráter” do povo brasileiro. Portanto, este discurso é mais que um discurso individual, estético. Queremos compreendê-lo relativamente à historicidade da língua nacional.

Este discurso, o da estilística, vai acentuar um sentido marcado pela nossa “emotividade”, “subjetividade”, em relação à significação da língua nacional. Por esta via

de reflexão, a estilística trabalha a constituição da significação desta língua que passa a nos significar, a nos “representar”.

O discurso da estilística desencadeia um processo de identificação entre a língua e o povo brasileiro. Ele colocava em destaque a questão da língua nacional e do sujeito brasileiro. Nesse sentido, o discurso da estilística instaura uma posição sujeito em relação à língua nacional. Esta posição, em nosso entender, representou a inscrição do povo brasileiro na língua. Este discurso evidencia que não há mais coincidência entre a língua portuguesa e a nacional. Esta se constituía em uma língua que imprimia o “nosso caráter” e que fazia referência ao “pensamento” do povo brasileiro. O discurso da estilística produziu um certo corte em relação à língua portuguesa. Ele definiu uma nova relação com a língua portuguesa, uma relação mais “afetiva”, mais “pessoal”, e por isso mesmo transformou-a, radicalmente. A estilística coloca em evidência os novos “falantes” da língua, no caso, os brasileiros. Mais adiante falaremos sobre esta questão no momento em que analisaremos as figuras de sintaxe, com o propósito de observar a referência que as mesmas constroem para a língua nacional, partindo de suas definições. No discurso da estilística, a diferença entre a língua portuguesa e a nacional era marcada como estando relacionada ao modo de pensar do povo brasileiro.

Na verdade, para nós, o discurso da estilística evidencia o fenômeno de transformação de uma certa língua, não sendo, portanto, simplesmente um fenômeno puramente estético. Desse modo, este discurso explicita que o seu funcionamento tem a ver com a construção de sentidos para a língua nacional.

A materialidade do discurso da estilística evidencia que o funcionamento da língua não é indiferente às questões históricas e políticas: a construção da unidade imaginária da língua nacional.

Queremos deslocar a estilística do seu lugar de figuras (por esta via elas, as figuras, eram consideradas irregularidades, desvios, em relação à expressão do pensamento) para compreender um pouco melhor o processo de produção de sentidos para a língua nacional, ou melhor dizendo, para descrever o deslocamento histórico que este discurso estava explicitando em relação ao português de Portugal. O discurso da estilística apontava para as mudanças sintáticas pelas quais passava a língua portuguesa no Brasil. Por isso, as figuras de sintaxe evidenciam uma língua cujo funcionamento está relacionado à nossa emotividade, a nossa índole (o nosso caráter). A nossa língua, portanto, marcava-se por esta historicidade.

Nosso objetivo neste trabalho é olhar para o discurso da estilística, que é fundamentalmente figuras de sintaxe, na produção gramatical brasileira do final do século XIX para além de uma oposição entre o que é considerado regular e o que é irregular, em relação à expressão do pensamento. Esta oposição, em nosso entender, refere-se à tensão entre a língua portuguesa tradicional e a língua nacional.

O discurso da estilística, nesse sentido, pela sua evidência de que as figuras estão relacionadas ao estilo individual, apaga a materialidade histórica da língua nacional. E é justamente esta evidência que procuraremos desconstruir neste trabalho.

Dessa forma, estaremos sendo críticos em relação aos trabalhos em geral sobre estilística, desenvolvidos a partir de outras posições teóricas (principalmente a que relaciona a estilística a recursos lingüísticos ornamentais que realçam/colorem o pensamento/a idéia daquele que escreve – a posição tradicional: literária).

Observando o funcionamento deste discurso na produção gramatical do final do século XIX, em relação a um processo mais amplo que é o da gramatização do português brasileiro e o da constituição da língua nacional, vemos a legitimação de uma escrita para a

nossa língua. Ou seja, o discurso da estilística dá a visibilidade de um funcionamento próprio para a língua nacional. Ele explicita a materialidade histórica da nossa língua.

Logo, o discurso da estilística, pensado nesta relação constitutiva com a língua nacional, explicita a forma material (histórica/ideológica) desta língua. Ele constitui-se, portanto, no lugar de representação do efeito de singularidade da língua nacional.

É interessante observar que o discurso da estilística vai representar o deslocamento da nossa língua em relação à de Portugal. Ele é um gesto político por representar a unidade da língua, da nação, do Estado brasileiro. Entendemos este discurso, conforme já dissemos, como um gesto de interpretação sobre a língua nacional. Ele é um acontecimento onde a forma material da língua nacional torna-se visível e uma realidade historicamente determinada.

O discurso da estilística explicita o modo próprio de se escrever no Brasil. Este discurso descreve a singularidade da nossa língua. Devido à evidência da noção de estilo em que ele aparece ligado à individualidade/singularidade daquele que escreve, pode-se dizer que é neste jogo que vemos deslizar sentidos à língua nacional, ou seja, esta definição de estilo trabalha a constituição de um discurso para a língua nacional. Desse modo, as diferenças existentes entre a nossa língua e a de Portugal foram interpretadas como estando relacionadas à ênfase dada ao modo como pensamos e sentimos as coisas, ou seja, à força de nosso “pensamento”. Era sob este efeito de sentido (o “expressivo”) que se configurava o imaginário da nossa língua (a nacional). Esta individualidade/singularidade muito mais do que ser a marca de uma língua subjetiva/expressiva, ela materializa a especificidade da língua nacional. O discurso da estilística não deve ser visto enquanto o modo próprio que tem cada indivíduo de falar ou escrever. É esta evidência que queremos questionar neste trabalho. Ao invés disso, propomos que se olhe para a estilística enquanto um efeito da

língua nacional. Este discurso atesta a materialidade lingüístico-histórica desta língua. As figuras de sintaxe, por exemplo, materializavam um funcionamento específico da língua no Brasil. Daí a nossa afirmação de que o lingüístico é invadido por fatores exteriores, o que atesta o caráter material dos sentidos (a sua historicidade).

Em geral, podemos afirmar que a gramática até o final do século XIX era considerada uma arte. Os estudos lingüísticos se limitavam à prescrição de regras de como escrever e falar corretamente a língua. Fávero (2001) examina gramáticas que se situam entre as primeiras impressas no Brasil no século XIX. Segundo esta autora, no período de 1820 a 1870, *“a gramática é considerada uma arte, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino”* (2001: 61).

Por outro lado, sabemos que no final do século XIX, com a instauração de uma produção gramatical brasileira (o processo de gramatização do português brasileiro), inscrevamos nossas gramáticas em uma filiação científica, rompendo assim com a tradição portuguesa em geral e com a filiação à gramática filosófica de J. Soares Barbosa⁵. Segundo Guimarães, *“este processo é fortemente determinado, de um lado, pela relação que o Brasil estabelece com idéias filosóficas e científicas de outros países, já não diretamente filtradas por Portugal, e por outro lado, pela instituição escolar brasileira que se instalara a partir da fundação do Colégio Pedro II”* (Guimarães, 1997: 7). Portanto, *“nosso país, no século XIX, já está inscrito no quadro da ciência da linguagem que se faz no mundo, por seus próprios autores, nacionais”* (Orlandi, 2002: 137). É interessante notar que, se em gramáticas como a de Júlio Ribeiro (1881) e a de Pacheco Silva e Lameira Andrade (1887) encontramos a definição de uma gramática não normativa (pois ela é definida como exposição de fatos da língua), mas é uma gramática normativa que eles realizam no corpo

⁵ É interessante lembrar também que o discurso literário romântico nos ligou às idéias literárias vindas da França.

da gramática, pois “*se caracterizam, entre outras coisas, por apresentar regras de formação de plural, de feminino; por apresentar paradigmas verbais; e de apresentarem uma seção sobre, por exemplo, vícios de linguagem. Ou seja, são gramáticos que se caracterizam como apresentando um padrão de linguagem a ser seguido*” (Guimarães, 2002: 25).

Sem dúvida, esta nova orientação/filiação para as gramáticas brasileiras, se não foi ainda de fato praticada na época pelos nossos gramáticos, ao menos introduziu um novo tipo de procedimento que consistiu em mudar de foco e que abriu a possibilidade de tratar múltiplos problemas lingüísticos brasileiros. Verifica-se também, em relação à filiação destas gramáticas que não havia uma separação muito clara entre o *cientificismo* e o *normativismo*.

Feitas estas considerações, diríamos que há uma certa incoerência quanto à filiação teórica destes autores de gramática, do final do século XIX. Por um lado, explicitam uma filiação científica dos estudos da linguagem, mas por outro, acabam realizando uma gramática normativa. Como explicar tal questão? Não se trata, de nosso ponto de vista, de uma incoerência. Para nós, a filiação científica é um fato consumado, o que vem confirmar as relações existentes entre as filiações reivindicadas por um mesmo autor. Podemos entender este fato observando que há a dominância de uma filiação em detrimento de outra (s).

Com o advento de nossa Independência Política, decorreram discursos que materializaram esta necessidade histórica de constituição da nação brasileira, mais que isso eles representaram o Estado brasileiro. Era preciso se desligar definitivamente de Portugal. Entre esses discursos está o Romantismo (objeto de estudo de nossa Dissertação de Mestrado) que, conforme analisamos, textualizou uma memória (uma escritura) para a

língua nacional, constituindo-se em um dos instrumentos em que se materializava a nossa Independência política. Nesse gesto mesmo de interpretar a nossa língua, os escritores românticos tornavam-se autores da mesma. Por outro lado, os escritores românticos portugueses criticavam duramente os escritores românticos brasileiros, acusando-os de estarem “corrompendo” a língua portuguesa tradicional/clássica. Aqui, podemos ver que o discurso de dominação do colonizador sobre o colonizado estava funcionando, pois os escritores portugueses colocavam-se como os “legítimos” autores da língua portuguesa. Também concluímos que se tratava de uma discussão em torno do imaginário de língua, onde os escritores portugueses falavam de uma posição tradicional/clássica, ao passo que nossos escritores eram interpelados pela ideologia nacionalista trabalhada/praticada pelo discurso romântico brasileiro. Foi nesta direção que analisamos as polêmicas travadas entre escritores portugueses e brasileiros neste período que nos serviu de recorte. Dessa forma, não foi nosso objetivo defender nem a posição purista da língua, que se apoiava na própria gramática portuguesa, nem a posição nacionalista que relacionava a questão da língua no Brasil ao nacionalismo.

Nesse sentido, acreditamos que a língua é um dos lugares em que esta “separação” ganha visibilidade política. A língua torna visível as questões políticas de um povo. Estamos falando dos discursos que se constituem sob a base da língua. Ou seja, a língua tem um funcionamento político. A literatura, a gramática e o dicionário vão representar a nossa unidade lingüística e política. Esta situação histórica vai determinar a constituição destes discursos e seus efeitos de sentidos. Eles devem ser pensados articuladamente ao processo de construção da unidade imaginária da (nossa) língua e da nação brasileira. Eles explicitavam as diferenças lingüísticas existentes entre o português do Brasil e o português de Portugal, em outras palavras, eles legitimavam a língua nacional. Estes discursos se

constituíam sob o efeito de sentido da língua nacional. Eles materializaram (textualizaram) a nossa Independência política. Eles não devem ser vistos como objetos naturais (inerentes à escrita), autônomos, estanques ou transparentes. Eles são objetos simbólicos sócio-históricos (Orlandi, 1997b: 4). Desta perspectiva, é preciso dizer que a gramática, o dicionário e a literatura são saberes lingüísticos que se constituem sob filiações teóricas específicas.

É preciso que se considere a questão política a partir destas filiações teóricas, constitutivas de posições historicamente determinadas. Portanto, o político deve ser observado em relação à posição discursiva sob a qual o conhecimento foi produzido.

Entendemos que este gesto de leitura (com base científica) realizado pelos nossos gramáticos do final do século XIX é decisivo na construção da posição sujeito-autor da língua nacional. Esta nova filiação representava a ruptura política e lingüística com Portugal.

O aparecimento destas gramáticas deve ser analisado em relação à construção da nação brasileira. Dessa forma, os autores destas gramáticas ocupavam a posição de autores da língua nacional. Eles deslocavam a autoria da língua para o território nacional (cf. Orlandi, 1997a: 5). Eles construíam a unidade da língua e da nação brasileira. Nesse sentido, estas gramáticas textualizavam o gesto político de construção da unidade imaginária da língua nacional.

Nosso trabalho vai procurar analisar o discurso da estilística – nosso objeto de estudo específico – enquanto um discurso que interpreta a língua nacional. Nessa direção, não ficaremos nas evidências construídas pelo funcionamento deste discurso que articula a noção de estilo ao que é individual/pessoal, ou seja, ao que é próprio daquele que escreve.

Esta evidência de que o estilo é algo individual, na verdade evita a reflexão e a interpretação deste discurso, em relação a um contexto mais amplo em que contaria a sua determinação histórica. Se, por outro lado, fizermos uma análise histórica do discurso da estilística enquanto um discurso pertencente ao domínio da gramática, teremos condições de observar a constituição da língua nacional e do sujeito dessa língua. Nesse sentido, o discurso da gramática e do estilo permite (m) que se possa compreender as características próprias (históricas) da nossa língua e do sujeito nacional. Estes discursos fixaram certos efeitos para a língua nacional e à nossa forma-sujeito histórica. A língua nacional, portanto constitui-se na contradição entre estes dois discursos, ocorrendo o mesmo na constituição do sujeito dessa língua.

Desse modo, uma leitura que se tornou fundamental para nosso trabalho foi o livro *Fazer Dizer/Querer Dizer*, de Claudine Haroche (1992). Nessa obra, a autora começa perguntando:

De onde vem, na gramática, esse desejo insistente e impossível de uma partição radical entre o dito e o não dito, o explícito e o implícito, o completo e o incompleto, que se percebe tanto na figura da elipse quanto na da incisa? A repartição não remeteria, no interior da gramática, à divisão que subentende, desde seu nascimento as ciências humanas? (HAROCHE, 1992: 13).

Em seguida, a autora deixa claro o caminho que percorrerá para responder tais questões:

Uma história dos efeitos das práticas religiosas, e depois jurídicas, na gramática, esclarece-nos sobre esta divisão entre a “objetividade das formas explícitas” e a “inefabilidade da subjetividade” (idem: 13).

Queremos sair deste lugar subjetivo/emotivo como sendo inerente ao sujeito do discurso e conseqüentemente abandonar a concepção de que esta emotividade é marcada na língua, tornando-a expressiva, individual. Por outro lado, procuraremos nos deslocar da posição que considera o discurso da estilística enquanto uma criação artística. É preciso alargar a nossa compreensão do que seja o discurso. Do quadro teórico a que nos filiamos, conforme já frisamos, o discurso é histórica e ideologicamente determinado. Recusamos a concepção de que o discurso é determinado pela nossa própria consciência, isto é, de que nós estaríamos na origem de nosso discurso (o sujeito como centro). As condições de produção (os fatores/elementos exteriores) do discurso determinam o modo como ele vai significar. Mais que isso, o discurso materializa as determinações que são exteriores a ele. As condições de produção são constitutivas do próprio discurso.

No que concerne ao discurso da estilística, é preciso analisá-lo em um âmbito mais amplo, que envolva o esforço de compreensão da linguagem e da sua significação. Deste ponto de vista, buscaremos analisar este discurso levando em conta a sua materialidade que não se reduz ao que é propriamente lingüístico. Trata-se de observar as injunções próprias ao ato de dizer (o político) e de compreender os efeitos materiais inscritos na língua (o caráter material dos sentidos). Da perspectiva da constituição da língua nacional, este discurso vai teorizar as singularidades da mesma.

Não queremos olhar para o discurso da estilística da perspectiva literária, que já marca uma interpretação para este discurso relacionada à maneira de escrever de um certo autor ou de um conjunto de autores em um determinado momento histórico.

Da perspectiva discursiva, queremos analisar a estilística como um lugar de reflexão sobre a língua.

A estilística para nós não é um lugar tranquilo no que toca as questões sobre a linguagem e sua significação.

O discurso da estilística apaga as contradições referentes à problemática da questão da construção da unidade/homogeneidade da língua nacional. O estilo abre para uma “diversidade” que tem a ver com a individualidade de cada escritor, logo esta pluralidade (estas diferenças) é regulada pela noção de estilo, lugar onde o plural e o diferente são legitimados (“domesticados”). Desse modo, tendo em vista o processo de gramatização do português brasileiro, entendemos a literatura, a gramática e o dicionário – saberes lingüísticos nacionais – enquanto políticas lingüísticas (cf. Orlandi, 1998: 10,11) por representarem a unidade imaginária da língua nacional e materializarem o Estado brasileiro. Podemos ver neste gesto de representação da língua e do Estado brasileiro que “*os indigenismos, os africanismos, os provincianismos, os regionalismos aparecem como diferenças ‘domesticadas’, enquanto características do Brasil*” (idem, p. 10).

Prosseguindo com nossas análises, diríamos então que o discurso da estilística, juntamente com a gramática, definida enquanto uma arte, antecedeu os estudos científicos sobre a língua.

Os estudos gramaticais, que sob a denominação da gramática geral e que se filiavam à tradição filosófica (nessa filiação a linguagem é expressão do pensamento), prescreviam regras de como escrever e falar corretamente. Nesta mesma perspectiva, a estilística procurava abordar os fenômenos que escapavam à lógica gramatical (associada a lógica do pensamento), os quais segundo esta perspectiva teórica, estavam ligados ao estilo próprio daquele que fala ou escreve.

2. ESTILÍSTICA: UM DISCURSO RELATIVO À HISTÓRIA DA NOSSA LÍNGUA E DA NOSSA SOCIEDADE

Esta tese constitui-se em um estudo que toma por objeto a estilística numa tentativa de compreender mais especificamente um acontecimento que já nos interessava em nossa Dissertação de Mestrado (FRAGOSO, 2001), quando nos ocupamos do estilo romântico (o Romantismo) para observar a relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) no século XIX, da perspectiva da História da Língua no Brasil. Devido ao recorte que fizemos em nossa Dissertação, propusemo-nos a explicitar o funcionamento do discurso romântico, tomado enquanto efeito de sentido e sob a textualização de uma escritura nacional, no processo de construção do efeito de unidade da língua nacional (de gramatização do português brasileiro). Enfim, buscamos descrever os processos discursivos que determinaram a posição de autores nacionais aos nossos escritores e gramáticos do final do século XIX. Posição esta que conferia a autoridade de poder falar da língua aqui no Brasil. Logo, seriam autores da *língua nacional*.

Partindo das gramáticas do final do século XIX, trabalharemos nesta tese com o discurso sobre o estilo, observando a relação entre este discurso e a gramática no processo histórico de constituição da língua nacional e de um sujeito dessa língua. Nesse sentido, o discurso sobre o estilo é parte da constituição da sociedade brasileira.

Desse modo, analisaremos os seguintes tópicos dessas gramáticas:

1. Estylo (da Grammatica Portugueza, de Júlio Ribeiro);
2. Figuras de syntaxe. Particulas de realce; Syntaxe e estylo; Theoria – o estylo segundo Spencer e H. Taine (da Grammatica Portugueza, de João Ribeiro).

Não encontraremos nestas gramáticas um ponto de estudo específico denominado *estilística*, isto se explica por na época não se ter ainda tornado uma disciplina autônoma e legítima, no Brasil ou por ainda não se ter definido claramente seu objeto de estudo frente à língua, pois o estilo aparece preso ao domínio da gramática, que o relaciona ao elemento afetivo (emotivo). A gramática vence o conflito que ela trava com a estilística. Vemos com isso dominar a razão sobre a emoção. Ela não era ainda considerada um ramo de estudo da língua, mas podemos ver que o gramático João Ribeiro, por exemplo, cria condições para a instalação de um discurso desta natureza em sua gramática. Indo mais além, podemos ver neste autor o interesse pelo estudo deste fenômeno, como um ramo da língua. Isto é, ele instaura uma teorização para este fenômeno em relação à nossa língua.

Também se constitui como nosso objetivo neste trabalho definir o domínio específico da estilística, suas filiações, em relação ao processo de gramatização do português brasileiro (cf. GUIMARÃES, 1996b: 136).

Nestas gramáticas, vemos que a noção de estilo é dependente deste discurso (o gramatical). Ela não se configura como um estudo à parte da gramática. Em Júlio Ribeiro, tanto na sua concepção de estilo quanto na de sua gramática como um todo, podemos ler uma filiação ao naturalismo que no caso específico da definição de estilo ele leva até a experimentação, a observação. Em João Ribeiro, estas noções são mais concentradas na língua. Isto que acabamos de dizer pode ser constatado em suas próprias definições de estilo. Para Júlio Ribeiro “*estyllo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza; quem o corrige é a observação*” (p. 326). Já João Ribeiro vai dizer que “*o styllo estuda os modos de divergencia que se notam entre os individuos na coordenação e disposição das palavras e phrases*” (p. 316). Em João Ribeiro, a noção de estilo é mais elaborada teoricamente falando; ele enuncia o estilo como

um estudo, reivindicando assim sua autonomia em relação à gramática. Ele também discorre sobre o estilo fazendo referência a Spencer e H. Taine, explicitando assim uma teoria do estilo com sua filiação. Júlio Ribeiro reduz o estudo do estilo em uma definição.

Em nosso trabalho, estas considerações sobre o estilo nos fornecem elementos teóricos relativos à constituição da história da gramática e da língua no Brasil.

No presente trabalho, pretendemos mostrar que a constituição do discurso da estilística tem um funcionamento político, pois ele materializa a singularidade da língua nacional, ou seja, os traços singulares desta língua. Através da noção de estilo, vemos também se materializar o efeito de sentido da língua nacional. Nesse caso, este discurso vai fixar uma certa interpretação/leitura para esta língua, ou seja, nossa língua será definida enquanto uma língua expressiva, subjetiva, etc. O discurso da estilística, portanto, transferia sentidos para a língua nacional. Ele explicitava o deslocamento da língua portuguesa em território nacional. Este discurso trabalha com uma nova significação para a língua. Ele conduz para uma significação própria da nossa língua.

Mostraremos também que à estilística o fenômeno da singularidade é como algo que fosse inerente ao indivíduo (todo indivíduo tem seu modo próprio de falar e escrever). É esta a evidência que queremos desconstruir neste trabalho.

Enfim, queremos neste trabalho compreender a configuração do estudo sobre estilística que foi produzido sobre a língua portuguesa em território nacional. Nossa busca constitui-se então em descrever as filiações teóricas que estão na base da construção deste conhecimento estilístico sobre a língua. Desta perspectiva, falaremos de uma estilística da língua nacional. Abrem-se caminhos para uma investigação desta natureza no âmbito da língua nacional. Portanto, não ficaremos na evidência de que o estilo estaria relacionado ao modo próprio de cada indivíduo falar e escrever.

A produção de conhecimento deve ser observada tendo em vista a posição teórica assumida pelo sujeito que está na origem desta produção, o que consiste em dizer que toda forma de conhecimento é política, pois falar de uma certa posição tem implicações políticas, históricas que devem ser explicitadas para que não fiquemos na evidência da produção de um conhecimento que seja produto da consciência/da inteligência humana. Logo, esta forma de pensar a questão política, a partir de posições teóricas, na constituição do próprio objeto, ou seja, na produção do conhecimento, desloca-nos do lugar de meros reprodutores de instrumentos marcados pela evidência ideológica (Guimarães, 2001: 8). Mais que isso, entenderíamos as conseqüências teóricas que envolvem a produção do conhecimento.

Também temos como objetivo, visando observar a evidência que os recobre e suas determinações históricas, trazer algumas considerações a respeito dos estilos literários. Em nossa Dissertação de Mestrado fizemos uma análise do estilo literário romântico brasileiro, da perspectiva discursiva.

Os estilos literários, de nosso ponto de vista, não mudam em decorrência de uma necessidade de ajuste entre o modo de se pensar e de viver em uma certa época e o modo como nos expressamos nesta mesma época. Esta questão do estilo literário não é tão evidente assim. O Modernismo, por exemplo, não é simplesmente o estilo literário que corresponde ao século XX. Não é na linha do tempo cronológico que o Modernismo deveria ser analisado. Não se trata de realizar um estudo historiográfico dos estilos literários. É preciso que nos perguntemos pelos novos sentidos que se instauram com um certo estilo literário e que deslocamentos eles produzem. O que de fato está sendo mudado ou se a história continua ainda se repetindo. E nem estes novos sentidos devem ser vistos como produto da história. As mudanças ocorrem como conseqüência de um processo de

determinação histórica e não como sendo motivada pela nossa própria consciência/intenção.

É preciso compreender as discursividades literárias enquanto efeitos de sentido e por esta via de reflexão observar as condições de produção próprias de cada uma destas discursividades para descrever os novos sentidos que estão irrompendo. Nesse momento, apenas faremos observações mais gerais sobre este assunto. Portanto, nossas questões centrais serão estas: Como estas discursividades se constituem e se definem enquanto estilos de uma época? Como que elas se inscrevem ao longo da história? Qual a relação entre elas? Estas questões vão nos ajudar a compreender estas discursividades enquanto processos históricos de significação. Desse modo, estaremos desconstruindo as evidências que as recobrem e a lógica de como elas se sucedem. O funcionamento destas discursividades é marcado politicamente, pois tem a ver com processos que definem a nossa forma-sujeito histórica. Ou seja, os estilos literários se constituem em discursos em que se pode observar as formas de determinação histórica constitutivas de um sujeito ora determinado totalmente pela religião, ora determinado pela religião e pela razão ao mesmo tempo e ora determinado somente pela razão (um sujeito jurídico). Portanto, elas nos inserem em um imaginário em que nos identificamos com as evidências ideológicas que estas discursividades propagam. Uma vez interpelados por estas ideologias (praticadas por estas discursividades), nos constituímos sujeitos de formas diferentes, ao longo da história. Ao nos constituirmos enquanto sujeitos, somos “pegos” pela ilusão da realidade do pensamento, isto é, o discurso se apresenta como reflexo de seu (do sujeito) conhecimento objetivo da realidade. Trata-se da ilusão discursiva do sujeito (Pêcheux, 1975). E ainda vale lembrar aqui que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Este é o efeito ideológico elementar de que nos fala Michel

Pêcheux (1975). Estas discursividades, enfim, nos convocam a pensar e a viver de acordo com a época (a temporalidade) que está sendo construída, de onde podemos falar em estilo de época.

Por isso, a nossa preocupação em que se observe a constituição das discursividades literárias para que as compreendemos em sua materialidade e não em sua “expressividade”. Enquanto discursividades, os estilos literários explicitam um certo funcionamento da língua, marcado pelas condições históricas e ideológicas em que foram produzidos. Nestas discursividades, vemos a emergência da língua se transformar.

Voltemos então às nossas questões mais específicas em relação ao objeto de estudo que definimos.

Quando uma determinada língua é transferida para outro espaço/tempo, inicia-se um processo de constituição da referência da mesma, o que nos leva a entender que uma determinada língua não tem características intrínsecas, sendo, portanto, passível de transformações tanto no que se refere à sua estrutura como em sua significação, pois estes dois aspectos constitutivos de uma língua não são imóveis/fixos (e nem inseparáveis), eles são construídos numa relação em que o ideológico é marcado, estabilizando uma certa relação entre eles. E são as condições em que o discurso é produzido que são constitutivas da materialidade histórico-discursiva da língua. É isto que entendemos por materialidade lingüístico-histórica (ou materialidade discursiva).

As figuras de sintaxe mostram bem o deslizamento de sentido para a língua nacional, quando se mudam as relações entre as palavras nas frases, com o objetivo de “realçar” o pensamento. Porém, este fenômeno de linguagem é mais que um “desvio” de sentido, trata-se de um problema referente à significação da linguagem (no caso, da constituição de sentido para a língua nacional). Portanto, estas mudanças, observadas nas

figuras de sintaxe, em relação à ordem das palavras nas frases, têm a ver com o processo histórico de transformação da língua portuguesa no Brasil. Estas figuras, desta perspectiva, constroem a referência da língua nacional.

Pela nossa filiação teórica à Escola Francesa da Análise de Discurso, veremos que os discursos explicitam o contato entre a estrutura (a língua) e a exterioridade (acontecimento afetado pela ideologia); contato este que é constitutivo da forma material (o sentido, a significação) da língua que é sempre passível de jogo. Deste ponto de vista, a significação de uma língua deve ser pensada em relação ao espaço/tempo (a sua exterioridade, suas condições de produção) em que ela está sendo colocada em funcionamento, isto é, a questão da significação de uma língua não se restringe às questões de sua estrutura. Trata-se de uma abordagem discursiva da língua com a qual trabalharemos em nossas análises. Desse modo, falaremos em processos de significação, determinados histórica e ideologicamente, que são constitutivos da língua.

Entre os diferentes processos discursivos que descreveram a língua nacional a partir da segunda metade do século XIX, segundo filiações específicas e que deram a visibilidade de um estudo teórico sobre a língua, realizado no Brasil, encontra-se a *estilística* – nosso objeto de estudo específico neste trabalho.

A estilística vai descrever as especificidades⁶ da língua nacional.

Deste ponto de vista, a estilística constitui-se em um discurso muito particular à compreensão das relações de sentidos nas condições específicas de constituição da nação brasileira.

Queremos ressaltar que este fato de linguagem (a estilística) não deve ser reduzido a uma questão de estilo individual, isto é, não se trata de compreendê-lo como recursos

⁶ Porém, pode-se dizer que a descrição dessas especificidades se deu de uma perspectiva em que a diferença se marcava pela forma de como “víamos” e “sentíamos” as coisas.

lingüísticos que colorem (ênfatizam) o pensamento daquele que escreve. Desta perspectiva, vemos o funcionamento da concepção de linguagem enquanto expressão do pensamento (a linguagem é a representação do pensamento). Por outro lado, a estilística não se reduz ao processo de transformação histórico-evolutivo por que passa a língua portuguesa no Brasil. Ou seja, não se deve relacionar a história da língua nacional à criação artística do povo.

O discurso da estilística dava continuidade aos estudos tradicionais sobre a linguagem onde se via o fenômeno da singularidade (do estilo) sendo definido pelo viés literário. Ou seja, o estilo aparece na gramática, mas dentro da divisão que ela mesma faz entre o que é gramatical e o que é estilo.

De nossa perspectiva, queremos analisar o fenômeno do estilo como sendo historicamente determinado. Nossa análise visa apontar às posições teóricas que determinaram os estudos lingüísticos em questão.

Este discurso, portanto, recortava um certo espaço da memória, o literário, que indicava que a história se repetia nos estudos gramaticais do final do século XIX.

Na realidade, interessa-nos chamar atenção ao fato de que a estilística coloca a questão da língua nacional, mesmo que isso não esteja evidente. Se, por um lado, vemos neste discurso a produção do efeito da diferença individual em relação ao modo de se escrever (do estilo de escrita individual) e nesse caso o efeito de estilo apaga as reais condições de produção da diferença lingüística que ele explicita. A diferença aqui não está relacionada à construção da língua nacional. Por outro lado, o discurso da estilística coloca em funcionamento sentidos relacionados à língua nacional. Este discurso evidencia uma língua construída em condições históricas e ideológicas específicas. Queremos ultrapassar o efeito da evidência ideológica de que o estilo está relacionado ao que é individual, ao que é

próprio de cada um. De nossa perspectiva, propomos que pensemos o estilo no interior de questões políticas referentes à instituição da língua nacional.

Quando entendemos a estilística enquanto discurso, vamos observar que a exterioridade é constitutiva da língua. Nesse caso, a língua é “invadida” por essa exterioridade de onde se pode falar de forma lingüístico-histórica (a forma material). Desse modo, o discurso da estilística vem marcado pelas condições imediatas e históricas que o constituíram.

Somente quando trazemos para a compreensão deste discurso o movimento de construção da língua nacional como o não-dito que está na base de sua constituição é que podemos inscrevê-lo neste processo mais amplo em que a língua nacional tomava forma, ou seja, tornava-se visível. Este gesto político sobre a língua nos identificava enquanto um povo independente com sua língua própria (lugar de representação da nação, do Estado Brasileiro).

Porém, se tomado em si mesmo (na sua evidência) o discurso da estilística “tende” para uma interpretação artística, estética da língua e aí a sua historicidade não contaria. Ficaríamos em uma interpretação interna a este discurso. Reproduziríamos a sua ideologia. Em outras palavras, trataríamos este discurso de forma homogênea e perderíamos de vista as regularidades discursivas (a sua exterioridade) que são constitutivas de um determinado discurso. É preciso dar a visibilidade de que todo o discurso é heterogêneo. Em seu interior funciona outras vozes (que estão ditas ou não) que necessariamente são esquecidas no gesto mesmo de dizer (ilusão de que o sujeito está na origem de seu discurso).

O discurso da estilística explicita a necessidade da época de descrever as diferenças lingüísticas entre o português do Brasil e o de Portugal. Temos no discurso da estilística uma teorização específica da língua nacional. Pela estilística, tornavam-se visíveis as

diferenças da língua nacional. E as figuras de sintaxe constituem-se em um lugar em que temos a formulação desta língua imaginária. Estamos entendendo a descrição destas figuras enquanto um gesto de interpretação desta língua. Elas explicitam as diferenças sintáticas entre estas duas línguas (o português do Brasil e o português de Portugal). Desse modo, a estilística constitui-se no discurso que abre para a interpretação da língua nacional. Nesse sentido, a produção gramatical desta época (final do século XIX) realiza o “*gesto de interpretação*” sobre a língua nacional. Ela vai textualizar esta língua, ou seja, vai instrumentá-la. E isso significa dizer que esta produção gramatical constituía o imaginário de unidade desta língua como instrumento de política de Estado.

O discurso da estilística configura um estudo que observa as marcas subjetivas da língua, definindo-as como recursos lingüístico-expressivos. Como se vê, a estilística explicita as diferenças lingüísticas como sendo individuais (próprias do estilo de quem escreve), logo naturalizadas pelo elemento subjetivo/emotivo. Dessa forma, o fenômeno do estilo, a nosso ver, ainda não foi estudado levando-se em conta a sua complexidade por estar relacionado à questão da significação da linguagem. De um modo geral, a noção de estilo ainda está relacionada ao modo próprio/inerente (como evidente, naturalizado) de escrever de cada indivíduo (ou de um grupo de indivíduos em uma certa época). Certamente que esta noção de estilo se mostra muito reduzida para nossos objetivos, até porque pela nossa filiação teórica à Análise de Discurso francesa (filiação esta vinda por Michel Pêcheux) o sentido é historicamente determinado. Queremos problematizar este lugar (subjetivo) já estabilizado para o estilo, na literatura. A literatura naturalizou uma certa concepção de estilo. Nesta concepção, o estilo é determinado pelo elemento subjetivo, ou seja, a literatura estabiliza uma certa interpretação para este objeto. Podemos dizer então que as teorias lingüísticas, na maioria das vezes, reproduzem este gesto de interpretação.

Particularmente, este fenômeno de linguagem que é o estilo tem sido o lugar que nos tem feito compreender um pouco mais a linguagem em sua materialidade (o caráter material do sentido), ou melhor dizendo, a historicidade da língua nacional. Este é o lugar em que venho desenvolvendo minhas pesquisas.

O discurso da estilística, do nosso ponto de vista, dá a visibilidade de um funcionamento específico da língua no Brasil, pois entendemos que a formulação deste discurso (das figuras) rompia com a língua portuguesa tradicional/lógica. Estas figuras instauram sentidos antes impossíveis devido à própria discursividade (lógica/racional) que recobria a sintaxe da gramática tradicional. Isto é, estas figuras instauram sentidos relacionados à língua nacional. Elas reforçam a singularidade da nossa língua. O discurso da estilística então é político porque ele vai imprimir certos sentidos à língua nacional e não outros.

Portanto, não pensaremos as figuras de sintaxe somente enquanto modificações que têm a ver com o estilo próprio daquele que escreve. Estas figuras não consistem simplesmente na omissão, no aumento ou na transposição (inversão) de palavras e frases, com o propósito de dar graça e força ao pensamento. Elas marcam uma discursividade que coloca em funcionamento uma língua que se difere daquela tradicional, já que ela se “comporta” mais “livremente”, podendo assim realçar o “pensamento” nacional. Estas figuras de sintaxe atestam o processo histórico de transformação por que passa a língua portuguesa em território nacional. Estas figuras (de sintaxe) realçam a existência de nossa própria língua e conseqüentemente trabalham a equivalência entre esta língua e o povo que através dela se “expressa”.

É desse modo que entendemos o funcionamento do discurso da estilística na produção gramatical do final do século XIX. As figuras explicitam a materialidade

lingüístico-histórica da língua nacional. Para nós, o discurso da estilística se integra às outras partes do discurso gramatical produzindo o efeito de sentido de que temos a nossa própria língua.

Certamente, esta leitura que estamos fazendo a respeito do discurso da estilística só é possível quando entendemos que o discurso é a textualização do político (todo dizer é político). E isso significa dizer que é em relação às suas reais condições de produção que o discurso deve ser analisado em seus efeitos. No caso do discurso da estilística, deve-se considerar como suas condições de produção: a produção gramatical do final do século XIX (o processo de gramatização do português brasileiro), da qual ela é parte constitutiva, a constituição da língua nacional (política da unidade imaginária da língua do Estado), as filiações que determinaram o estudo deste acontecimento no interior das gramáticas, etc. Estas condições de produção mostram que o discurso da estilística vai produzir um certo efeito de sentido sobre a língua nacional. Ou seja, ele é marcado política e historicamente.

O discurso da estilística dá a visibilidade de que o acontecimento da língua nacional é um fato que reclama por sentidos e a história os dá, pelo seu caráter próprio de interpretação, mas na forma de uma categoria estabilizada. Desse modo, a estilística constitui-se enquanto um lugar “tranquilo”, sem nenhuma “aparente” contradição. Entretanto, queremos chamar a atenção para a articulação contraditória entre a gramática e a estilística. Elas se dividem exatamente para encobrir as diferenças lingüísticas que se explicitavam entre a língua portuguesa e a língua nacional. É esta a contradição de que estamos falando nas gramáticas brasileiras do final do século XIX. Trabalharemos então esta articulação contraditória (que é histórica) entre a gramática e a estilística.

É preciso que se veja criticamente a relação entre a gramática e a estilística no processo de constituição da língua nacional. É possível ver uma tensão entre esses dois

discursos. Mas, uma língua se constitui mesmo neste jogo contraditório entre uma língua acabada (completa, plena) e uma língua que se transforma. Este é o efeito que assegura a unidade imaginária de uma língua, textualizado pela gramática, pelo dicionário e pela literatura.

O discurso da estilística explicita a contradição política na construção de uma língua: a relação entre unidade/diversidade. Estamos querendo dizer com isso que este discurso não deve ser pensado como uma divisão evidente dentro da gramática, como uma categoria estanque, mas sim enquanto uma tensão, no caso do Brasil, entre a língua legitimada (a língua portuguesa) e a língua possível (a língua nacional).

Ele escapa ao discurso da língua portuguesa tradicional, pois ele desliza sentidos para a língua nacional.

A estilística quebra o efeito do discurso uno e homogêneo da língua portuguesa tradicional, textualizado pela gramática.

O discurso da estilística alarga o domínio da gramática, o que é um indício de que a língua portuguesa passava por transformações aqui no Brasil. É interessante observar estas transformações (historicamente determinadas) e suas conseqüências em relação à constituição do efeito de língua nacional. Este discurso, através de seu efeito de sentido ligado ao estilo individual, explicita a singularidade da nossa língua. É o lugar também onde se “administra”, efeito do político, a diferença da nossa língua em relação a de Portugal, pois embora o discurso da estilística evidencie esta diferença (a diversidade, conforme a própria noção de estilo reivindica), ela é colocada como sendo uma questão relacionada ao estilo (modo) de falar e de escrever de cada indivíduo, o que contraditoriamente produz o efeito de legitimação desta língua (a nacional).

Vale lembrar também que no campo da literatura, o fenômeno do estilo é interpretado artisticamente. É este dispositivo ideológico que está funcionando no discurso literário. Por esta via, pode-se dizer que a noção de estilo, enquanto um fato de linguagem, é recoberta pelo efeito estético.

O discurso da estilística através das figuras de sintaxe vai trabalhar a diferença da nossa língua como uma alteração da ordem lógica da língua (logo, uma irregularidade/desvio do pensamento). Esta alteração consistiu em “realçar” o “pensamento”, ou seja, “exprimir-se” com mais “energia”, se pensarmos de uma perspectiva tradicional, ou de considerá-la como sendo suscetível à frase, de uma outra perspectiva (a da gramática histórica). A literatura regula esta relação entre o possível e o impossível na língua. E é a estilística mais especialmente falando que vai contornar estas diferenças na língua, formulando-as isoladamente. Nessa direção, o discurso da estilística explicita estas diferenças, mas as coloca, no geral, como “recursos expressivos”, apagando assim a materialidade histórica (a historicidade) da língua, ou seja, desconsidera-se o fato de que as relações políticas (de força) estão inscritas na língua, produzindo seus efeitos. Portanto, queremos analisar esta contradição que está na base da constituição do discurso da estilística nas gramáticas brasileiras do final do século XIX.

O discurso da estilística materializa esta contradição própria, que é política, que está na construção da unidade imaginária da língua nacional.

Para além de uma questão relacionada ao modo próprio de cada indivíduo falar ou escrever a língua, estamos preocupados com o processo histórico de constituição da língua nacional. Ou seja, abordaremos o discurso da estilística, em relação a este processo discursivo mais amplo, o da constituição da língua nacional, em que a gramática representou um dos lugares de construção dessa língua (de sua unidade imaginária).

Queremos compreender também qual a relação entre estilo e figuras de sintaxe no discurso gramatical. Em Júlio Ribeiro, por exemplo, estilo e figuras de sintaxe formam um único discurso homogêneo e contínuo, conforme podemos verificar no recorte que segue:

Estylo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza; quem o corrige é a observação.

Todavia, há certos modos irregulares de expressão de pensamento, que é útil classificar. Estes modos irregulares de pensar e de exprimir o pensamento manifestam-se, alterando a syntaxe regular,

1) por omissão	} de palavras e phrases
2) por augmento	
3) por transposição	

As alterações da syntaxe regular, acceitas pelo uso chamam-se figuras de syntaxe.
(p. 326)

De nossa parte, temos a dizer que estas noções não estão tão claras assim. Elas requerem que se faça uma melhor distinção entre elas, no quadro teórico gramatical em que são apresentadas. Podemos dizer que Júlio Ribeiro define estilo pela via do naturalismo, onde este é algo inerente/inato ao indivíduo. Nessa linha de raciocínio, o estilo é determinado pela natureza de cada homem. Por outro lado, ele leva a definição até a observação, a experimentação. Isto é, ele estende a noção de estilo até a observação, a experimentação. Pode-se ver também nesta definição a relação entre homem e mente. Em seguida, as figuras de sintaxe são apresentadas por este autor enquanto irregularidades de expressão de pensamento, por alterarem a sintaxe regular, porém são aceitas pelo uso porque dão graça e energia ao pensamento. Vemos que esta forma de abordar as figuras de sintaxe dá-se pelo viés da lógica, da racionalização do pensamento. Enfim, estas noções são interpretadas através da posição teórica assumida por este autor.

Não podemos deixar de observar também que quando este autor enuncia o que ele chama de figuras de sintaxe, nota-se a noção de fatos da língua, pois ele mesmo diz que elas são alterações da sintaxe regular, *aceitas pelo uso*.

O discurso da estilística constitui-se então em um conjunto de figuras que se justifica pelo “uso” literário da língua, ou seja, ele evidencia um “uso” literário da língua. Este discurso direciona para uma “escritura literária” da língua. Ele mostra como se deve escrever para produzir efeitos literários. Sob este efeito estético, as figuras não vão desautorizar as regras gramaticais, pelo contrário elas vão complementá-las. Nesse sentido, as figuras são interpretadas como sendo uma forma de empregar a linguagem dando ênfase (força) ao “pensamento” (espírito), ao modo dos escritores. É esta “linguagem” que configura uma obra literária. Sendo assim, o discurso gramatical deve disponibilizar a “técnica” desta “linguagem” incluindo em suas partes a *estilística*.

Por outro lado, este discurso evidencia que o sentido é sempre dividido – marca do político na língua – e que ele joga na política de constituição da unidade da língua nacional (a política de língua como razão de Estado).

Qual a divisão que é feita aqui, com este discurso? O que de específico tem nesta divisão, em relação à língua nacional? O que há de específico nesta divisão, em relação à estilística?

O discurso da estilística, de nossa perspectiva, descreve as marcas sintáticas da língua nacional. Este discurso não coincide com o discurso gramatical tradicional. Seu objeto de estudo é a língua nacional. Nessa direção, podemos dizer que este discurso explicitou o processo de formação da nossa língua. Ele torna visível que a língua portuguesa é “sensivelmente” transformada aqui no Brasil. Para nós, a estilística é um lugar

muito particular para que se observe o efeito de constituição da língua nacional, pois este discurso está articulado ao processo histórico de transformação da língua.

A seguir, faremos algumas considerações sobre a sintaxe da perspectiva discursiva, para compreendermos melhor este fenômeno das figuras de sintaxe, em relação ao processo de constituição da língua nacional.

2.1. A Sintaxe

O lugar da sintaxe para a Análise de Discurso é fundamental para pensarmos a língua enquanto uma estrutura que não se fecha para os sentidos, pois a sintaxe é o lugar de “delimitações, inversões, deslocamentos” de sentidos (cf. Pêcheux, 1990). A sintaxe, desta perspectiva, é o lugar da “ausência” na língua⁷, ou seja, ela instala o lugar da falta na língua. Não se trata de compreendê-la enquanto uma categoria gramatical lógica que seria a “expressão exata – termo a termo – do pensamento” (concepção tradicional de linguagem que atravessa o discurso gramatical) ou de tomá-la sob a forma de um bloco homogêneo de regras (uma sistematicidade) organizado à maneira de uma máquina lógica (Pêcheux, 1995) e nem de considerá-la como lugar de organização da língua (a sintaxe como dispositivo para captar o real da língua). A sintaxe é o lugar em que se produz a evidência de uma língua em si mesma, que tem sua própria interioridade e que garante a unidade e homogeneidade da mesma. Desse modo, ela se constitui no centro, no cerne da língua. Não nos filiaremos à perspectiva que aborda a língua empiricamente, enquanto um objeto “concreto”. Para nós, ela deve ser pensada na relação entre completude/incompletude da língua. Ela trabalha os limites e os deslimites da língua. Ela marca o lugar da falta na língua, conforme já dissemos. É por meio da sintaxe que os sentidos podem irromper. O

⁷ Ferreira (2000) nos lembra que a “falta” é estruturante e que a língua comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, o impossível.

funcionamento sintático não é indiferente ao complexo ideológico que compreende todas as práticas sociais.

Não estamos falando de uma estrutura intrínseca à língua, mas de sua materialidade lingüístico-histórica.

Na sintaxe, as relações de sentido vão se estabelecendo e se estabilizando. As relações sintáticas, se pensadas discursivamente e não da perspectiva lógica, fixam certos efeitos de sentidos e não outros, ou seja, elas estão comprometidas com um certo modo de ler/interpretar, historicamente determinado. São as condições de produção (as regularidades enunciativas) – que são exteriores ao discurso – que estabelecem/determinam as relações internas na língua e que colocam em funcionamento sentidos que são marcados nas próprias relações sintáticas. Desse modo, a sintaxe não é algo intrínseco à estrutura da língua. E também não se trata de uma “categoria gramatical” neutra. A exterioridade é constitutiva da interioridade do discurso. Enfim, a língua através da evidência de suas regras, produzida pela noção de sistema, não deixa “ver” a forma como o sentido está produzindo certos efeitos, através de um certo modo sintático de funcionar. A noção de sistema recobre o efeito do político, do histórico e do social na língua.

A noção de língua enquanto sistema, partindo de suas regras de sintaxe, estabelece relações internas como sendo intrínsecas à língua, apagando assim as relações externas de sentido (a exterioridade), constitutivas de um certo discurso. Pela sintaxe, as relações de força (de poder/de dominação) e suas determinações tornam-se coerentes (harmônicas) aos sujeitos e as contradições são apagadas por “ameaçarem” a lógica, o equilíbrio, a estabilização dos sentidos em uma certa ordem social. A língua apreende a forma social de um povo praticando suas ideologias. Dessa forma, este lugar possível deixado pela sintaxe

é o lugar da resistência da língua (Ferreira, 2000: 24). Ou seja, esse lugar possível é o lugar do impossível, do irrealizado.

Isto nos remete às nossas questões referentes às figuras de sintaxe no contexto de constituição da língua nacional, onde elas explicitam a resistência desta língua. Para nós, não se trata de figuras, mas de uma não-coincidência entre a língua portuguesa tradicional e a língua nacional. As figuras de sintaxe instauram novos sentidos, constituindo-se em um discurso que desloca sentidos para a língua nacional. Nesse sentido, as figuras de sintaxe evidenciam um deslocamento em relação à língua portuguesa. Elas reivindicam outro referente para esta língua. Enfim, não partimos da perspectiva do funcionamento lógico (ideológico) gramatical para analisar as figuras de sintaxe, onde elas são consideradas desvios, irregularidades do pensamento. Como podemos ver, elas rompem com as fronteiras da gramática da língua portuguesa tradicional, conforme já mencionamos. Estas figuras não estão sintonizadas com o discurso de unidade da língua portuguesa, textualizado pela gramática. Elas correspondem sim ao discurso da língua nacional. Estas figuras atestam que uma língua está aberta para novas significações. O discurso da gramática não dá conta das figuras de sintaxe.

Por outro lado, a gramática, com suas regras de sintaxe, estabelece relações internas como sendo correspondentes à lógica do pensamento racional (causa/consequência).

Isto também nos leva a assumir uma concepção heterogênea da língua. E desta posição, podemos falar em um funcionamento próprio da língua portuguesa no Brasil (a língua nacional) por meio das figuras de sintaxe que dão visibilidade, através de uma análise discursiva, de sentidos relacionados às nossas coisas (nacionais). Estes sentidos são constituídos no interior da língua conferindo-lhe uma espessura material própria. Em outros termos, essas figuras de sintaxe são efeito de sentidos que reveste a língua portuguesa de

caráter nacional. Ou ainda, estas figuras explicitam outros sentidos na língua que vão além de um sentido figurado (ou impróprio) ou não lógico da língua. Em relação à compreensão da língua, elas deixam ver que esta não é um ritual sem falhas (Pêcheux), e trazendo esta reflexão para a nossa análise, diríamos que as figuras de sintaxe produzem sentidos para a nossa língua, visto que elas “reforçam” ou “ênfatizam” o dizer. Ao se constituírem sob este efeito “expressivo” explicitava-se um certo funcionamento à língua nacional.

As figuras de sintaxe, de nossa perspectiva, não devem ser pensadas isoladas, ou seja, na sua significação propriamente falando, mas sim em relação à constituição de nossa sociedade, de nossa língua e do sujeito dessa língua. Essas figuras de sintaxe dão a visibilidade da construção de nosso país.

Em relação à língua nacional, podemos afirmar que as figuras de sintaxe produziram o efeito de uma língua que se significava de outra maneira (enfocando o “sentimento”, a “emoção”, o “pensamento”). Dessa forma, a própria sintaxe se modificava, pois a racionalidade e a lógica gramatical davam a visibilidade de uma língua tradicional, clássica (uma sintaxe regular) e de um sentido “objetivo”, “lógico”. Entretanto, estas alterações sintáticas visíveis na língua do Brasil, não se legitimaram enquanto uma outra língua que se constituía (e que se formulava), ficando apenas limitada a uma língua figurada, literária. O efeito material desta língua foi apagado pelo efeito estético (expressivo), conforme já dissemos. Por outro lado, queremos mostrar que estas figuras têm sim uma materialidade (uma historicidade) que é observável na sua construção sintática e que não se trata apenas de alterações sintáticas. Estas figuras de sintaxe, para nós, explicitam uma ruptura com a língua portuguesa tradicional. Trata-se de um outro funcionamento que me permite falar em uma outra língua (a nacional). Estas figuras instauram uma posição discursiva para a língua nacional. Desta posição, a língua portuguesa se significava diferente aqui no Brasil, sob o

efeito de sentido expressivo. No entanto, ao alterarem a ordem lógica da língua, considerada a ordem natural e a única legítima/ aceita (a regular), estas figuras passam a significar o “erro”, o “desvio”, a “irregularidade”. Isto significa dizer que o que estava funcionando aí é o efeito de dominação exercido através da língua. No caso, a língua falada no Brasil, por se afastar da língua de Portugal, carregaria o estigma de uma língua “incorreta”, “descuidada”, etc. É o que Orlandi (1998) chama de *“política lingüística como razão que rege as relações entre povos, entre nações, entre Estados: a questão da dominação como valor (princípio ético)”* (Orlandi, 1998: 9, 10 e 11).

As figuras de sintaxe modificavam radicalmente a estrutura da língua portuguesa tradicional. Elas se constituem em um acontecimento particular da língua nacional.

Do nosso ponto de vista, não se pode negar este efeito de sentido da língua nacional, “sufocado” por uma discursividade que insiste em dizer que se trata de uma língua imprópria, figurada, irreal (ideologia dominante), etc. É aí que esta língua está funcionando, paradoxalmente falando. Tanto é assim que estas figuras de sintaxe vão aparecer nas páginas das gramáticas brasileiras do final do século XIX, dando a visibilidade de uma língua específica, isto é, colocando o problema da língua no Brasil em evidência. De nossa perspectiva, o discurso da estilística explicita a incompletude da língua. Ele cria uma certa incoerência no interior do discurso gramatical.

O efeito de sentido literário do discurso das figuras de sintaxe fez com que o referente do discurso gramatical do final do século XIX continuasse voltado para a língua portuguesa tradicional. Este efeito literário (dominante) apagou as contradições entre as figuras e o discurso gramatical. Desta perspectiva, o discurso gramatical seguia como um discurso fixo sobre a unidade da língua portuguesa, ou seja, o discurso gramatical

normativo seguia como dominante na construção da unidade imaginária da língua no Brasil.

O literato tem sua própria língua e ele pode criar para poder dizer o que quer. Ele tem esta autonomia sobre a língua; é ele quem sabe escrever a língua, isto é, é ele quem interpreta a língua. Desse ponto de vista, é no espaço literário que o impossível/o irrealizado pode irromper na língua. É dessa forma que compreendemos a presença de figuras de sintaxe no espaço da gramática. Elas “ensinam” a “escrever corretamente” e com singularidade, conforme fazem os escritores. Elas não “ensinam” propriamente a língua, mas como “expressar” nossa individualidade através da língua. Apontando para uma questão de estilo, este discurso “disfarça” a contradição com as regras gramaticais. Pelo contrário, ele produzirá o efeito de uma complementaridade do estudo da língua. Ao lado do estudo dos sons, das formas, da sintaxe, das funções, etc., se acrescentaria o estudo da “expressividade” (da estilística) da língua.

Este efeito da criação artística apaga o efeito de sentido da construção de uma unidade imaginária para a língua nacional. De nossa parte, queremos entender o literato como aquele que interpreta a língua e desloca a autoria da mesma para o nosso território.

Por outro lado, cabe ressaltar que, de modo geral, a estilística aparece em gramáticas do final do século XIX enquanto figuras de sintaxe, ou seja, figuras que alteram a sintaxe regular. Ora nossa questão inicial é esta: o que de fato estas alterações estão significando, quando se pensa a língua enquanto o lugar em que os processos de significação ocorrem? Ou melhor dizendo, que efeito de sentido estas alterações sintáticas estão produzindo, se observadas em relação ao processo de constituição da língua nacional? Isto nos leva a afirmar que a sintaxe é um lugar privilegiado para que as transformações, os deslocamentos se realizem, instaurando novos sentidos que vão além de serem

considerados modos irregulares de “expressão” por romperem com a ordem lógica (e racional) da sintaxe, que segundo a gramática confere a clareza e a transparência ao pensamento (trata-se da ordem lógica da concepção do pensamento). Isto é, a lógica sintática, do ponto de vista gramatical, exprime com precisão o pensamento. Quando se segue a disposição das palavras e frases atende-se à ordem lógica das idéias. À ordem racional do pensamento corresponde à ordem racional/lógica da língua.

Cabe-nos, neste momento, descrever como a noção de estilo e de figuras de sintaxe aparece nas gramáticas brasileiras do final do século XIX, visando com isso compreender as filiações (e suas relações) constitutivas de posições discursivas, em relação ao processo de constituição da língua nacional. Desse modo, vai nos interessar mostrar de que maneira estas noções entram e vão restringindo o que elas devem estudar (delimitando seus espaços) no interior dessas gramáticas.

Mesmo considerando as figuras de sintaxe como modos irregulares de expressão do pensamento, pois elas alteram a sintaxe regular/lógica, considerada a correta/a racional (a dominante), Júlio Ribeiro (1881; 13^a ed. 1919)⁸ em sua *Grammatica Portugueza*, diz ser útil classificá-las, visto que são aceitas pelo uso. Interessa-nos destacar aqui a filiação deste autor à gramática geral que por sua vez fundamenta-se no lógico (arte de pensar) e no filosófico (que concebe a linguagem como expressão do pensamento). Transcreveremos a seguir a fala deste autor:

Todavia, há certos modos irregulares de expressão de pensamento, que é útil classificar. Estes modos irregulares de pensar e exprimir o pensamento manifestam-se, alterando a syntaxe regular (...). As alterações da syntaxe regular, acceitas pelo uso chamam-se figuras de syntaxe (Ribeiro, 1919, p. 326).

⁸ Indico a data de publicação da primeira edição, seguida da edição e data do exemplar que consultamos.

Para Júlio Ribeiro, estas figuras são consideradas modos irregulares de pensar e exprimir o pensamento, já que elas estariam em desacordo com a sintaxe regular da gramática da língua. Ele se refere às figuras de sintaxe não como um fenômeno da língua, um fato da língua ligado ao uso da mesma, embora esta seria a sua proposta na introdução de sua gramática, quando ele a define como a exposição metódica dos fatos da linguagem. Resumindo, ainda pode-se notar no discurso deste autor a sua filiação à gramática geral (filosófico-lógica).

É interessante notar também que Júlio Ribeiro reporta-se ao naturalismo quando define estilo. Ele diz que *“estilo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza; quem o corrige é a observação”* (ibidem).

Vemos nesta definição que o que determina o estilo para este autor é a natureza, ou seja, a própria natureza do homem determina o seu estilo. O estilo está no jeito natural de ser de cada homem logo, ele é inerente ao homem. Trata-se de uma concepção “natural” da linguagem, onde esta se desenvolve a partir de leis naturais.

Resumindo, nesta definição pode-se ler também que a observação entra no discurso deste autor. A referência (mesmo que seja uma referência apenas, pois ele se limita a dizer que o estilo é corrigido pela observação) à observação indica sua filiação aos estudos científicos do seu tempo.

Para Júlio Ribeiro, as figuras de sintaxe estão ancoradas no pensamento; ele desenvolve o estudo das mesmas frisando que se trata de modos irregulares de expressão do pensamento, ou seja, ele realça que as alterações não são da ordem da língua, mas da ordem do pensamento. Para este autor, a língua (a sintaxe) tem uma forma correta e natural, perfeitamente ajustada à expressão do pensamento. Nessa direção, ele define as figuras de

sintaxe enquanto irregularidades do pensamento, pois a sintaxe foi alterada por força do pensamento.

Na perspectiva de Júlio Ribeiro, a sintaxe regular “traduz” a “verdade” do “pensamento” (das “idéias”), ou seja, a verdade está no mundo das “idéias”.

Finalmente, podemos dizer que para Júlio Ribeiro, as figuras de sintaxe alteram a sintaxe regular da língua, o que implica em um modo irregular de expressão do pensamento. Ele parte da concepção de que a sintaxe lógica é a sintaxe regular/natural, pois exprime com exatidão e clareza o nosso pensamento. É assim que ele apresenta as figuras de sintaxe em sua gramática. Diferentemente dos vícios de linguagem que geram confusão de idéias, as figuras de sintaxe são úteis por realçarem um pensamento.

Logo, estas figuras mostram um deslocamento (o processo histórico de transformação e constituição da língua no Brasil) da sintaxe lógica, porém este deslocamento desliza para uma questão relacionada ao modo de expressar e realçar um pensamento. Portanto, este deslocamento definiu-se apenas como um *desvio* da sintaxe lógica, com o propósito de “reforçar” um pensamento.

Em Maximino Maciel (1887, 7ª ed. 1918), encontramos uma definição para estilo semelhante à de Júlio Ribeiro. Eles o definem pela via do naturalismo. Segundo Maximino Maciel, “*estilo é o modo original, próprio e peculiar a cada indivíduo na expressão do pensamento*” (Maciel, 1918, p. 380). Na sequência, ele vai dizer que “*como nota característica da personalidade literária, o estilo é inato ao indivíduo; mas aperfeiçoa-se e corrige-se, à proporção que o indivíduo se exercita no conhecimento da língua e no cultivo de seus principais escritores*” (ibidem). Em relação às figuras de sintaxe, Maximino Maciel assim as define:

Chamam-se figuras sintáticas as modificações que, aparentemente irregulares, ocorrem no organismo das proposições, para maior efeito e elegância da expressão” (ibidem, p. 383).

Portanto, para Maciel as modificações provocadas pelas figuras de sintaxe ocorrem para dar mais energia, mais vivacidade e conferir mais elegância e graça à expressão do pensamento.

Por sua vez, João Ribeiro (1887; 3ª ed. 1889) vai dizer que as figuras de sintaxe “*são modificações de qualquer ordem das quaes é susceptível a phrase*” (Ribeiro, 1889, p. 290).

Em sua definição, João Ribeiro deixa ver que as frases são passíveis de modificações, isto é, as figuras de sintaxe não são irregularidades de expressão do pensamento, como aparece em Júlio Ribeiro. É bom lembrar que João Ribeiro vinha de uma filiação da gramática histórica, enquanto Júlio Ribeiro vinha da filiação da gramática geral, pelo viés do naturalismo. Para João Ribeiro, as modificações a que estas figuras de sintaxe se referem são possibilidades que a própria língua oferece, não sendo, portanto, irregularidades do pensamento.

João Ribeiro faz referência a Spencer e H. Taine quando reflete sobre a teoria do estilo. Ele fala em uma teoria do estilo segundo estes dois autores. Para Spencer “*o perfeito estylo é, pois, o que exigindo pequeno esforço mental e sensível, produz o maximo effeito de comprehensão e de emoção*” (idem: 321). Para Taine, “*pelo estylo estuda-se a alma, a psychologia do homem*” (idem: 322).

Para João Ribeiro, “*o estylo estuda os modos de divergencia que se notam entre os individuos na coordenação e disposição das palavras e phrases*” (idem, p. 316).

Como se vê, este autor associa o estilo às diferenças individuais que podem ser observadas no modo de coordenação e disposição das palavras e frases. Portanto, ele

ênfatiza as possibilidades de construção de uma frase e não o indivíduo. Segundo este autor, o estilo resulta de dois fatos principais:

1- Da possibilidade innegavel de representar uma idéa ou conceito por palavras diversas.

2- Da possibilidade innegavel de se construir de modos diversos uma phrase, dando-lhe ordem directa ou inversa, formando proposições curtas e periodicas ou coordenando-as por meio de partículas, usando de circumloquios e de phrases equivalentes (idem, pp. 316 e 317).

Portanto, para este autor, “*as divergencias de estylo originam-se da variedade de vocabularios e da variedade de construcções syntacticas*” (p. 317).

A partir destes recortes, podemos ver que para João Ribeiro a questão de estilo está relacionada às modificações que um certo indivíduo pode realizar na frase. Ou seja, para ele são as modificações que se podem fazer na frase que marcam o estilo de um indivíduo. Segundo este autor, a frase é suscetível de modificações de qualquer ordem.

De nossa perspectiva, diríamos que a sintaxe é um lugar privilegiado para que observemos o funcionamento das relações de sentido que vão se estabelecendo e produzindo seus efeitos. No caso das figuras de sintaxe, conforme estamos analisando-as, vemos funcionar uma língua que “reforça” justamente o seu “traço” singular, a sua individualidade. Elas “realçam” uma língua que fixa nossas características “inerentes” como um povo que se “expressa” com a alma, com o sentimento, com a emoção, com energia, etc. Este discurso é o lugar que dá a visibilidade para esta língua. Ele explicita a materialidade lingüístico-histórica da língua nacional, conforme já dissemos. Ele legitima as modificações, as alterações na língua, e no nosso caso ele legitimou as modificações na língua portuguesa, constituindo-se no discurso da língua nacional. Nesse discurso, ênfatiza-

se o “pensamento”, a “idéia”, como forma de legitimar a nossa individualidade nacional. Ou seja, enfatizar o “pensamento”, significa marcar/individualizar a língua. É este o efeito de língua nacional que temos por objetivo descrever.

Embora as figuras de sintaxe dessem a visibilidade da diferença lingüística entre Brasil e Portugal é enquanto uma questão de estilo que elas são teorizadas, ou seja, o literário (o artístico, o estético) recobre o lingüístico. Nessa direção, a interpretação destas mudanças/transformações lingüísticas deslizava para uma interpretação artística da língua. No entanto, a língua nacional vai se configurando sob este efeito de sentido (o artístico). Tendo em vista que a gramática é um dos lugares de representação da língua nacional, estamos interpretando o discurso da estilística como o lugar em que a individualidade desta língua é enfatizada.

O discurso sobre estas figuras, do nosso ponto de vista, evidencia a emergência de uma outra língua (a nacional) que, embora funcione sob o efeito de sentido figurado, tem uma materialidade (lingüístico-histórica) que a singulariza. É no discurso destas figuras de sintaxe que esta outra língua ressoa. Logo, a emergência deste discurso (das figuras) nas gramáticas brasileiras do final do século XIX deve ser entendida como a emergência de se instituir uma língua nacional.

Podemos afirmar que as questões relacionadas às mudanças lingüísticas no Brasil, no final do século XIX, deslizaram para questões relacionadas ao estilo, ou seja, ao modo de escrever e falar a língua no Brasil. Dessa forma, os estudos lingüísticos limitavam-se ainda às lições de como se devia escrever. Efeito este que atravessa o discurso da gramática e da literatura. Em relação à gramática, este efeito de ensinar a falar e escrever corretamente é materializado sob a forma do normativo. Na literatura, o efeito de escrever bem, elegantemente (com graça), materializa-se sob a forma do estético. Apesar da

explicitação da filiação à ciência da linguagem, o que vemos nas gramáticas do final do século XIX, em sua maioria, é o ensino de normas para escrever e falar corretamente. Este efeito normativo vai recobrir o discurso gramatical desta época que “aparentemente” se colocava como um estudo científico da língua, quando na verdade era uma gramática normativa que estava sendo formulada. Júlio Ribeiro, por exemplo, vai dizer que “*a grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem*” (p. 1). Na sequência, ele acrescenta que “*a grammatica, não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade*” (idem, p. 1).

Por outro lado, conforme destacou Orlandi, “*seria bastante redutor pensar a gramática, tal qual propõe Júlio Ribeiro, nesse momento, como meramente normativa. Nossos gramáticos dessa época, como podemos ver, dialogam com a ciência da linguagem*” (Orlandi, 2002: 135). Ainda sobre o gramático Júlio Ribeiro, a autora vai nos dizer que “*ele é não apenas uma figura emblemática em relação ao processo de gramatização mas, pelas suas qualidades intelectuais e sua contemporaneidade ao pensamento lingüístico, um gramático que já nos coloca no campo da reflexão sobre a língua*” (ibidem).

Guimarães (2002), ao se referir a Said Ali em seus estudos sobre a história da gramática e do português no Brasil vai nos dizer que:

As formulações de outros gramáticos, anteriores a Said Ali, substituem a definição de gramática, que passa de uma definição normativa para uma descritiva. Mas esta mudança não opera a formulação efetiva desta distinção. A definição descritiva passa a valer para a gramática normativa que é a que efetivamente é realizada” (Guimarães, 2002, p. 24).

Dessa forma, as gramáticas do final do século XIX, em sua maioria, ainda privilegiavam o estudo de regras/leis de bem falar e escrever a língua (embora elas se apresentassem como uma exposição dos fatos da língua), numa filiação à gramática normativa.

Podemos verificar aqui, conforme Guimarães (2002), que a qualidade da correção apresenta-se como um modo de regular as línguas como línguas dos Estados Nacionais (p. 116).

A gramática, portanto, até o final do século XIX, realizava um estudo da língua que consistia em prescrever regras que ensinavam a ler e a escrever corretamente. Os estudos gramaticais eram mais artísticos do que propriamente lingüísticos. A gramática era considerada uma arte, visto que se filiava à concepção de linguagem enquanto expressão do pensamento. Através da gramática, ensinava-se a expressar bem os nossos pensamentos por meio de palavras. A esta concepção de linguagem correspondia a constituição de uma gramática denominada geral.

Voltemos às nossas reflexões acerca das figuras de sintaxe.

Não consideraremos, neste trabalho, estas figuras de sintaxe nem como “irregularidades” entre a língua e o pensamento (neste caso, elas iriam “trair” o pensamento) e nem como figuras que realçam o pensamento através de omissões, aumentos ou transposições na frase. Ao contrário destas posições, interessa-nos olhar para estas “irregularidades” enquanto um equívoco, pois elas evidenciam a contradição entre um sentido já estabelecido e um sentido que irrompe. Entretanto, é o sentido impróprio (figurado) que vai revestir estas “irregularidades”, esse equívoco. De nossa parte, queremos compreender como e por que se dá este revestimento e o que fica aí silenciado. Como partimos da materialidade da língua, sabemos que, mesmo sob este efeito de sentido

figurado, configurava-se uma discursividade que exigia um rompimento com a língua lógica e tradicional de Portugal. O discurso da estilística desloca o sentido lógico (e racional) sob o qual funciona a gramática. E é neste deslocamento que reside a possibilidade de um funcionamento próprio (singular) à língua nacional. Enfim, a estilística vai nos interessar enquanto um discurso sobre a língua nacional, isto é, enquanto um discurso que explicita o funcionamento da língua nacional.

As reflexões que faremos a seguir visam explicitar teórica e analiticamente a nossa filiação à metodologia do projeto História das Idéias Lingüísticas⁹ e expor as idéias centrais que orientam as pesquisas desenvolvidas na atual fase deste projeto, no Brasil.

2.2. O Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil

O projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil preocupa-se especialmente com a historicidade (a materialidade) da língua portuguesa no espaço enunciativo em que ela se desenvolve enquanto língua nacional brasileira. Trata-se de um projeto cujo interesse maior é observar e compreender os processos que determinaram as transformações da língua portuguesa em território nacional.

Este projeto também tem como objetivo fazer a história política do campo de conhecimento sobre linguagem.

Importa também para este projeto observar a constituição de um estudo sobre a língua no Brasil, ou seja, interessa descrever os estudos referentes à língua que foram se configurando ao mesmo tempo em que a própria língua nacional se constituía e se representava (através de gramáticas, de dicionários, da literatura, etc.). Porém, estes

⁹ O projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas” tem sido apoiado pelo Programa Capes/COFECUB, e envolve pesquisadores de várias instituições brasileiras, desenvolvendo-se em parceria com a equipe de S. Auroux.

objetos não se constituíram sem relações, sem filiações. Há uma exterioridade que é constitutiva destes discursos. A materialidade/a historicidade/a textualização destes discursos nos permite observar o gesto de interpretação que está sustentado na própria formulação (o intradiscurso) destes (dos discursos). Nesse sentido, o projeto visa descrever as regularidades que determinaram a constituição destes objetos.

Deslocando-se e opondo-se firmemente ao método investigativo histórico-comparativo das ciências da linguagem, método este que descreve a língua a partir de sua história cronológica, mostrando sua origem, sua evolução e conseqüentemente suas mudanças através dos tempos (a língua como produto da história) e desse modo interessa a história contínua, linear e evolutiva da língua, o projeto HIL, por outro lado, mostra-se crítico a esse método lógico e evolutivo e problematiza a eficácia deste efeito histórico evidente produzido por este método.

De sua parte, o projeto HIL visa descrever as filiações (as relações de sentido) e as conseqüências teóricas e políticas dos fatos lingüísticos. Nesse projeto, a história resulta de fatores exteriores (em que conta o imaginário) e anteriores que determinam a constituição de um certo fato lingüístico.

Não acreditamos que a história de uma língua se reduza à sua evolução cronológica. Dessa perspectiva, a língua vai sofrendo alterações através dos tempos. Parte-se de sua origem e formação até chegar na sua época atual. Filiar-se a esta idéia é filiar-se a uma concepção histórica da língua, determinada pela sua evolução linear e cronológica.

O método investigativo histórico-comparativo descreve a língua em seus diversos períodos na sua relação com outras línguas que têm a mesma origem. Ele fica na interioridade da língua assinalando suas mudanças em termos de estrutura. Dessa posição, a

língua é uma ciência histórica e cuja evolução é entendida enquanto consequência lógica, ou seja, os fatos lingüísticos se dão numa seqüência lógica.

João Ribeiro em sua Gramática Portuguesa (1889) explicita o que entende por gramática histórica e gramática comparativa:

Grammatica historica é a que estuda os factos de uma lingua, em seus diversos periodos, desde a origem e formação até a época presente.

Grammatica comparativa é a que estuda os factos communs ou differentes, em um grupo de linguas, que têm a mesma origem (Ribeiro, 1889, pp. 1 e 2).

E acrescenta:

Em geral, tanto o estudo historico como o comparativo, são inseparaveis e constituem o methodo historico-comparativo, essencial à sciencia das linguas. No caso da lingua portugueza, os elementos historicos são fornecidos pelo latim, pelo portuguez antigo e pelas influencias das linguas extranhas, em diversas épocas; os elementos comparativos acham-se na analyse das linguas romanas, o italiano, o francez e o hespanhol, que todas se originam do latim barbaro da idade-média (idem, p. 2).

Conforme já sabemos, no final do século XIX surgem as primeiras gramáticas que são as referências fundadoras de um pensamento gramatical brasileiro, e mais que isso, estas gramáticas devem ser pensadas em relação à constituição da referência da língua no Brasil e como parte da relação com a sociedade e com a história. Embora estas gramáticas se constituíssem sob o efeito de uma filiação científica (em oposição à filiação filosófica vinda diretamente através de Portugal), vemos uma divisão nesta filiação. De um lado, temos uma filiação mais formal (trata-se de uma filiação à gramática geral) que dá

continuidade ao naturalismo, como é o caso de Júlio Ribeiro, por outro, temos uma filiação à gramática histórica e aqui encontramos João Ribeiro (cf. Orlandi, 2000: 22, 23).

Neste momento (final do século XIX), reivindica-se uma abordagem científica à língua no Brasil. Foi sob este efeito que essas gramáticas se constituíram. Desse modo, à filiação naturalista, o histórico se reduz às leis (organicidade intrínseca à própria natureza da língua) próprias (naturais) da língua enquanto um organismo vivo, já à filiação histórica, este é compreendido como evolução através dos tempos, como uma sequência lógica, ou seja, a história de uma língua se dá cronologicamente.

No caso da produção de gramáticas e de dicionários brasileiros no final do século XIX, é possível observar, neste gesto de autoria sobre a língua nacional, a inclusão do item “brasileirismos” em suas páginas. João Ribeiro, em sua *Grammatica Portugueza* (1887; 3ª ed. 1889)¹⁰ introduz o item *brasileirismos* classificando-os em *léxicos* ou *sintáticos*. Segundo este autor, “*os brasileirismos léxicos abrangem os vocabulos de origem tupi e africana, empregados pelo povo brasileiro. (...) Os brasileirismos lexicos também podem ser constituídos pela prosodia especial do Brazil*” (Ribeiro, 1889, pp. 307, 308). Em relação aos *brasileirismos sintáticos*, Ribeiro diz que eles “*consistem em construções divergentes do cunho vernáculo*” (idem, p. 308).

Este recorte evidencia o gesto de autoria/de interpretação (cf. Orlandi, 1996) sobre a língua portuguesa – realizado pelos nossos gramáticos – em território nacional. O gesto de poder falar da língua já é um indício do seu desligamento com o português de Portugal. Vemos nesta lista de *brasileirismos* um deslocamento importante do funcionamento da língua portuguesa no Brasil.

¹⁰ Indico a data de publicação da primeira edição, seguida da edição e data do exemplar que consultamos.

Este item “brasileirismos” evidencia estudos sobre a língua portuguesa no Brasil levando em conta a especificidade da nossa língua. Trata-se então de um gesto não apenas teórico, mas também político (pois “expressava” nossa Independência política) sobre a língua. Enfim, caminhávamos para um estudo da língua no Brasil.

No caso do gramático João Ribeiro (1933), sua posição teórica em relação à questão da língua nacional é a de que *“a nossa língua é a portuguesa, mas enriquecida e adaptada ao novo e longínquo ambiente a que veio respirar. Não só enriquecida a vemos, mais ainda reconstruída pela renovação de antigos elementos preservados desde a vida colonial”* (Ribeiro, 1933, p. 26). Vemos que para este autor a nossa língua é a portuguesa, porém com sua própria história e fatos, entre os quais ele cita os brasileirismos que *“desde os primeiros tempos da colonização do Brasil, nos documentos literários, nas cartas dos jesuítas e nas crônicas dos antigos historiadores”* (idem, 23) eles aparecem como os primeiros vocábulos de origem americana, instalando, desse modo, a diferenciação da língua portuguesa na América. É assim que interpretamos a posição teórica, na perspectiva discursiva, deste autor.

Em relação a Júlio Ribeiro, sua gramática é definida como exposição de “fatos” da língua, no entanto, pode-se dizer que ele realiza uma gramática normativa, enfocando, dessa maneira, as regras da língua. É este efeito normativo que vai funcionar no discurso prático do ensino da língua.

Não estamos dizendo que nossos gramáticos estavam fazendo uma gramática que descrevesse a oralidade desta língua (a nacional). Estamos assinalando sim, o efeito produzido com estas gramáticas que dava a visibilidade de uma unidade e de uma homogeneidade imaginárias para o Estado Brasileiro e para a sua língua (a nacional).

Nessa direção, estas produções (as gramáticas, os dicionários e as obras literárias) fizeram significar o sentido de nossa independência política e lingüística, em relação a Portugal, pois entendemos que elas materializaram as relações de força (de poder) daquele momento específico em que estava em jogo a formação de nossa sociedade com sua política de Estado. Constituídas nessas condições, elas estão investidas de sentidos que instauram uma política nacional, ou seja, através delas nossa Independência é materialmente construída. Desse modo, elas dão forma ao Estado Brasileiro e ao mesmo tempo constituem uma *forma-sujeito* histórica para o brasileiro.

A língua portuguesa trazida pelos colonizadores vai sendo re-significada em território brasileiro dadas as condições históricas e ideológicas que são constitutivas dos discursos produzidos neste espaço específico de enunciação. Porém, estes fatos relacionados à questão da língua somente serão reconhecidos como próprios da língua nacional com a descrição/interpretação de objetos históricos específicos produzidos no decorrer do século XIX. Somente neste século eles são representados materialmente, constituindo o deslizamento da língua em termos de sua escrita/escritura com o processo de gramatização. É neste século que se dão os processos de legitimação desta língua (a nacional), tendo em vista a construção da unidade da nação brasileira. Estamos falando mais especificamente dos novos sentidos que a produção gramatical brasileira do final do século XIX instituiu, representados na forma de alguns “temas” que foram incluídos em suas páginas.

Uma forma gramatical inflexível, pautada pela sua rigidez, como a que se filiava à perspectiva filosófica vinda de Portugal, onde a gramática se define como a arte de falar e escrever corretamente a língua (cf. Jerônimo Soares Barbosa), não era o “ideal” de língua reclamada pelos gramáticos brasileiros da época. A representação de uma língua tal qual

era praticada neste espaço passou a ser a injunção que determinou nossos gramáticos na constituição de seus objetos. Estes objetos, portanto, deixariam de ser repetições (paráfrases) de gramáticas portuguesas, como até então eram. Abre-se então um espaço em que a polissemia se instala, pois a língua portuguesa vai reclamar por outros sentidos. Podemos afirmar que veremos um jogo sobre a língua.

Desta perspectiva, diríamos que a língua portuguesa passa por um processo de metaforização (entendida no sentido que a Análise de Discurso, desenvolvida por Pêcheux, dá para este processo) em território nacional. E é através da estilística que este processo se dá profundamente.

Dessa forma, a estilística deslocava sentidos para a língua nacional. Ela não partilhava da mesma referência da língua portuguesa tradicional. Vemos aí que a língua portuguesa tomava outra direção aqui no Brasil, diferente de como ela significava em Portugal. Este processo de metaforização não significava um desvio da língua portuguesa tradicional, mas um deslocamento/um deslize de sentidos para a língua nacional. Portanto, não se tratava da mesma língua, suas referências eram diferentes. A estilística, dessa posição, não reproduzia a língua portuguesa, ela dava uma interpretação particular para esta língua, referindo-se a ela como a nossa língua (a nacional).

Este acontecimento da gramatização do português brasileiro dá-se como um movimento que irrompe na base da própria língua portuguesa, mas que em se tratando de discursos eles a transformam fundando uma nova língua, com novos sentidos, representados em formas que atestam a materialidade dos mesmos. Este jogo entre o mesmo (a paráfrase) e o diferente (a polissemia) pode ser entendido, conforme Pêcheux (1990), como o embate entre a memória (a língua portuguesa) e a atualidade (a língua

nacional), ou melhor dizendo, o confronto entre a estrutura e o acontecimento. É assim que podemos falar em uma língua nacional no território brasileiro.

Portanto, pensar esta relação entre a gramática e a estilística no final do século XIX a partir dos dois grandes processos que são o fundamento da linguagem: o processo parafrástico e o processo polissêmico (cf. ORLANDI, 1996: 20), é entender que o discurso da estilística reclama pela legitimação da língua nacional, pois este discurso entra em conflito com o sentido legitimado, institucionalizado da gramática para a língua portuguesa.

3. ANÁLISE DA ESTILÍSTICA

Neste capítulo, buscaremos descrever, em relação ao processo de gramatização do português brasileiro, a tensão histórica entre uma língua gramaticalmente aceita e o que foge desta norma gramatical. Como esta relação tensa é “amenizada” pela gramática? Nesse sentido, o que podemos entender por estilo no espaço da gramática?

Nesta parte do trabalho, queremos analisar a tensão histórica (entre a gramática e a estilística) sob a qual se constitui a língua nacional.

O discurso gramatical do final do século XIX explicitou a disputa pelos sentidos de uma língua nacional em sua própria materialidade discursiva (histórica). Estamos falando da estilística especificamente. Este discurso (o gramatical) foi produzido sob a tensão histórica entre a língua portuguesa tradicional e o acontecimento de uma nova língua. Pode-se dizer que este discurso não rompeu com a ideologia da língua portuguesa padrão (a dominante), a língua que representava o poder, que é a que será considerada a legítima, pois está relacionada à correção, a uma língua culta, por outro lado, vemos alguns pontos neste discurso (o gramatical) relacionados ao uso da língua de modo individual. É esta tensão (conflito) que estamos interpretando como constitutiva do efeito de uma língua nacional.

Embora a gramática não seja a transcrição da língua falada pelo povo, esta língua (enquanto uma marca do social) pode ser notada em alguns pontos deste discurso, é o caso da *estilística* e dos *vícios de linguagem*.

O discurso gramatical, enquanto uma instância do estabelecimento do poder político, busca preservar a língua portuguesa como a nossa língua. Nesse sentido, este discurso, que sob o efeito normativo, vai prescrever este imaginário de língua que deverá ser ensinado e aprendido pelos brasileiros, estará na verdade encobrindo o sentido político

de reprodução de uma interpretação na qual se sustenta o poder e através do qual ele exerce sua dominação. Entretanto, vemos que embora este discurso em relação a sua regularidade defina a língua em sua unidade e homogeneidade, pode-se dizer, por outro lado, que as marcas de uma língua relacionada à oralidade do povo produz uma certa tensão no discurso gramatical da língua escrita. Este conflito é a marca do político na língua, isto é, ele explicita que há uma disputa pelos sentidos em relação à língua que se fala e a que é estabelecida como a correta (a escrita).

O discurso normativo não é inerente ao discurso gramatical. Queremos sair desta evidência para compreender o processo histórico de constituição da nossa língua e do sujeito nacional.

O discurso da estilística nos coloca diante do confronto entre o mesmo e o diferente, quando pensamos a questão da língua no/do Brasil. Nossos escritores românticos não repetiram o modo de escrever dos escritores portugueses, pelo contrário, eles realizaram o gesto de interpretação sobre a língua nacional. Para nós, o que estava em jogo aí, é o fato de que no final do século XIX nossos escritores românticos reivindicavam a autoria sobre a nossa língua. Da mesma forma, as figuras de sintaxe se constituíram em um acontecimento discursivo que rompe com a lógica da sintaxe do Português tradicional. Entretanto, este acontecimento será interpretado como alterações da sintaxe considerada regular, realizadas pelos escritores com o propósito de realçarem o seu pensamento. De nossa perspectiva, queremos dizer que é preciso descrever as determinações (as regularidades) históricas que constituíram as condições de produção deste discurso para que não fiquemos na evidência de um discurso que é determinado pela intenção de quem escreve.

A estilística, para nós, não está relacionada ao modo próprio de falar e escrever que tem cada indivíduo, mas a processos em que se dá a representação de uma língua (a construção de sua unidade imaginária) e a constituição de discursos sobre a mesma.

Queremos também problematizar o fenômeno do estilo e procurar entendê-lo em relação às regularidades que condicionam o modo de escrever em uma certa época. Trata-se de buscar pelas suas regularidades históricas e não ficarmos na evidência de que ele é um fenômeno expressivo ou natural (próprio ao indivíduo que escreve). Foram estas evidências que buscamos desconstruir em nossas análises na Dissertação de Mestrado (FRAGOSO, 2001), quando nos ocupamos do estilo literário romântico enquanto nosso objeto de estudo.

A estilística é um lugar privilegiado para se observar as transformações por que passa uma certa língua. Ela evidencia o processo contínuo de transformação de uma certa língua. Mostra que a língua está em movimento. Este é o efeito de sentido constitutivo da materialidade histórico-discursiva (ideológica) da língua nacional e que procuraremos observá-lo mais atentamente neste trabalho.

Na verdade, quando pensamos a estilística discursivamente vemos uma outra língua em funcionamento. Esta outra língua no caso do Brasil fez funcionar imaginariamente a língua nacional (a língua do povo brasileiro, associada ao caráter deste povo) que, conforme já vimos, foi textualizada pelo discurso romântico.

Isso significa dizer que a estilística, sob o efeito de colocar em funcionamento uma “língua figurada”, reduz o fato lingüístico à “liberdade criadora” sobre a língua. Em outros termos, o discurso literário “apaga” este efeito histórico da língua (sua inscrição na história) reclamando por sentidos, interpretando-o como um efeito literário sobre a língua.

O discurso da estilística interpreta estas transformações pelo viés do discurso literário, ou seja, estas transformações deslizam para um trabalho com/sobre a língua. Desta

perspectiva, de um fato de linguagem a estilística desliza à maneira particular de cada escritor escrever.

O discurso da estilística, portanto, regula este efeito de uma língua outra (diferente), pois esta diferença é formulada como sendo um sentido impróprio/figurado da língua. Daí a importância do discurso literário no processo de constituição da unidade imaginária de uma língua. Desse modo, este discurso, com a sua memória, produz a ilusão de que ele dá conta da fluidez da língua (a sua poesia), sendo, portanto, um discurso necessário e decisivo no processo de constituição da unidade imaginária da língua nacional (FRAGOSO, *idem*). Ou seja, é fundamental que se pense o funcionamento do discurso literário no processo de constituição de unidade de uma língua nacional. Ele regula as contradições que escapam a este efeito de unidade. É assim que entendemos o funcionamento político da gramática, do dicionário e da literatura na constituição da unidade imaginária de uma língua nacional.

A estilística não se constitui em um fenômeno especificamente lingüístico, mas sim enquanto uma singularidade relativa à escrita de um indivíduo. Trata-se de um problema que é de ordem literária, não sendo portanto um fenômeno referente à língua e sua significação. Desta perspectiva, a estilística é considerada um discurso pessoal e não um acontecimento que mexe com a estrutura da língua, que a coloca em movimento.

Mais do que querer explorar os recursos expressivos da língua, queremos entender a estilística em nosso trabalho como um processo histórico que explicitou as diferenças sintáticas da língua portuguesa no Brasil. Estes recursos expressivos nos quais a estilística se apóia têm na verdade outro sentido quando se observa o processo histórico de transformação pelo qual passou e passa a nossa língua nacional. Não se trata simplesmente de dar mais força, vivacidade, energia ao pensamento e nem de uma escolha individual (de um ou outro vocábulo, de uma forma ou outra de enunciar) ou ainda de um trabalho

artístico sobre a língua. Mais que isso, vemos nestes recursos a materialidade da língua nacional, ou seja, a forma material constitutiva desta língua.

O discurso da estilística apaga a contradição e o equívoco próprios da língua para constituir-se como um “efeito criador” (decorativo) sobre a língua, assim, a “expressividade da língua” recobre a materialidade da língua nacional.

Este efeito expressivo dá a visibilidade de uma mesma língua, mas que ao ser praticada literariamente ganha contornos decorativos, artísticos. Este é o efeito de sentido que o discurso da estilística produz sobre a língua.

Nota-se também que a estilística opera com o que é individual, logo cada escritor tem o seu próprio modo de escrever, o seu estilo. Dessa forma, o discurso da estilística garante a unidade da língua colocando a diferença como sendo “própria” ao estilo. A estilística estabiliza o sentido de homogeneidade e de unidade da língua regulando as diferenças lingüísticas como sendo individuais, ou seja, elas marcam o indivíduo na língua. Trata-se da mesma língua falada por pessoas que têm suas individualidades. Não é a língua que é diferente, mas os estilos que são. Ao separar língua de estilo acreditamos que o discurso da estilística cria a “ilusão” de uma língua que pode ser reinventada, trabalhada literariamente, ou seja, a estilística cria uma outra língua, mas que tem a ver com uma língua mais elaborada, decorada, artística, expressiva... Isso significa dizer que o discurso da estilística torna evidente o sentido de uma língua que se transforma devido as suas infinitas possibilidades (seus recursos) de uso (conforme já vimos, esta é a posição do gramático João Ribeiro), ou devido à necessidade de realçar o pensamento visando dar-lhe mais graça e elegância (esta é a posição tradicional do estilo que pode ser vista em Julio Ribeiro) o que já é uma questão de estilo individual/pessoal. É este o efeito de sentido que recobre a transformação histórico-ideológica da língua. Ele cria a “ilusão” de uma língua

única e plural ao mesmo tempo, isto é, de uma língua literal e de uma língua figurada. O discurso da estilística propõe um uso sensível (e não intelectual) da língua.

Dito de outra maneira, o discurso da estilística constrói a posição da qual se pode trabalhar a língua. A língua, neste discurso, pode ser explorada em sua forma própria, produzindo efeitos de sentidos não convencionais (e nem lógicos), mas artísticos, isto é, a própria língua em sua forma pode ser trabalhada artisticamente. A estilística é um discurso que busca descrever o “colorido” (a expressividade) da língua e nesta direção ele não se interessa precisamente pela língua, mas pelos efeitos que se pode produzir sobre ela. A estilística descreve as individualidades daqueles que escrevem (os escritores). Portanto, vemos este discurso reduzir os equívocos da língua a recursos da língua. Trata-se de produzir o efeito imaginário de uma língua que pode ser explorada artisticamente e por conseguinte não se esgota, ou seja, a língua é objeto do artista e não do cientista.

Desse modo, não ficaremos na forma literária da língua, ao invés disso queremos trabalhar com a sua forma material.

Falaremos da estilística enquanto um fenômeno lingüístico com o objetivo de ampliar nossa compreensão sobre a língua nacional.

Este problema de linguagem tomado na sua especificidade nos coloca diante de um processo em que vemos se constituir uma outra língua (a nacional).

Enfim, temos como objetivo descrever as condições históricas e políticas que determinaram (constituíram suas regularidades) o discurso da estilística na produção gramatical do final do século XIX.

Trataremos também da tensão entre a estilística e a gramática. O discurso da estilística problematiza a racionalidade /a lógica que é constitutiva do discurso gramatical. Da perspectiva gramatical (normativa), a língua funciona a partir de regras rigorosamente

definidas que determinam como ela dever ser escrita/falada corretamente. É o método racional que vemos funcionar no discurso gramatical, isto é, que atravessa os conceitos que constituem este discurso. O próprio método é constitutivo da análise do objeto. Por outro lado, o discurso da estilística contesta a “frieza” e a “rigidez” do discurso gramatical apontando para suas “insuficiências” e suas “restrições” em se tratando de expressar precisamente as “sensações do espírito”. Dessa posição, as categorias gramaticais não funcionam tão racionalmente, conforme estão formuladas neste discurso. O discurso da estilística reclama por um funcionamento subjetivo da língua. É neste ponto que podemos falar em uma contradição entre estes dois discursos. Ou seja, o discurso da estilística desautoriza as regras do discurso gramatical, uma vez que ele se constitui sob o efeito de uma liberdade criadora sobre a língua. Para o discurso da estilística interessa produzir efeito (ser expressivo) sobre a língua, ao passo que para o discurso da gramática existe apenas uma única forma correta de usá-la. Da perspectiva do discurso estilístico, qualquer categoria ou regra gramatical pode ser modificada por aquele que escreve.

Não vai nos interessar abordar a estilística enquanto um equívoco entendido como a falta de sintonia com a gramática.

Portanto, da posição tradicional existe uma divisão entre razão e emoção (expressividade). Ou seja, era com base nesta divisão que a gramática se constituía como um todo homogêneo e garantia sua unidade. Esta divisão “resolve” o conflito que é inerente à constituição histórica da língua nacional.

A gramática e a estilística do ponto de vista tradicional dão conta de todas as esferas, tanto no âmbito social quanto no âmbito individual. Enquanto uma cria regras para estabelecer um modelo único (o correto) de falar e de escrever a língua, a outra coloca a questão do que é individual, legitimando as diferenças enquanto algo que é da ordem do

individual. E assim temos a gramática e a estilística em suas evidências e em suas positivities.

Certamente, esta tensão não se reduz ao sentido de sua evidência. Para além de uma abordagem tradicional em que a gramática descreve a língua com objetividade, racionalidade e a estilística com subjetividade (emotividade), procuraremos compreender esta questão (este conflito) em relação à constituição histórica da língua nacional.

É interessante notar que na gramática esta tensão é resolvida pela exclusão, isto é, o que não está para as regularidades das regras gramaticais, está para o estilo. Nada mais se fala sobre isso na gramática. Nesta divisão entre gramática e estilo, pode-se ver o funcionamento do par razão/emoção com o predomínio da razão. Nesse sentido, a gramática traz o estilo para dentro de seu domínio como forma de “domesticar” as diferenças existentes entre a língua portuguesa e a língua nacional.

O discurso da estilística busca dar conta do que escapa à lógica gramatical. Ele desloca para o lado da emoção o que se apresenta incompatível à teoria da razão gramatical. Esta é a justificativa apresentada pelo próprio discurso gramatical para explicar a presença da estilística em suas páginas. Certamente, não estamos entendendo o discurso da estilística como aquele que complementa o discurso gramatical, dando com isso uma visão “completa” da língua. Não ficaremos na evidência de que este discurso complementa. Não consideraremos neste trabalho o discurso da estilística como a parte da gramática que trata de questões subjetivas da língua, em oposição à razão das regras gramaticais. É preciso dar visibilidade à tensão (contradição) que se instala entre estes dois discursos, pois eles se contradizem. Queremos mexer nesta aparente harmonia entre a estilística e a gramática na produção gramatical do final do século XIX. Estamos querendo dizer que a língua não é homogênea. Mas, por outro lado, vemos que o discurso gramatical incorpora a estilística

como uma de suas partes, apresentando-a como lições que ensinam a escrever com elegância, com graça, com estilo. Portanto, é neste ponto específico que gramática e estilística se fundem, formando um único discurso harmônico e homogêneo. Isto é, é neste ponto específico que as contradições entre estes dois discursos se diluem.

A estilística, para nós, evidencia esta “falha”, e ao mesmo tempo desfaz este “mal-entendido” deslocando a noção de “erro” para a de recursos expressivos.

Discursivamente, diríamos que o método supera estas contradições, pois estes dois discursos interpretam a língua teórica e analiticamente diferente. Em outras palavras, suas questões sobre a língua são diferentes. Não se trata de dizer que o discurso gramatical é incoerente ou contraditório, ao invés disso preferimos analisar (observar) o efeito ideológico que determina o funcionamento desse discurso. Isto é, trata-se de estar em um certo imaginário de língua: o discurso gramatical concebe a língua como sendo um objeto racional, lógico, único, etc. enquanto que para o discurso da estilística a língua é flexível, móvel, plural, figurada, etc. Ambos operam com a noção de escrever bem (corretamente), mas de modos diferentes. O discurso da estilística é legitimado pela literatura, onde a “manipulação” sobre a língua produz o efeito artístico (o efeito do “belo”). Ou seja, este efeito artístico sobre a língua é um trabalho reservado exclusivamente aos escritores. Porém, estes acabam “subvertendo” as regras gramaticais porque trabalham a língua com uma certa “liberdade criadora”. Por outro lado, sendo o discurso literário uma referência ao discurso gramatical, vemos a gramática se ajustando à literatura incluindo em suas páginas um item a mais: a estilística. O discurso literário tem um funcionamento decisivo na constituição da língua nacional (FRAGOSO, *idem*).

O discurso gramatical, por exemplo, “naturaliza” uma única forma correta de falar ou escrever a língua, assim como se apóia na noção de “erro” para sustentar a

argumentação normativa. Esta noção de “erro” encobre o recorte que este discurso faz de seu objeto. A noção de “erro” explicita que este (o erro) não se trata mais de um problema para a gramática normativa. Ele encerra a análise que a gramática faz de seu objeto, ou seja, a análise do objeto desta gramática se esgota no “erro”. O discurso gramatical limita-se ao que está correto e ao que não está (correto), em termos de análise lingüística. A noção de “erro” para este discurso tem um funcionamento argumentativo que não abre espaço para a dúvida. Ele encerra a compreensão do objeto de estudo. Na verdade, esta noção de “erro” funciona como justificativa no discurso gramatical.

Vemos então que para o discurso da gramática normativa as regras funcionam como uma espécie de “verdade”, efeito da dominância do discurso da razão na gramática.

A noção de “erro” não interessa ao discurso gramatical. Isto é, a gramática não põe em dúvida o que ela define enquanto “erro”. Este apaga a redução que é inerente ao funcionamento deste discurso. O “erro” é naturalizado pelo discurso gramatical. A noção de “erro” é vaga demais no discurso gramatical, quando falamos da perspectiva discursiva, pois ela apaga/evita a reflexão do fenômeno lingüístico e explicita a dominância do efeito da razão neste discurso. Pode-se observar que uma certa ideologia é assegurada pelo discurso gramatical, acarretando na constituição de uma forma-sujeito histórica específica.

O discurso da estilística configura a língua de um certo modo. A língua, deste ponto de vista, é expressiva, isto é, ela não apenas se encarrega de tornar o “pensamento legível” através de articulações lógicas (a sintaxe). Ao contrário disso, ela tem um funcionamento marcado sentimentalmente. É por isso que a estilística se aproveita desta “falha” do discurso gramatical para se constituir “independentemente” dele. É possível observar esta tensão entre a estilística e a gramática em qualquer traço da língua.

Um olhar mais atento sobre o discurso gramatical nos deslocará de seu efeito racional/lógico, materializado sob a forma de regras que colocam em funcionamento um certo imaginário de falar e de escrever corretamente a língua. Não ficaremos na evidência (o efeito) do sentido produzido por este discurso. Ou melhor dizendo, não ficaremos em suas funções, mas em seu funcionamento. Não ficaremos no positivismo de suas regras, procuraremos pelas condições em que elas foram fixadas, que tem a ver com a instituição do ensino da língua como a língua do Estado. Guimarães, refletindo sobre o interesse pelos estudos da linguagem nos diz que *“a Gramática instala como central no domínio dos estudos da linguagem a qualidade de correção. Qualidade que toma várias feições no decorrer da história e permanece, ainda hoje, como um modo de regular as línguas como línguas dos Estados Nacionais”* (2002: 116).

Enfim, partimos do princípio de que todo discurso é político. Desse modo, analisando o imaginário do discurso gramatical, entenderemos o efeito normativo que o reveste. Não são as regras nelas mesmas (“naturalizadas”) que nos interessa, mas sim o efeito de sentido normativo (ideológico) que é constitutivo do discurso gramatical. De acordo com o discurso gramatical, as regras se encarregam de tornar possível a “expressar do pensamento” (do raciocínio) com clareza, sem equívocos, com precisão. Há um “perfeito” ajustamento entre o pensamento e as regras gramaticais que o tornam “legível”, “inteligível”. Em outros termos, as regras gramaticais “facilitam” a “expressão de nosso pensamento”. Do ponto de vista da estilística, estas regras não garantem que o “pensamento” em sua “expressividade” (forma de expressar com mais energia, vivacidade, emotividade) seja “transmitido”. O discurso da estilística coloca o escritor na posição de quem pode criar suas próprias regras para “expressar” as suas individualidades, causadas pelas emoções, pela imaginação, etc. A estilística abre margem a uma rediscussão sobre a

língua na medida em que mostra que a racionalidade da gramática deixa de fora a subjetividade, isto é, o caráter subjetivo da língua.

Vem ao caso também questionar esta racionalidade que aparece associada à gramática como algo inerente a ela. Entretanto, esta racionalidade tem a ver com o processo desencadeado pelo Renascimento em que as línguas românicas começaram a se disciplinarem obedecendo ao modelo da língua latina.

Portanto, da perspectiva do discurso da estilística, quando se olha à língua gramatical (a língua “representada”, abstrata, enquanto representação do pensamento) nota-se que certas categorias não funcionam tão racionalmente quanto outras. E são muitos os aspectos gramaticais que evidenciam “falhas” neste discurso. Aqui, estamos entendendo por “falhas”, incoerências, contradições apontadas pela estilística na gramática. Estas incoerências resultam do tratamento racional dado pela gramática à língua. Para a estilística a “função” da língua não é “racionalizar” o pensamento, mas adequar-se à força da alma, do espírito.

É nessa contradição que pretendemos mexer em nossas pesquisas.

Entretanto, esta relação contraditória entre a gramática e a estilística não se reduz a uma questão em que teríamos, de um lado uma língua gramatical, coletiva, lógica, etc. e de outro, uma língua individual, pessoal, expressiva. Não reproduziremos a evidência que este par (razão/emoção) carrega em seus funcionamentos. Queremos nos deslocar da leitura estabilizada para este par (gramática/estilística). Ou seja, procuraremos descrever esta tensão histórica produzida entre a gramática e a estilística, em relação ao processo histórico de constituição da língua nacional. Esta tensão se constitui no jogo entre paráfrase e polissemia. Ou seja, a gramática constituía-se em uma paráfrase da língua portuguesa,

enquanto que na estilística vemos a produção de novos sentidos (a polissemia) que se referem à constituição da língua nacional.

Não pretendemos realizar uma análise de conteúdo, procurando descrever as regras da gramática (suas restrições) e os recursos estilísticos com sendo complementares a estas regras. Queremos olhar para a gramática e à estilística enquanto efeitos discursivos que regulam o imaginário de uma língua completa e única de uma nação.

Em outras palavras, isto significa dizer que o discurso gramatical, que sob o efeito de sentido de um discurso homogêneo, apaga a tensão (o conflito) que se instala com a estilística no interior de suas páginas. É esta tensão que tentaremos tornar visível, analisando o discurso da estilística.

Portanto, a gramática não é um discurso homogêneo e a estilística é um exemplo de que este discurso apresenta fissuras, brechas.

Desta perspectiva, a presença da estilística no espaço da gramática é provocadora (instigante) quando se leva em conta que se trata de duas posições bem diferentes sobre a língua. Enquanto que a gramática fica no imaginário de um certo modelo de língua que deve ser ensinado como o único correto, e para isso as regras lógicas exercem uma função essencial para este discurso; trata-se de uma perspectiva normativa da língua, onde o estudo desta (da língua) se reduz a um conjunto de regras que visam ensinar a ler e escrever corretamente, a estilística, por outro lado, abandona esta compreensão objetiva/lógica da língua e instala o elemento subjetivo como constitutivo da língua. Sem dúvida, são duas abordagens diversas, cujos métodos conduzem à compreensões também diferentes acerca do objeto. Porém, esta contradição é apagada, quando a língua é pensada em sua completude, efeito produzido pelo discurso gramatical que supõe um conhecimento completo da língua e que representa a unidade e a homogeneidade da mesma.

Queremos entender este conflito entre a gramática e a estilística na produção gramatical do final do século XIX, não pelo viés tradicional em que a língua gramatical é racional, lógica, objetiva e a estilística ressalta uma língua individual, pessoal, subjetiva, mas enquanto um conflito entre a língua portuguesa e a descrição da singularidade da nossa língua.

Por outro lado, podemos verificar também que é através do funcionamento normativo da gramática que um “padrão” de língua é construído, constituindo “erro” qualquer desvio a este padrão. Este efeito normativo da gramática, por sua vez, é determinado pela necessidade de unidade de uma língua nacional (a política lingüística ou das línguas, conforme Orlandi, 1998), articulada à prática do ensino da mesma.

Deste ponto de vista, o discurso da estilística daria conta do que não caberia à gramática explicar. Assim, a gramática não deixa transparecer suas falhas, pois o estilo as cobriria sem que nenhum problema fosse levantado. A gramática fazia o seu recorte e ainda contava com a noção de estilo para “fechar” o seu objeto. Portanto, a gramática não apresenta “falhas”, pois o “erro” apaga os pontos em que a teoria não se sustenta. A gramática evoca o estilo para delimitar sua tarefa. Desta perspectiva, o estilo dá continuidade à tarefa da gramática. Estes discursos se ligam imaginariamente sem contradição, pela ilusão de construção de uma língua completa, fechada. Entretanto, sabemos que a coisa não é bem assim.

Desse modo, embora as gramáticas brasileiras do final do século XIX (o processo de gramatização do português brasileiro) se constituam sob o efeito da cientificidade da língua, é o efeito normativo (efeito dominante) que funcionará, já que as condições de produção destas gramáticas devem ser analisadas em relação à constituição da unidade (imaginária) da língua nacional. É “próprio” do discurso normativo eleger uma forma

(única) correta para a fala e à escrita de uma língua. Sob este efeito normativo, o padrão de língua que se aceitará como correto será o mais próximo possível do padrão do português de Portugal, visto que as transformações ocorridas no português brasileiro estariam “comprometendo” a forma da língua portuguesa tradicional. Não é a língua do povo que será tomada como a língua do Estado. Pelo contrário, a língua do povo, ligada à oralidade, está relacionada ao “erro”, “incorrekções”, etc.

Entretanto, o discurso científico se faz notar em nossas gramáticas do final do século XIX, seja de uma perspectiva histórica ou naturalista (biológica), através da exposição de fatos da língua portuguesa no Brasil. É bem verdade que reside neste fato a abertura para a teorização da língua nacional, segundo filiações teóricas específicas. Acontece que a exposição destes fatos lingüísticos será interpretada pelo viés normativo, enquanto “desvios” ou “incorrekções”.

Já sabemos que a produção gramatical brasileira do final do século XIX passa por um processo decisivo de transformação. O método científico (histórico-comparativo) determinará a produção do discurso gramatical desta época, constituindo-se assim em uma outra teorização à língua. Este gesto de interpretação é decisivo para a afirmação (legitimação) da língua nacional. Os gramáticos deste período filiavam-se às novas teorias, rompendo então com a filiação vinda diretamente de Portugal.

Enfim, este acontecimento foi observado por Orlandi e Guimarães como sendo o processo de gramatização do português brasileiro, e especificamente por Orlandi (1997) que articulou este acontecimento à constituição de uma posição discursiva em relação à autoria da língua nacional:

Ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber lingüístico que não reflete meramente o saber gramatical português (...). Ser autor

de uma gramática é ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do Português do Brasil (ORLANDI, 1997: 5).

Vão nos interessar especificamente os itens sobre estilística ou semântica na produção gramatical que instaurou o processo de gramatização do português brasileiro (cf. GUIMARÃES, 1996b: 136, 137), caracterizado principalmente pela introdução do método histórico-científico na descrição da língua.

Da perspectiva histórica dos estudos tradicionais da linguagem, observa-se a evolução da língua pelo método histórico-comparativo. Método este que considera as mudanças de estrutura e de sentido em uma certa língua (as suas transformações) como sendo produto da história. Paralelamente a este estudo histórico, o estudo comparativo (que consiste em explicar as mudanças de uma certa língua comparando-a com outras que têm a mesma origem) também se mostrava adequado para se entender as transformações de uma língua. Dessa forma, as noções de evolução e de comparação são elementos fundamentais para esta ciência histórica da linguagem. As mudanças em uma certa língua, portanto, estariam diretamente relacionadas à sua história cronológica. Aqui, a história é tomada como tempo cronológico.

Por outro lado, de uma perspectiva naturalista, as mudanças na língua estariam relacionadas às transformações que são próprias de todo organismo vivo. Estas mudanças estariam relacionadas aos fenômenos instintivos.

Vimos que o discurso sobre o estilo, nas gramáticas brasileiras do final do século XIX estava ligado ao efeito de construção de unidade imaginária da língua nacional.

Queremos também em nossas análises observar o movimento dos estudos estilísticos da língua no Brasil. Encontraremos desde estudos que continuam a “velha

tradição” dos gramáticos, ou seja, estudos preocupados em apontar como se deve escrever, como é o caso de Rodrigues Lapa, até estudos mais propriamente lingüísticos como é o caso de Mattoso Câmara (que busca descrever a estilística visando compreender o seu objeto que é a língua). Como veremos, Rodrigues Lapa filia-se à tradição de que escrever bem é escrever literariamente. E desta perspectiva, a preocupação não é em escrever “corretamente”, mas em escrever com estilo (singularidade), com arte, com elegância, com graça, com efeito. Este mesmo autor destaca ainda que o escrever bem deve estar relacionado com o momento atual em que se escreve (1975: 59).

É interessante observar que o fenômeno de alteração de sentido das palavras de uma língua é abordado no final do século XIX, principalmente da posição naturalista/biológica da linguagem. Posição esta que compreende a língua como um organismo vivo, cuja evolução dá-se naturalmente. Desta perspectiva, a linguagem pertence às ciências naturais e neste caso as mudanças de sentido em uma certa língua se devem à sua própria natureza, isto é, a língua tem seus próprios processos de mudança. Vemos aí, o elemento histórico reduzido ao que é natural. Esta era a posição tradicional dos gramáticos históricos desta época. Em sua *Grammatica Descriptiva* (1887)¹¹, Maximino Maciel evidencia sua filiação a este método de descrição da linguagem (o biológico/natural). Ao tratar do item alteração semântica na parte IV (Semiologia) da obra citada, ele vai dizer:

A alteração semântica é um dos fenômenos mais importantes na vida das línguas e, para que o apreciemos, temos de recorrer à análise dos antigos documentos. A muitas delas estamos assistindo na evolução da língua, como organismo vivo, ex.: tratante=velhaco, engrossar=adular (Maciel, 1918, p. 414).

¹¹ Consultamos a 7ª edição dessa gramática (1918).

Por outro lado, é possível já ver em gramáticas como a de Maximino Maciel um item sobre o dialeto brasileiro como sendo um dialeto da língua portuguesa. Seja qual for a concepção de linguagem operada por este gramático, interessa aqui que o problema da diferença entre o português do Brasil e o de Portugal está colocado neste discurso. E isto resultou em conseqüências teóricas diversas (uma teorização gramatical que levasse em conta estas diferenças), por onde se pode falar da constituição da língua nacional.

É importante que se diga também que a produção destas gramáticas está relacionada com a instituição da política de línguas no Brasil; é neste espaço de regularidades enunciativas que a produção destas gramáticas se constituiu sob o efeito de uma unidade imaginária da língua e do Estado.

Os estudos sobre a significação da língua do Brasil no final do século XIX incluem as alterações semânticas. Sabemos que a posição discursiva da maioria dos gramáticos desta época era a de considerar estas alterações semânticas como um fenômeno natural das línguas, ou seja, para eles a evolução das línguas era comparável à evolução natural dos organismos vivos. É a partir deste ponto de vista que estes gramáticos históricos interpretavam (como natural) as transformações ocorridas na língua portuguesa do Brasil. A historicidade destas transformações era apagada em detrimento de uma mudança inerente da língua. Para além desta perspectiva, vemos que a observação desta evolução natural das línguas propiciou, no caso do Brasil, a formação de um caráter específico para a nossa língua. Embora tenham reconhecido as mudanças da língua portuguesa no Brasil, definindo assim o seu caráter próprio, estes gramáticos (históricos) não levaram em consideração a materialidade lingüístico-histórica destas transformações. Enfim, queremos dizer com isso que estes gramáticos, da posição que enunciavam, a que considerava a

língua enquanto um organismo vivo, que inevitavelmente passaria por um processo de evolução natural, definiam o caráter próprio da língua portuguesa no Brasil.

Observando os estudos estilísticos tradicionais, vemos que a evolução de uma certa língua se dá pela ação do homem sobre a linguagem cuja “força do espírito” conta decisivamente. Trata-se de uma posição em que o homem manipula a língua segundo suas próprias necessidades, ou seja, ele age sobre a língua tendo em vista suas ilusões, suas fantasias, etc. Nessa direção, os escritores, por exemplo, ao jogarem com a língua, para produzirem os efeitos desejados, estarão alterando de uma certa forma a própria língua. O discurso da estilística explica a língua através de sua expressividade. Desta perspectiva, as formas da língua se ajustam aos propósitos (às intenções) daqueles que as empregam. Isto significa dizer que as formas da língua operam diferentemente em situações diversas porque elas têm um funcionamento subjetivo.

Nesse sentido, o discurso da estilística não transformava a língua, ele explicitava as diferenças individuais, ou seja, este discurso enfatizava as diferenças entre os indivíduos.

Deste ponto de vista, podemos dizer que os escritores românticos se apropriaram da língua portuguesa levando em conta o “sentimento nacionalista” (ideologia) que os “invadia” (interpelava). Ou seja, eles deram um sentido próprio para esta língua, enfim, eles a individualizaram. Tanto a estrutura quanto a significação da língua portuguesa foram deslocadas e re-significadas pelos escritores românticos, isto porque eles reivindicavam uma língua nacional, uma língua que marcasse nossas próprias coisas e nossas próprias características. Foi este efeito de sentido que procuramos descrever em um trabalho anterior, conforme já mencionamos.

Os escritores românticos praticaram a língua portuguesa sob a determinação de um imaginário nacional, desse modo, eles “marcavam” a nossa língua “expressando” a “alma

brasileira”. Este gesto “reforçava” a construção do efeito de sentido de uma língua nacional.

Para nós, o ritmo de vida moderno caracterizado pela velocidade, pela praticidade, pela economia de palavras, por exemplo, é um fato que determina o modo como o homem vai se relacionar com a língua, e isto certamente implicará em transformações no interior da mesma, isto é, são as condições de produção do discurso que determinam o modo como a língua se estrutura em um certo momento. Encontraremos marcas ideológicas de uma certa época na língua. Esta apreende os efeitos que resultam das práticas ideológicas de uma certa época. O modo como se formula um enunciado tem a ver com a sua produção material (que é histórica).

De nossa parte, queremos entender este efeito de constituição de uma língua expressiva, considerando as condições histórico-ideológicas em que esta língua foi produzida. Assim procedendo, procuraremos deslocar os sentidos que funcionam nos discursos tradicionais sobre estilística: o efeito artístico relacionado ao escrever com beleza/elegância e o efeito individual/pessoal relacionado ao subjetivo.

A noção de estilo está relacionada à noção de língua na medida em que sempre que se questiona o caráter objetivo ou subjetivo desta última, o que é individual (ou psicológico) é colocado para dentro da discussão. E é aí que a noção de estilo intervém em nossas reflexões. A noção de estilo separa também, por seu caráter subjetivo, a literatura da gramática. De um lado, a gramática vai impondo um certo uso irrefletido e único da língua, de outro, a literatura vai criando novos efeitos que alargam o uso desta mesma língua. Neste movimento, a gramática esvazia a linguagem de significações, impossibilitando/evitando que o sujeito se particularize nela. Já na literatura, ocorre o inverso, a linguagem não se fecha para as significações permitindo assim que o sujeito se

individualize (se constitua na sua complexidade), se signifique (na sua pluralidade). Estes são os efeitos de sentidos produzidos por estes dois discursos sobre a língua.

Esta divisão entre gramática e literatura não é tão óbvia assim. Para nós, ela evidencia que o sentido é sempre dividido. Não basta dizer que um é neutro (objetivo) e o outro é subjetivo (emotivo). Não reduziremos o político ao que nos é apresentado como uma oposição lógica (evidente) entre objetivo/subjetivo.

Estes dois discursos não esgotam o estudo da língua, pois a gramática e a literatura não devem se limitar ao estudo objetivo e subjetivo (respectivamente) da mesma. Estes dois discursos durante muito tempo permaneceram enquanto “verdades” absolutas da língua, sem questionamentos. Mas hoje sabemos que é preciso compreender melhor estes dois campos (estamos falando de seus funcionamentos), questionando-os para sairmos das evidências históricas que os recobrem.

É curioso notar que a literatura é na verdade um lugar de teorização deste fenômeno lingüístico que é o estilo. Ela é um verdadeiro tratado sobre o estilo. Porém, ele aparece “naturalizado” por este discurso (o literário), ou seja, o estilo aparece como sendo inerente à literatura. Temos na literatura a descrição dos estilos “próprios” de cada época. A concepção de estilo que opera no funcionamento do discurso literário evidencia um ajustamento entre o modo de pensar do escritor e a concepção de mundo vigente naquela época. Trata-se de um estilo comum a todos os escritores que viveram em uma certa época. A uma certa concepção (visão) de mundo corresponde uma certa forma lingüística (estilística) para “expressá-la/transmiti-la”. Em outras palavras, o estilo seria a forma de expressão da concepção (visão) de mundo de uma certa época.

Em nosso entender, a noção de estilo não é algo inerente ao discurso literário, é uma questão para nós observar como este efeito é constitutivo do próprio discurso literário, produzindo a evidência do sentido do “estilo literário”.

Vemos nos estudos da significação da língua no Brasil (como parte das gramáticas do final do século XIX) a inclusão do sujeito brasileiro na língua, uma vez que pelo método científico histórico-comparativo é o povo que a transforma.

O discurso da estilística coloca o problema da significação da língua. E, se observarmos as gramáticas produzidas no Brasil, no final do século XIX, veremos que a questão da significação ocupou um lugar muito especial no processo que desencadeou a constituição da língua nacional. Porém, muito mais do que dizer que os estudos de significação (de semântica e tropologia) nestas gramáticas alargaram as possibilidades de uso de uma língua, para nós eles produzem o efeito de uma língua que significa diferentemente aqui no Brasil. Podemos observar este deslocamento principalmente nos estudos referentes à tropologia, pois é possível dizer que através de associações entre coisas de ordens diferentes, mas que ligadas pela força de suas imagens, ou de suas representações, a língua portuguesa acontecia de maneira diferente aqui no Brasil, ou seja, o próprio modo como os brasileiros se relacionavam com a língua (com os seus desdobramentos possíveis, abertos pela significação) já era diferente, já que era impossível impedir as “sensações do espírito” diante das palavras, ou das coisas.

No que se lê, os estudos estilísticos brasileiros consistem fundamentalmente na observação do uso expressivo da língua pelos escritores para colorir, realçar aquilo que pensam e sentem. Ou seja, os estudos estilísticos se preocupam com as formas expressivas da língua na sua relação com aqueles que são os “artistas” da mesma: os escritores. Dessa

forma, a estilística estuda os recursos expressivos que dão maior ênfase, vivacidade ao pensamento.

Enfim, o objeto de estudo da estilística não se reduz à rigidez do discurso gramatical, pois ele não pode ser “intelectualmente” compreendido, uma vez que nada tem a ver com a inteligência ou a razão. Ele se sobrepõe à evidência lógica.

O discurso da estilística evidencia que os estudos lingüísticos não se esgotam com as regras gramaticais. Evidencia também que os estudos (tradicionais) sobre a linguagem excluem a questão da subjetividade. O problema da subjetividade é deixado de fora das reflexões lingüísticas porque ele pertence ao território da literatura. Desse modo, a subjetividade é apresentada como uma questão relacionada ao estilo. Portanto, vemos que a literatura produz uma divisão em relação aos estudos lingüísticos. E isto impossibilitou um estudo mais abrangente sobre a linguagem.

De um lado, temos a literatura que trabalha com a “língua da emoção”, por outro lado, temos a gramática que opera com a “língua da razão”. Estas duas discursividades se excluem, ou seja, esta divisão, do nosso ponto de vista, produz uma redução em relação à compreensão do fenômeno da materialidade da língua. Esta divisão naturaliza os estudos da linguagem. A língua é definida diferentemente nestes dois discursos. Para a literatura a língua é *expressiva (subjetiva)*, enquanto que para a gramática a língua é *racional (objetiva)*. São duas interpretações sobre a língua. São duas ordens discursivas historicamente determinadas. Elas se constituem a partir do funcionamento lógico operado pela oposição do par *razão (a objetividade)/emoção (a subjetividade)*.

No Brasil, a partir do final do século XIX, os estudos gramaticais, antes filiados à gramática filosófica, reivindicam uma nova filiação: a histórico-científica. Notamos então que tudo o que diz respeito à literatura, não interessava aos estudos científicos da

linguagem. As questões relacionadas à literatura eram questões relacionadas à estética. Por esta via de reflexão, podemos dizer que a literatura rompe com os estudos da linguagem, constituindo-se em uma disciplina autônoma. Por outro lado, os estudos científicos da linguagem vão recortando seu objeto específico – a língua.

Desse modo, as singularidades apontadas referentes ao modo de escrever de cada escritor eram reduzidas a uma questão de estilo individual/pessoal. Como se vê, os estudos científicos da linguagem não tocam em questões concernentes à subjetividade da/na linguagem, pois elas estariam ligadas ao estilo individual. Os estudos da subjetividade da/na linguagem interessavam à estilística – forma de conhecimento que busca observar a linguagem dos textos literários, destacando os traços individuais que marcam o estilo de cada escritor, ou traços lingüísticos comuns aos escritores de uma certa época.

Tendo isso em vista, diríamos que a questão do estilo é um fenômeno lingüístico importante, não sendo, portanto, analisado enquanto tal, ficando restringido a uma questão literária. Nesse sentido, o discurso literário constitui-se em um discurso interpretativo, relacionado ao modo próprio dos escritores verem as coisas, enquanto que o discurso científico da linguagem busca descrever as regras (internas e externas) que levam à compreensão de uma certa língua em relação aos seus falantes.

O discurso literário, da perspectiva discursiva, legitima uma interpretação sobre a língua. Ele determina uma leitura sobre a mesma. Ele evidencia que uma língua funciona segundo determinadas regularidades, isto é, certas filiações configuram a memória histórica de uma determinada língua, o que significa dizer que o seu funcionamento é histórico/político. São os literatos que decidem sobre o modo de escrever uma certa língua, pois são eles que a colocam em prática. É neste sentido que podemos afirmar que os escritores românticos eram autores da língua nacional. O literato pode “livrar-se” da

evidência que regula uma certa leitura de mundo e apontar para outras leituras, através do gesto de interpretação. A literatura nos “alerta” para o fato de que a língua “interpreta” o mundo e que não se trata de uma mera decodificação do mundo. Nesse sentido, a literatura expõe a língua ao equívoco que lhe é inerente. Ela “questiona” o efeito de evidência que opera na relação direta entre palavra e coisa. Tanto o discurso literário quanto o discurso gramatical produzem a evidência de que uma língua deve ser escrita de um certo modo. Eles “naturalizam” um certo uso da língua. Eles são referências à língua escrita. Embora estes discursos constituíssem a referência à língua nacional, no final do século XIX, era o modelo padrão (culto) que continuava sendo a referência à língua escrita, pois o modo como se escreviam no Brasil (estamos nos referindo especificamente ao estilo romântico) estava associado à oralidade (espontaneidade, simplicidade, naturalidade) e, portanto, ao “erro”, ao “descuido”. Para os escritores portugueses, os escritores românticos brasileiros estavam “corrompendo” a língua portuguesa. Vemos então que a nossa “condição” de país colonizado, do ponto de vista europeu, nos colocava na posição de quem não tinha o direito de interpretar a língua, pois seus verdadeiros intérpretes eram os escritores portugueses.

4. ANÁLISE DAS FIGURAS DE SINTAXE

A expressão “figuras de sintaxe” nos inscreve em uma leitura evidente sob a determinação de uma memória literária. Então, o que haveria “ainda” para dizer em relação a elas?

Neste capítulo, queremos também deslocar o discurso das figuras de sintaxe que aparece nas gramáticas brasileiras do final do século XIX remetido ao lugar de desvio, de irregularidades, em relação à sintaxe regular para um lugar que leve em conta a construção de uma língua que tem o seu caráter (a sua materialidade lingüístico-histórica) próprio: a língua nacional.

Desse modo, o discurso das figuras de sintaxe rompia não somente com a sintaxe regular, mas com a própria língua portuguesa, mostrando que a língua nacional tem outro funcionamento sintático/discursivo. No entanto, esta ruptura, que está sendo explicitada pela nossa análise, é apagada, de um lado, em particular, pelo efeito de estilo que a interpreta como sendo o modo peculiar de falar e de escrever que tem cada homem, e de outro lado, em um sentido mais geral, pelo efeito de unidade e homogeneidade que é constitutivo do discurso gramatical. Em outras palavras, a ruptura que estas figuras realizam se reduz, na gramática, às alterações da sintaxe regular, ou seja, às irregularidades de expressão do pensamento, remetidas aos dizeres expressivos que marcam a individualidade daquele que fala ou escreve. Estas figuras estariam relacionadas ao uso individual (particular) da língua, isto é, elas são modos de dizer que contrastam com o dizer no sentido lógico/regular, mas que a gramática de uma língua deve dar conta por serem aceitos pelo seu uso. É sob estes funcionamentos, historicamente determinados e que estão produzindo seus efeitos no discurso gramatical, que estas figuras serão interpretadas. Este

efeito de estilo é dominante nas gramáticas brasileiras do final do século XIX. Podemos encontrá-lo, por exemplo, na gramática de Júlio Ribeiro (1881, 13ª ed. 1919) e em Maximino Maciel (1887, 7ª ed. 1918).

Faremos uma análise do funcionamento histórico deste discurso. Enfim, a noção de estilo não se descola da gramatical, seguindo unidas e separadas ao mesmo tempo. A gramática, portanto, faz esta ponte com o estilístico, aproximando assim suas relações. Isto é, há uma articulação óbvia (que apaga esta tensão) entre a gramática e o estilo. Estamos falando do efeito de unidade e de homogeneidade, conforme pontuamos mais acima, sob o qual o discurso gramatical se constitui. O discurso da gramática inclui a parte do estilo, formando um só discurso contínuo e homogêneo. Nestes termos, não há ruptura, mas continuidade entre estes dois discursos. Estes efeitos apagam a contradição (a tensão) entre a língua que se falava no Brasil e a língua portuguesa.

Esta divisão, que aparece na gramática como natural, ou seja, como sendo inerente a este discurso, entre o que é regular, logo correto/aceito, quando se fala da expressão do pensamento (o gramatical) e o estilo, para nós, não é tão evidente assim. Nosso objetivo é questionar esta divisão para compreender a disputa pelos sentidos em torno da constituição da língua nacional. Nesse caso, em nosso entender, o estilo, por estar relacionado ao que é individual, logo, ao falar e escrever a língua de outro modo (diferente), explicitaria a língua nacional e seus falantes. A compreensão desta divisão, até então irrefletida, mesmo nos estudos lingüísticos de nossa época, constitui o problema central desta pesquisa, em torno do qual desenvolvemos nossas análises. Todavia, pode-se dizer que este discurso das figuras de sintaxe constituía-se no lugar de “respiração” da língua nacional.

Em termos de efeito, o discurso gramatical pretende ser completo, dizer tudo de uma língua, validar ou invalidar as formas de uso dessa língua. Nesse sentido, o discurso da

estilística é um componente fundamental para se garantir este efeito de completude da gramática. Nesse caso, a gramática dá espaço para o fenômeno do estilo, mas o julga como “erro”, “desvio”. A gramática “consegue” enunciar o estilo sem se comprometer, isto é, sem tirar a sua razão, a sua verdade. O seu discurso é o verdadeiro, efeito ideológico do domínio da razão.

Não estamos afirmando com isso que o discurso das figuras de sintaxe irrompeu na produção gramatical brasileira do final do século XIX, assinalando que a língua que se falava no Brasil é diferente, por ser marcada sentimentalmente (pela nossa expressividade). Não estamos olhando para este discurso sob a evidência de que esta nova língua estaria sendo descrita nas gramáticas brasileiras, pela simples razão de ser o modo de falar do brasileiro. Não se trata de olhar para as figuras de sintaxe como a descrição dessa nova língua nas gramáticas brasileiras. Para nós, interessa dar uma abordagem histórica para o discurso das figuras de sintaxe.

Neste trabalho, procuraremos mostrar que a compreensão do discurso do estilo nos levará à compreensão da constituição da língua nacional.

A sintaxe de nosso ponto de vista imprime a relação constitutiva entre um povo e sua língua. Nestes termos, suas relações marcam as relações entre este determinado povo e sua língua. É pela sintaxe que se desencadeia o processo de identificação e de individualização de um povo com sua língua. Não reduziremos a noção de sintaxe a sua função de expressar (representar) com clareza o pensamento (a linearidade do pensamento). Por esta via de reflexão, as figuras de sintaxe não passariam de modos irregulares de expressão do pensamento.

De nossa perspectiva, as figuras de sintaxe instauravam uma posição em que o brasileiro se reconhecia/identificava em sua própria língua. Ele “pensava” a partir de sua própria língua.

Vai nos interessar ainda descrever o funcionamento destas figuras em relação ao processo de constituição da língua nacional, isto é, em relação ao processo de gramatização do português brasileiro (GUIMARÃES, 1996b: 136). Estas figuras mostram o confronto entre a língua portuguesa (tradicional) e a realidade histórica de nossa língua. Elas representam um divisor de águas entre a língua portuguesa e a língua nacional. Elas rompem com o discurso linear da gramática, instaurando um novo lugar em que uma nova língua se constitui. No entanto, o discurso sobre a língua, associado ao discurso do colonizador e à memória escrita da mesma, apaga este confronto, ficando seus efeitos que podem ser notados na pouca importância dada para os fatos que alteram/mudam a língua. Trata-se dos efeitos políticos na língua, que se materializaram sob a forma do lógico, do regular na gramática. Enfim, as gramáticas brasileiras do final do século XIX, com filiação normativa, produzem a evidência de uma unidade e homogeneidade para a língua portuguesa que é a que vai ocupar o lugar de/da língua nacional. Mas isso se ficarmos na evidência desse efeito e não considerarmos a gramática como parte de uma sociedade.

Por outro lado, a construção de uma unidade para a língua nacional deve ser pensada nesta tensão (relação conflituosa) com a língua portuguesa tradicional.

Para além deste efeito de evidência, queremos mostrar que as figuras de sintaxe constituíram-se em um lugar de desestabilização desse sentido lógico (que é político) da língua.

Por outro lado, as figuras de sintaxe explicitam a relação do povo brasileiro com a sua língua, criando uma tensão no interior do discurso gramatical. Portanto, falaremos das

figuras de sintaxe como um lugar de resistência na língua, isto é, como um lugar em que se explicita a tensão histórica entre a língua portuguesa (de Portugal) e a língua nacional.

Desse modo, preferimos falar em efeitos de sentidos que vão sendo produzidos para a língua nacional, ao invés de considerar a língua portuguesa como a nossa língua padrão. Falaremos das condições históricas, ideológicas e políticas próprias a um discurso da nossa língua. Assim, falar do discurso normativo nas condições de produção das gramáticas brasileiras do final do século XIX, não é simplesmente relacioná-lo à língua portuguesa padrão/culta, mas sim de compreender este discurso em relação à constituição/instituição da língua nacional e às questões políticas que aí estão em jogo. Em outras palavras, diríamos que o funcionamento do discurso normativo não se restringe em eleger uma certa forma da língua (a culta) como a que deve ser ensinada e aprendida por todos os falantes de uma língua. Ele é muito mais complexo que isso, pois tem a ver com a disputa pelos sentidos que estão em jogo, em relação à constituição da língua nacional. O discurso normativo não é inerente à gramática, ele tem um funcionamento ideológico que deve ser explicitado para que se compreenda esse processo histórico de constituição da língua nacional.

Portanto, a representação (a imagem) da língua nacional, no final do século XIX, que conforme temos afirmado, sustenta-se na construção de gramáticas, dicionários e da literatura, é o efeito de sentido decisivo que elegemos como o fundante de nossas análises. Nesse sentido, esses discursos são discursos fundadores da língua nacional. Em nossa Dissertação de Mestrado (2001), analisamos o funcionamento do discurso romântico (e a legitimação de uma escritura brasileira) neste processo de constituição da língua nacional, agora temos como objetivo analisar o funcionamento do discurso da estilística na produção gramatical deste mesmo processo. Afinal, qual o referente que esta produção gramatical constrói para a nossa língua?

Podemos afirmar que o funcionamento do discurso normativo, em relação ao processo de constituição da língua nacional, enfoca que a nossa língua é a portuguesa e que se deve ensiná-la enquanto a língua padrão. Porém, queremos refletir um pouco mais sobre a dominância deste discurso normativo nas gramáticas da época em questão. O que está sendo falado com este discurso e o que não está? Ou melhor dizendo, qual o efeito de sentido que está sendo fixado com este discurso e o que está sendo apagado (o efeito do político na língua)? Como ele está significando a língua nacional? Isto é, por que ele está significando a língua nacional de um modo e não de outro? Entendemos que este discurso normativo é um efeito de sentido historicamente determinado, ou seja, não se trata simplesmente de um discurso que elege a língua de uma certa camada social como referência para a língua nacional. Da perspectiva discursiva, falaremos do funcionamento político deste discurso. Desse modo, o funcionamento normativo desta produção gramatical explicita a imposição da língua portuguesa padrão como a língua nacional legitimada. Como se vê, o discurso normativo, o estabelecimento da língua culta e as suas práticas de ensino são funcionamentos que se relacionam, em que a interpretação da língua é assegurada pelos aparelhos do poder, cuja gramática seria um dos lugares de sua representação.

O funcionamento do discurso normativo tornava visível o estabelecimento da língua portuguesa em nosso território enquanto a língua do poder. Entretanto, para além de uma abordagem que reduz o efeito de língua nacional ao efeito da língua portuguesa padrão, queremos apontar para o que fica de fora com o estabelecimento desta última. O discurso normativo naturalizou esta língua (a padrão) como a língua nacional. Mas esta língua que é explicitada pelo discurso normativo não se fixou sem conflitos/tensões, marca do político na língua. O que significa dizer que não devemos reduzir a questão da instituição da língua

nacional à instituição da língua portuguesa padrão. Esta não é uma questão tão simples assim, pois o funcionamento do discurso normativo está jogando o tempo todo com o silenciamento, com o que não foi significado, com o que não fez sentido, historicamente falando. Isto é, um discurso tem o conflito na sua própria constituição, não sendo portanto unilateral, homogêneo. Esta era a língua portuguesa legitimada.

Portanto, o funcionamento (normativo) do discurso gramatical estava associado a esta língua portuguesa – a padrão. Este funcionamento confere à gramática o efeito de um discurso culto sobre a língua. Nesse sentido, a compreensão do funcionamento normativo do discurso gramatical ganha importância política, pois com o estabelecimento da língua portuguesa padrão, firmava-se também a classe social que dela se beneficiava. Como se vê, pela língua criam-se processos de exclusão. A forma material da língua portuguesa padrão é a própria “encarnação” do poder político e social, que para nós é um indício também de que o sentido é sempre disputado, pois ele é sempre dividido, marca do político na língua, conforme já dissemos. Portanto, de nossa perspectiva, falaremos em efeito de dominância de um certo sentido e não de outros.

O funcionamento normativo do discurso gramatical elege a língua do grupo social mais privilegiado como aquela que deve ser ensinada para todos. Entretanto, esta afirmação não se reduz a considerar a questão apenas pelo viés do social, como fazem os estudos da sociolinguística. Para nós, esta questão, relativa ao funcionamento normativo e qual o modelo de língua que ele impõe, é muito mais complexa. A noção de funcionamento amplia a compreensão do efeito normativo, na medida que rejeita o reducionismo e o positivismo que o recobrem. Dessa perspectiva, a constituição do discurso gramatical (com o seu funcionamento normativo), em relação à constituição da língua nacional, não pode ser tomada na sua evidência ideológica, isto é, tomar a língua portuguesa padrão como a língua

nacional, mas deve ser compreendida enquanto a produção de um certo efeito de sentido para a língua nacional. É em relação a este processo, em que se verifica a instância histórica/ideológica no discurso, que analisaremos o efeito de sentido produzido para a língua nacional pelo discurso da produção gramatical do final do século XIX.

Enfim, a instituição da língua nacional determinou-se pelas relações de sentido com a língua portuguesa padrão, já que esta representava a língua do poder, da força. É nesta relação tensa e ambígua que devemos buscar as explicações para um discurso da língua nacional.

Demos um enfoque ideológico para o efeito normativo quando descrevemos seu funcionamento no processo de gramatização do português brasileiro e na constituição da língua nacional. Conforme já dissemos, o efeito normativo não consiste (se reduz) em relacionar diretamente a elite à sua língua. Em outras palavras, é enquanto uma prática discursiva com implicações ideológicas/políticas que buscamos descrever o funcionamento normativo, no discurso gramatical.

O funcionamento normativo reforçava a tese de que a língua portuguesa era a nossa língua. Ele mobilizava sentidos relativos à língua portuguesa. Vemos aí, o trabalho da memória discursiva operando no discurso gramatical brasileiro. Esse trabalho é ideológico. Porém, o funcionamento do efeito normativo no discurso gramatical brasileiro do final do século XIX é muito mais que relacionar a língua portuguesa padrão à língua nacional. Podemos dizer que é este efeito que vai dominar nessas gramáticas e o nosso propósito é produzir uma leitura que não trate esta questão de maneira fechada como fixa o efeito normativo, pois a língua nacional é muito mais que isso.

As figuras de sintaxe dão indício de que temos uma língua que é a do brasileiro, língua esta que não está associada a nenhuma classe privilegiada, mas sim aos brasileiros em geral, que são os seus falantes.

As figuras de sintaxe explicitam uma língua que não se deixa fechar para os sentidos. Elas remetem para a constituição da língua nacional. Queremos pensar as figuras de sintaxe enquanto um lugar em que a língua não se deixa normativizar.

As figuras de sintaxe constituem-se em um discurso próprio da língua nacional. Elas tornam possível o sentido de uma língua nacional.

Tomaremos a seguir as definições das principais figuras de sintaxe que aparecem nestas gramáticas com o propósito de observar mais atentamente qual o referente que elas constroem para a língua.

Analisaremos as definições das principais figuras de sintaxe que aparecem nas gramáticas de Júlio e João Ribeiro (gramáticos do final do século XIX). Através destas definições, poderemos demarcar a posição enunciativa histórica destes gramáticos e compreender a perspectiva teórica em que se colocam frente aos estudos da linguagem em geral e em relação ao processo de gramatização do português brasileiro (o acontecimento da língua nacional), em particular.

Para além das evidências destas definições que consistem, ora em apresentar as modificações das quais é suscetível a frase, como aparecem em João Ribeiro, ora em apresentar modos irregulares de pensar e exprimir o pensamento, conforme estão em Júlio Ribeiro, queremos destacar as mudanças que estas definições estavam explicitando em relação à referência da língua portuguesa.

Estas mudanças deixam ver uma língua cuja sintaxe desloca o foco de referência. Trata-se de considerar as figuras de sintaxe enquanto um ponto de vista sobre a língua

nacional. Ou seja, elas enfocam um sentido próprio para a nossa língua, reforçando o seu caráter e conseqüentemente o do povo que a fala. Estas figuras tomam uma posição frente a língua nacional.

Estas definições falam em omissão/supressão (elipse e silepse), aumento/repetição (pleonasma e polissíndeto) e transposição/inversão de palavras (ou partículas) e frases (hipérbato e anástrofe).

No caso das definições de Júlio Ribeiro, podemos dizer que elas rompem com a referência do pensamento racional/lógico (da linearidade do pensamento) da língua portuguesa tradicional. Por outro lado, elas constroem uma outra referência na qual a relação entre língua/pensamento (idéia) não estivesse em concordância lógica. Por aí podemos observar uma outra referência para a língua nacional, diferente da que funcionava para a língua portuguesa.

De nosso ponto de vista, tratava-se do funcionamento próprio da língua portuguesa no Brasil (a materialidade da língua nacional) e não apenas de modificações ou irregularidades na língua.

Vejamos como Júlio Ribeiro em sua *Grammatica Portugueza* (1881; 13ª ed. 1919) define elipse, zeugma, silepse, pleonasma e hipérbato:

Consiste, a ellipse na suppressão de uma ou mais palavras faceis de subentenderem-se.

A elipse toma o nome

-de zeugma, quando se supprime o sujeito ou o verbo da sentença, que se coordena com outra, formando-se assim sentença contracta.

-de syllepse, quando supprime o substantivo ou o pronome com que deveria concordar o verbo ou o predicado.

Consiste o pleonasma em juntar às phrases outras phrases que em rigor deveriam ser omittidas, mas que servem para dar graça e energia ao pensamento.

Consiste o hyperbato na inversão das palavras e phrases da sentença (idem, pp. 326, 327).

Em João Ribeiro, em sua *Grammatica Portugueza* (1887, 3ª ed. 1889), encontramos estas mesmas figuras de sintaxe com as seguintes definições:

Ellipse é a que indica a supressão de um ou mais vocabulos na phrase.
Zeugma é um caso particular da ellipse. Indica a supressão do sujeito.
Syllepse é a figura pela qual a concordancia se faz, não com o termo grammatical, mas com a idéia que se tinha em mente.
Hyperbaton indica a transposição de uma sentença.
Pleonasmo é a repetição de palavras ou idéas para tornar clara ou emphatica uma afirmação (idem, pp. 290, 291 e 292).

Podemos verificar que Júlio Ribeiro ao descrever estas figuras de sintaxe realça a alteração da sintaxe regular e não o estudo de cada figura isoladamente; isso pode ser notado na própria formulação de seus enunciados. Ou seja, estas figuras de sintaxe são definidas em relação ao conjunto de sua gramática. Não vemos enunciados propriamente definidores para estas figuras, mas sim enunciados preocupados em justificar as irregularidades constatadas em relação à expressão do pensamento. Temos, por exemplo, enunciados que se iniciam com a forma *consiste*: *Consiste o hyerbato...* Enfim, queremos dizer com isso que a formulação do nosso discurso tem a ver com a posição discursiva que assumimos.

Na gramática de Júlio Ribeiro, podemos dizer que estas figuras visam estender o seu discurso, isto é, elas reforçam a argumentação (normativa) de seu discurso. Como dissemos, a própria forma *consiste* direciona o discurso para uma justificativa, explicação. Elas assumem um tom expositivo, não configurando, portanto, um fenômeno a ser estudado à parte da gramática. A formulação destas definições nos indica que o autor tenta justificar as irregularidades que estas figuras de sintaxe explicitam na sintaxe considerada regular.

No caso, a análise destas figuras indica que o autor faz uma exposição sobre elas buscando justificar o seu uso.

Podemos afirmar que estas figuras de sintaxe evidenciam uma posição enunciativa marcada pela defesa de uma sintaxe regular, a racional (a lógica), que para Júlio Ribeiro é a forma correta de expressão do pensamento. Portanto, estas figuras representariam irregularidades. Trata-se da defesa de uma posição normativa da língua. De nossa parte, diríamos que estas figuras explicitavam um problema central em relação à significação, elas devem ser pensadas em relação à significação da língua nacional, ou seja, elas construíam a referência da nossa língua.

Estas figuras se ajustam ao discurso gramatical para que a evidência de sua eficácia não seja colocada em dúvida. Dessa maneira, produz-se a ilusão de que elas irromperam (surgiram) com a gramática, ou seja, que elas têm origem com a gramática. De nossa perspectiva, falaremos em *funcionamento*, pois estas figuras delimitam um certo processo discursivo que vai produzir efeitos de sentidos relacionados ao estilo para o fenômeno de transformação histórica da língua portuguesa no Brasil.

O discurso gramatical dá a impressão de que as regras fecham/cercam a língua. Dessa perspectiva, as figuras de sintaxe desautorizariam o discurso gramatical, uma vez que elas não “acatam” as regras (regularidades) deste discurso. Nesse sentido, elas não só iriam contra as regras aceitas, mas também contra a língua portuguesa padrão. A formulação destas figuras mudaria o fio do discurso gramatical, pois ela se referia à língua nacional. No entanto, vemos que gramáticos como Júlio Ribeiro resolve esta questão apresentando as figuras de sintaxe como alterações aceitas pelo uso, não isentando-as, porém, de suas irregularidades. Elas são irregularidades que são aceitas, mas que continuam carregando o estigma de algo irregular. No discurso deste autor, estas figuras não estão desvinculadas da

gramática. Elas vêm “corrigir” o que está fora do discurso gramatical e por isso mesmo têm lugar dentro deste discurso.

Estas figuras de sintaxe não se reduzem a casos em que se vê omissão, aumento ou transposição de palavras e frases (conforme está em Júlio Ribeiro). A enumeração de figuras que visam dar conta destas alterações sintáticas não constitui um método adequado para nossas investigações. Queremos nos deslocar deste funcionamento a que estas figuras estão submetidas. Em outras palavras, queremos nos livrar da leitura que este funcionamento imprimiu para estas figuras.

Não nos interessa saber no que consiste a elipse ou a silepse, por exemplo, enquanto figuras de sintaxe tradicionais, pois elas não passariam de definições fechadas, repetitivas e acabadas. Tanto em Júlio quanto em João Ribeiro as análises das definições das figuras de sintaxe não devem se limitar nelas mesmas. É preciso buscar a filiação teórica de cada um destes autores para verificar do que eles estão falando. Desse modo, também interessa descrever a posição enunciativa dos mesmos, condição decisiva para que não engajemos em uma leitura firmada por classificações, definições e exemplos, como podemos encontrar no discurso das figuras destes dois autores.

Em Júlio Ribeiro, estas figuras aparecem como um reparo em relação à sintaxe regular. Elas não são estudadas independentemente, isto é, elas não são definidas por elas mesmas, mas em relação à alteração que elas realizam na sintaxe regular.

Como se vê, Júlio Ribeiro frisa que para exprimir com clareza o pensamento é necessário empregar a sintaxe regular. Dessa forma, as figuras de sintaxe estariam em desacordo com a sintaxe regular, logo com a expressão exata (clara) do pensamento, mas elas são aceitas pelo uso. Em outras palavras, a sintaxe regular ajusta-se perfeitamente ao pensamento.

As definições destas figuras também mostram que embora os gramáticos em questão estejam diante dos mesmos casos, suas interpretações são diferentes. Definir, então, é interpretar a partir de uma certa filiação teórica. A formulação de um enunciado definidor é um gesto de interpretação que tem relevância teórica. Nos casos que estamos analisando, as definições das figuras remetem a um certo posicionamento teórico/histórico que determina uma certa leitura das mesmas. A própria formulação do enunciado já é uma consequência dessa filiação teórica. Esta exterioridade pode se confrontar com noções vindas de outra filiação o que gera uma contradição (um conflito) no fio do discurso. A descrição destes itens referentes às figuras de sintaxe deve ser analisada em relação a esta exterioridade. Estas descrições não são abstratas, elas têm uma espessura material/histórica. Elas não dizem nada fora do complexo em que elas surgem: a gramática de uma língua. Nesse sentido, a coerência destas descrições deve ser buscada na sua relação com a teoria que as sustenta. É assim que podemos falar também que o referente destas figuras é a imagem de língua construída ao longo de toda a gramática.

Por fim, queremos dizer que há uma interpretação que recobre as descrições destes itens, portanto o referente destas descrições deve ser buscado em relação a esta interpretação mais ampla.

Olhando rapidamente para as definições destes dois autores pode até parecer que elas se repetem em seus discursos, ou que elas estão falando a mesma coisa de maneira diferente, isto é, que suas definições são as mesmas para uma determinada figura e que, portanto, seus discursos estariam uniformes, mas somente uma análise mais apurada pode mostrar o contrário. É este o nosso objetivo nesta parte do trabalho.

Nas definições de Júlio Ribeiro, vemos uma preocupação com a clareza das frases/das idéias, pois segundo este autor a linguagem é a expressão do pensamento. Daí,

ele definir as figuras de sintaxe enquanto modos irregulares de expressão do pensamento, aceitos pelo uso. Para Júlio Ribeiro, estas figuras legitimam as irregularidades de expressão do pensamento. Em suas definições, podemos ver sua posição normativa de descrição da língua. Vale lembrar que sua gramática coloca-se na linha de apresentar regras de como se deve falar e escrever corretamente. Segundo este autor, as regras apresentam o ideal da expressão correta. Nesse caso, as figuras de sintaxe se separavam da sintaxe regular por se constituírem diferentemente, considerando-se as regras racionais da gramática da língua. Elas se desviam da sintaxe regular. É neste ponto que entendemos que para Júlio Ribeiro as irregularidades deslocam para o que é estilo.

O enfoque dado para o estilo na gramática de Júlio Ribeiro é o tradicional, pois a definição dada para este termo é retomada na íntegra das gramáticas tradicionais:

Estylo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza; quem o corrige é a observação. (1919, p. 326)

Portanto, a gramática deste autor continua a tradição de separar os estudos racionais/lógicos da língua dos estudos que rompem com a lógica da mesma que são os estudos das figuras de sintaxe.

Concluimos que Júlio Ribeiro reduz o processo de transformação da língua, separando a sintaxe regular da língua das figuras de sintaxe. Isto é, colocando de um lado o que é regular e do outro o que é irregular, mas que aparece legitimado pelo estilo. Deste ponto de vista, as definições destas figuras de sintaxe frisam que a sintaxe regular da língua foi alterada.

João Ribeiro (1887, 3ª ed.1889), por outro lado, diz que as frases estão sujeitas às modificações de qualquer ordem (p. 290). De sua perspectiva, a língua é flexível. Para ele,

estas modificações não são consideradas irregularidades, mas possibilidades de se representar uma idéia ou conceito por palavras diversas ou de se construir de modo diverso uma frase (pp. 316-7).

Em nosso entender, estas definições não devem esgotar os estudos sobre as figuras. Elas são definições fechadas que se filiam a um certo modo de conceber a língua. Não estaríamos produzindo conhecimento se as reproduzirmos. Não ficaremos na interpretação dada pelo discurso destes dois autores. Nosso objetivo é questionar o modo como estas noções se constituíram no interior da gramática e verificar sob quais orientações teóricas. Estas definições têm suas regularidades. Elas são determinadas. Estas figuras não nos interessam enquanto um estudo em que elas aparecem elencadas e definidas sob a forma de lições. É preciso criar um modo de leitura para que não fiquemos na evidência de suas definições. Há uma leitura que apaga a orientação teórica destas definições. Queremos compreender o gesto de interpretação realizado pelos autores desse discurso (das figuras) em relação à suas filiações teóricas/históricas (cf. ORLANDI, 1996: 83, 87 e 89).

De nossa perspectiva, estas figuras evidenciam que não se pode apreender a língua na sua completude. Elas reclamam por um estudo mais abrangente da língua. Elas aparecem inseridas no domínio do estilo e por isso são aceitas no interior da gramática. Em outras palavras, elas entram na gramática através do estilo.

Elas têm um funcionamento contido, controlado pela gramática. Elas ficam “acuadas” em uma região marginal da gramática.

Pode-se dizer que estas definições estão sustentadas na noção de estilo, de acordo com a filiação teórica de cada um destes autores, pois tanto em Júlio quanto em João Ribeiro o estilo aparece como algo exterior (e paralelo) à gramática. Mas não enquanto um estudo independente. Elas interpretam as modificações da língua como sendo resultado do

estilo de cada indivíduo. Resta saber o que cada um destes autores entende por estilo, enquanto efeito de sentido determinado pela concepção de língua que está funcionando no discurso gramatical dos mesmos. O que a gramática não dá conta, é interpretado pelo viés do estilo, ou seja, é da ordem do individual. É desse modo que a gramática cercava as questões referentes à língua. Há uma rígida separação entre o que é uma questão gramatical e uma questão de estilo. Este era o horizonte teórico que sustentava o estudo da língua no final do século XIX.

Embora nesses dois autores as definições para estilo pareçam estar falando de uma mesma coisa, queremos chamar a atenção para as diferenças que elas carregam, em relação à posição discursiva da qual eles enunciam.

Para Júlio Ribeiro (1881, 13ª ed.1919), como vimos, *“estylo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza; quem o corrige é a observação”* (p. 326). Ao passo que para João Ribeiro (1887, 3ª ed.1889), *“o estylo estuda os modos de divergencia que se notam entre os individuos na coordenação e disposição das palavras e phrases”* (p. 316). Logo abaixo, ele completa:

O estylo é peculiar ao individuo, ou a um grupo restricto de individuos. Todo o homem tem um estylo, isto é, tem um modo que lhe é proprio de coordenar e dispôr a sua elocução (1889, p. 316).

Ao longo deste capítulo, procuraremos delimitar melhor o que estes dois autores estão dizendo e especificar suas filiações teóricas para não ficarmos na evidência de uma mesma definição.

Para João Ribeiro, as modificações na frase se reduzem às divergências que se podem notar entre os indivíduos no modo de coordenar e dispor as palavras e frases.

De uma perspectiva tradicional, nossas análises referentes às figuras de sintaxe se esgotariam quando chegássemos na noção de estilo. De nossa parte, queremos ir mais além, buscando articular o aparecimento destas figuras à construção de um referente à língua nacional, pois as modificações que elas explicitavam na língua portuguesa instauravam um novo funcionamento para esta língua, conforme já o descrevemos neste mesmo trabalho.

A análise da posição da qual se enuncia estas figuras, bem como a observação da construção do referente da língua através das definições das mesmas constituem nossas questões específicas no presente capítulo.

As diferenças sintáticas entre o português de Portugal e o do Brasil não foram formuladas levando-se em conta as condições históricas da língua portuguesa no Brasil, mas segundo a posição tradicional de estilo.

Estas figuras, a meu ver, atestam uma nova interpretação para a língua. No entanto, vemos que elas dão a idéia de uma seqüência linear para o discurso gramatical, eliminando com isso as tensões (os conflitos) históricas da língua portuguesa em nosso território. Ou seja, do gramatical se passa para o estilo em uma seqüência lógica, contínua. Desse modo, pode-se dizer que se constrói imaginariamente uma unidade para o português de Portugal e o do Brasil. As diferenças existentes no português do Brasil são tratadas pelas gramáticas às margens, como desvios ou vícios, reforçando a tese de que a língua portuguesa tradicional era o modelo a ser seguido (efeito de sentido dominante).

Teoricamente falando, podemos notar que nossos gramáticos do final do século XIX filiavam-se a lugares teóricos que produziam um certo recorte em relação à constituição do objeto língua. Estamos querendo dizer com isso que a gramática é um discurso teórico. Suas definições, suas divisões, suas regras, etc. têm implicações teórico-metodológicas decisivas. No que concerne à língua nacional, pode-se afirmar que o discurso gramatical

brasileiro do final do século XIX tinha como referente a língua portuguesa tradicional. Nesse sentido, embora estas gramáticas tenham sido produzidas em um contexto em que se defendia (e se reivindicava) a existência de uma língua nacional (o processo de gramatização do português brasileiro, conforme Guimarães), elas se constituíram sob o efeito imaginário da língua portuguesa tradicional, pois as modificações sofridas por esta língua no Brasil aparecem nestas gramáticas sob a forma de temas que visam estancar/policar estas diferenças: *figuras de sintaxe, vícios de linguagem, brasileirismos, neologismos, etc.*

Voltando para as definições das figuras de sintaxe, verificamos que elas não realçam a transformação histórica da língua, mas sim a plasticidade/mobilidade da língua, no caso de João Ribeiro. Tanto é assim que elas falam em supressão de vocábulos ou do sujeito na frase, desviando-se assim a questão da língua nacional para uma questão relativa às mudanças suscetíveis da frase. Na gramática deste autor, as definições dos diferentes casos de elipse dizem respeito às modificações da língua enquanto supressão de algum elemento na frase. Estas definições têm implicações teóricas que devem ser consideradas na análise das mesmas. Elas não são neutras como parecem, isto é, elas fazem um recorte teórico. Trata-se de um fato de linguagem que recebe um tratamento estilístico, ou seja, o domínio do estilo recobre este fato de linguagem.

Interessa aqui também observar que estas figuras ressaltaram o funcionamento estilístico tradicional da língua e não o funcionamento histórico da mesma, o que para nós tem a ver com a posição teórica assumida pelo autor.

De nossa perspectiva, estas figuras de sintaxe não só suprimem, invertem vocábulos na frase. Não é desta mobilidade da língua que estamos falando. Para João Ribeiro, as modificações possíveis que as figuras de sintaxe realizam na língua também se reduzem à

noção de estilo, pois elas não são flagradas em um certo momento histórico, elas aparecem apenas enquanto possibilidades de coordenar e dispor as palavras e frases. Dito de outra maneira, estas modificações referem-se apenas ao estilo.

Há, evidentemente, uma posição enunciativa afirmada com as definições destas figuras nas gramáticas brasileiras do final do século XIX.

A análise, que pretendemos fazer acerca destas definições, deve deslocar a interpretação que é marcada pela posição ideológica da qual o autor da gramática enuncia: a posição tradicional. Não queremos ler estas figuras do mesmo lugar em que elas são enunciadas. Elas dão continuidade ao funcionamento tradicional da língua portuguesa, não estando, portanto, relacionadas à descrição da língua nacional. Estas figuras são brechas possíveis na língua, legitimadas pela noção tradicional de estilo.

Para João Ribeiro, as modificações que as figuras de sintaxe realizam na língua não têm a ver com processos históricos que determinam a transformação da mesma.

A descrição das figuras de sintaxe na gramática de João Ribeiro se dá sob a forma de enunciados definidores. Isto marca uma certa leitura para estas figuras. Desse modo, as figuras de sintaxe se reduzem a uma série de casos que ultrapassam o domínio da gramática, sendo da alçada do estudo do estilo. Estas figuras recobrem de evidência a contradição que elas travam com o discurso gramatical.

Para este autor, estas modificações estão ligadas à língua que permite que o indivíduo construa de modo diverso uma frase. Pode-se perceber por meio das definições destas figuras de sintaxe que João Ribeiro concebe a língua de modo diverso a Júlio Ribeiro, o que significa dizer que suas abordagens referentes às figuras de sintaxe não “batem” (não se confundem), pois elas seguem orientações teóricas bem diferentes, mas que têm relações entre si. Para Júlio Ribeiro, as figuras de sintaxe seriam como

irregularidades legitimadas pela noção de estilo, já para João Ribeiro elas são modificações possíveis na frase, decisivas para a construção do estilo individual.

É interessante notar como que a divisão entre o que é gramatical e o que é da ordem do estilo é colocada, formando dois domínios que se excluem e que carregam suas ilusões.

A gramática vem reproduzindo esta polaridade ao longo de sua história.

João Ribeiro fala em *modificações* quando define as figuras de sintaxe. Mas qual seria o referente deste termo, tendo em vista sua posição enunciativa? Em nosso entender, não se trata de modificações históricas da língua (determinadas por fatores externos à língua), mas sim de modificações internas à língua (determinadas pela própria flexibilidade da mesma). Para este autor, estas modificações, denominadas figuras de sintaxe, recebem diferentes nomes e ele faz referência a algumas delas: *ellipse*, *zeugma*, *asyndeton*, *syllipse*, *hyberbaton*, *etc.*

Concluimos que João Ribeiro quando define estas figuras, ele o faz de uma posição histórica, realçando a mudança interna enquanto uma possibilidade da língua, mas ele não deixa de relacionar essas mudanças ao estilo.

João Ribeiro relaciona as figuras de sintaxe aos casos em que se observa modificações na frase. Para ele, a própria língua é passível de jogo, isto é, a língua pressupõe estas modificações. A noção de estilo aparece à parte, e posteriormente. Ela vem alargar o domínio da sintaxe da língua. As figuras de sintaxe não pressupõem legitimação por meio da noção de estilo, pois para este autor as modificações que elas realizam na frase são permitidas pela língua, dessa forma, as figuras de sintaxe estão para a língua. A sua gramática comporta as modificações que as figuras de sintaxe realizam na frase, devido à sua concepção de língua. A língua garante lugar para estas modificações. Mais adiante (em sua gramática), este autor procura separar sintaxe de estilo, delimitando estes dois campos

de estudos. A filiação teórica de João Ribeiro permite dizer que as figuras de sintaxe não apenas se referem ao modo próprio de coordenar e dispor as palavras e frases, mas que elas são possíveis na língua, sem que as mesmas tenham de passar pelo “crivo” do estilo. Mas ele acaba relacionando estas modificações ao estudo do estilo e por aí estas modificações se ligam ao que é individual, abandonando assim a possibilidade de um estudo mais específico da língua. Isso já não se pode afirmar a respeito de Júlio Ribeiro, que vem de uma outra filiação teórica.

Em outras palavras, podemos afirmar que João Ribeiro constrói um lugar para as figuras de sintaxe na sua descrição da língua. A língua consente estas modificações, independentemente do estilo. Porém, as regularidades destas modificações devem ser buscadas na noção de estilo.

Por outro lado, pode-se dizer que a noção de estilo em João Ribeiro está relacionada e reduzida a sintaxe. Se, por um lado, João Ribeiro reconhece esta mobilidade da língua, ampliando ainda mais o domínio da sintaxe, por outro, ele vai relacionar estas modificações na frase ao modo individual (próprio) de coordenar e dispor as palavras e frases (o estilo). Aqui, podemos ver que este autor leva o estudo destas modificações até (para) o estilo, que será definido em relação à língua e não a uma individualidade própria (inerente àquele que fala ou escreve).

Voltando para as definições de Júlio Ribeiro, podemos destacar o funcionamento do efeito de sentido normativo, pois segundo esta filiação há uma ordem natural entre os termos de uma frase, o que garante a clareza da expressão do pensamento. Desta posição, estas alterações na sintaxe só eram aceitas por se tratar de figuras de sintaxe. Em relação à língua, elas estariam infringindo suas regras, ou seja, elas estariam se desviando da sintaxe regular/lógica.

A gramática atendia ao ideal de ciência estabelecido pelo domínio da razão. Desse modo, no seu espaço só caberia o que fosse lógico. Nesse sentido, a gramática estabelecia o correto com base nessa lógica/razão. Este casamento entre a gramática e a razão teve consequências políticas e históricas decisivas na constituição da nossa língua. Para um certo modo lógico de pensar correspondia uma certa lógica gramatical. Desse modo, a gramática constituía-se em uma verdade incontestável. E esta lógica gramatical, no caso da constituição da língua nacional, reforçava o modelo padrão da língua portuguesa.

A gramática de João Ribeiro, devido à sua filiação histórica abre um novo horizonte para os estudos da língua no Brasil e, nesse sentido, seu modo de tratar a língua passa por outras questões. Ele desenvolve um estudo em que podemos ver uma abertura para uma nova teorização da língua no Brasil. Isto pode ser notado no modo como seu discurso é textualizado. É assim que podemos falar que este autor aborda as figuras de sintaxe e o estilo de modo diverso a Júlio Ribeiro, que também tem seu modo (pois ele vem de uma outra filiação teórica, conforme já descrevemos neste trabalho) de tratar destas questões. Em ambos pode-se ver uma teorização da língua nacional, no gesto mesmo que realizaram de trazer a autoridade de se poder falar da língua no Brasil. A gramática de João Ribeiro teoriza as questões referentes ao estilo e às figuras de sintaxe dando ênfase para a língua, o que se mostra na própria divisão que ele apresenta destes estudos em sua gramática. E assim, ele fala das *figuras de sintaxe, partículas de realce*, por exemplo, separadamente de um tópico que ele chamou de *sintaxe e estilo* e de um outro que ele apresenta a *teoria do estilo segundo Spencer e H. Taine*. Este modo de disposição destes itens não é indiferente, pois já é um indício de que estamos diante de outra concepção de gramática, de língua. Embora este autor relacione estilo e figuras de sintaxe às modificações ocorridas nas frases, vemos, por outro lado, que elas também estão relacionadas ao que é individual. Portanto,

estas modificações estão ligadas à língua e ao indivíduo. Ele junta a língua e o indivíduo para explicar o estilo e as figuras de sintaxe.

Desse modo, pode-se afirmar que a gramática de João Ribeiro começa a separar as coisas em termos de uma análise lingüística. Ele começa a organizar em sua época a constituição de estudos mais propriamente lingüísticos do que gramaticais quando discorre, por exemplo, sobre *sintaxe e estilo*.

João Ribeiro descreve as figuras de sintaxe dando ênfase à análise da língua. Ele constata que estas figuras modificam a sintaxe da língua. Mas ele se limita a afirmar que estas modificações têm a ver com o modo individual de coordenar e dispor as palavras e frases. Ele abriu caminho para que se construísse um estudo sobre as figuras de sintaxe sem que se confundisse com o estudo do estilo, remetido somente ao que é próprio de cada indivíduo.

Por outro lado, podemos dizer que Júlio Ribeiro dá o passo decisivo reivindicando uma nova filiação e dando início ao processo de gramatização do português brasileiro, conforme destacou Guimarães (1996).

Em João Ribeiro, temos um estudo que se direciona para a descrição histórica da língua nacional.

Por outro lado, é a linha da gramática normativa que tomará o lugar de estudos de natureza científica ou histórica evocados pelas gramáticas produzidas no final do século XIX.

Ao enunciar as figuras de sintaxe enquanto modos irregulares de expressão de pensamento, Júlio Ribeiro evidenciava uma posição lógico/racional em seus estudos gramaticais. Sua gramática via essas irregularidades e as tratava pelo viés do estético. Vemos então o efeito da gramática em apagar outros sentidos possíveis para este fenômeno

das figuras. De nossa parte, elas não são só desvios da sintaxe regular ou irregularidades de expressão do pensamento. Elas desestabilizam sentidos, constituindo-se em um discurso relativo à língua nacional.

Resumindo, nosso objetivo, neste capítulo, é o de apresentar um estudo que considere as marcas estilísticas como marcas lingüísticas históricas. Assim, estaremos evocando uma nova filiação teórica para a explicação deste fenômeno que sempre esteve vinculado ao que é próprio de cada indivíduo. Ao invés de considerarmos este fenômeno como um traço individual daquele que escreve (que é inerente àquele que escreve), queremos descrevê-lo como sendo determinado por uma certa ideologia que interpela o indivíduo configurando sua identidade histórica.

Alguns autores, no decorrer da história dos estudos sobre a língua no Brasil, refletiram especificamente sobre o fenômeno do estilo ampliando este campo de estudo. Desse modo, foram institucionalizando a disciplina da Estilística da Língua Portuguesa. Nos capítulos que seguem analisamos três obras, procurando observar como a estilística entra nas questões dos estudos referentes à língua, no Brasil.

Desse modo, mostraremos como, de uma categoria gramatical (o estilo) chegou-se a uma estilística da língua portuguesa. Em seguida, apresentaremos como essa passagem se realizou, mobilizando três autores que reivindicaram este objeto para o seu interesse de estudos.

De nossa perspectiva, queremos contribuir para um estudo mais consciente e conseqüente deste campo, observando a articulação contraditória que se pode notar, a princípio entre a gramática e o estilo e depois entre a Lingüística e a estilística. Desse modo, estaremos sendo críticos em relação a este campo de estudo.

Queremos observar como os estudos sobre a estilística se constituíram no Brasil, configurando um campo de conhecimento no âmbito da língua portuguesa.

Conforme vimos, no final do século XIX, a gramática detinha o poder para falar da língua. Ou seja, o estudo da língua se limitava ao gramatical. A estilística não tinha ali nenhuma finalidade lingüística “aparente”.

Porém, mostraremos que no século XX ela vai se delimitando, abrindo discussões com própria gramática, como pode ser visto na obra de Rodrigues Lapa. Ela se tornava uma disciplina autônoma. Para além de permanecer na positividade dessa disciplina, queremos fazer a sua história, descrevendo suas filiações.

5. A ESTILÍSTICA DE M. RODRIGUES LAPA

Passaremos agora à apresentação das análises desenvolvidas acerca de nosso objeto de pesquisa – a estilística.

Os estudos sobre estilística também constituem nosso objeto de estudo nesta pesquisa. Porém, não vai nos interessar fazer um levantamento de autores que trataram deste assunto em suas obras, em relação à língua portuguesa no Brasil. Nosso interesse é de compreender a constituição destes estudos paralelamente aos estudos referentes à história da língua no Brasil e de seu ensino. Pretendemos com nossas análises apresentar um estudo referente à história da constituição de uma estilística da língua portuguesa no Brasil. Nesse sentido, a estilística aparece como um estudo na tentativa de compreender o seu objeto: a língua portuguesa. Como uma forma de conhecimento sobre a língua, a estilística nos esclarece muito mais que o que ela vem enfocando pelo viés tradicional. Queremos ressaltar que o estudo da estilística de uma certa língua contribui para a compreensão da mesma e dos sujeitos falantes desta língua.

Para iniciarmos nossas análises, decidimos observar algumas obras de autores (que se preocuparam especificamente com o estudo da estilística), com o objetivo de compreender as regularidades que determinaram os discursos dos mesmos na construção de seu objeto: a estilística da língua portuguesa. Dessa forma, estaremos falando de relações discursivas ou de regularidades discursivas. Não buscaremos na consciência destes autores a referência para seus discursos. Não é possível falar de uma obra (enquanto discurso) fora das relações que a constituem. Portanto, para entendermos os discursos destes autores (estamos falando de suas obras), devemos relacioná-los a outros discursos, anteriores e exteriores, mas que são constitutivos deles. Dessa forma, estaremos falando de relações de

sentido e não de idéias que teriam origem no próprio autor (no vazio de sua consciência). Em outros termos, entenderemos os discursos destes autores enquanto efeitos de sentidos, pois eles resultam de certas filiações discursivas (que se dão no gesto mesmo de produzir um certo conhecimento), que são suas próprias condições de produção (estamos pensando nas condições de produção no sentido mais amplo, em que poderemos falar do contexto sócio-histórico, ideológico). É este o caráter material do discurso. Dessa perspectiva, não vão nos interessar, propriamente dito, seus conceitos (suas noções) em si sobre estilística, mas sim as condições em que elas aparecem (suas regularidades). Não ficaremos nas funções destes conceitos, mas observaremos o seu funcionamento.

Pretendemos, ao analisar as obras destes autores, situar suas filiações e observar o percurso das reflexões lingüísticas no Brasil.

Começaremos pela obra *Estilística da Língua Portuguesa*, de M. Rodrigues Lapa¹² (1975)¹³. Esta obra se justifica neste trabalho, embora se trata de um autor português, pela sua alta circulação no Brasil. Nesse sentido, entendemos que a estilística deste autor diz respeito à história da nossa língua.

Rodrigues Lapa foi muito citado, consultado, na década de 50 (século XX). Sua obra era fundamental em qualquer bibliografia do gênero.

Basicamente, queremos compreender o que este autor entende por estilística e por esta via chegar em sua filiação teórica. O que a estilística contribui para o estudo da língua?

Esta obra analisa a língua enquanto “expressiva” e não “meramente gramatical”. É esta a concepção de estilística que podemos ler em Rodrigues Lapa.

¹² M. Rodrigues Lapa nasceu em Anadia em 1897 e faleceu em 1989. Filólogo, professor catedrático, doutorou-se com a tese *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média* (1930). Foi afastado da Faculdade de Letras de Lisboa, por motivos políticos, em 1935, e passou a dedicar-se ao jornalismo e às investigações literárias. Feroz opositor ao regime vigente, exilou-se no Brasil, em 1957, onde lecionou em várias Universidades e realizou investigações sobre o Setecentos Político e Cultural de Minas Gerais. Regressa a Portugal em 1974.

¹³ Consultamos aqui a primeira (1945) e a oitava (1975) edição desta obra.

Esta obra não nos interessa como um tratado de estilística, mas como uma forma de produção de conhecimento sobre a língua. E neste ponto ela interessa muito ao projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, visto que ela nos mostra que direção os estudos estilísticos tomavam no Brasil (e sob qual perspectiva se dava o ensino da língua no Brasil). Como veremos, os estudos estilísticos apresentados nesta obra limitavam-se à lições que ensinam como escrever com elegância, com estilo. Tratava-se, como diz o próprio autor de *“uma série de lições por escrito sôbre a arte da redação e do estilo”* (LAPA, 1945). Ou seja, são lições que visam inserir os indivíduos na “arte de escrever”.

Esta obra tem como alvo o ensino, pois ela fornece uma série de lições por escrito sobre a arte da redação e do estilo aos que desejam se iniciar na “arte de escrever”.

Não queremos olhar para o texto de Rodrigues Lapa enquanto uma série de lições positivas sobre a arte da redação e do estilo, mas sim observar as regularidades que são constitutivas deste discurso.

Esperamos com nossas análises compreender aos sentidos que estão sendo mobilizados pelo autor, em relação ao estudo da estilística da língua portuguesa. Desse modo, sob qual perspectiva dá-se a discussão em torno da estilística, na obra em questão? Portanto, uma obra como esta nos dá uma visão da predominância da perspectiva sob a qual se desenvolviam os estudos estilísticos da língua e se pautava o seu ensino.

Podemos afirmar já de entrada que este autor inclui em suas reflexões sobre a língua o fator sentimental, afetivo e pessoal (e, portanto, o lado da fantasia, da imaginação, da criação, etc.), determinante da constituição do sentido de estilo. É possível ver também neste autor uma preocupação com o como se deve escrever (como veremos, ele se filia à posição tradicional dos gramáticos), já que para ele o estilo é uma arte. Trata-se de uma posição tradicional dos estudos estilísticos, não sendo, portanto, um estudo lingüístico

propriamente dito. Como verificaremos com os recortes que selecionamos para a análise, Rodrigues Lapa filia-se aos estudos da língua enquanto regras/leis que ensinam a escrever bem (com arte). Desse modo, ele dá continuidade aos estudos lingüísticos tradicionais em que a língua é objeto artístico e não científico. A língua aqui é vista na sua função de expressão e não nela mesma. Embora, ele tenha visado dar um estatuto científico para sua obra (para a estilística) quando critica a Gramática e os gramaticões:

Diatribes que tem uma base rigorosamente científica. Sendo, como é, um livro de divulgação, feito para o povo estudioso, sem aparato de erudição, numa linguagem acessível, o que nele se escreve é o produto de larga experiência e de variada leitura (idem, ibidem).

É interessante observar também que esta obra é produzida (trazida?) em um certo momento da história das reflexões sobre a língua no Brasil. Portanto, ela deve ser analisada em relação às reflexões lingüísticas do Brasil.

Esta obra, conforme o autor mesmo coloca no prefácio, constitui-se em uma crítica à Gramática e aos gramaticões. Vejamos como ele diz isso:

O livro tem um carácter polemístico e até revolucionário; procura combater certo gramaticalismo pedante, muito lógico e muito despótico, que anda por aí, em Portugal e no Brasil, a dar-se ares de ditador da língua, e que é um perigo constante para os aprendizes do estilo, por lhes insinuar noções falsas sobre o idioma escrito. Emfim, a << Estilística >> é, de ponta a ponta, uma longa diatribe contra a Gramática e os gramaticões...(idem, ibidem).

Vemos neste recorte que a estilística critica a gramática.

Interessa-nos perguntar também pela história dos sentidos que estão sendo mobilizados por este autor em seu discurso. Que efeito é este, o efeito de expressividade, que aparece como evidente neste discurso? De nossa perspectiva, não ficaremos na “essência” desta idéia.

Rodrigues Lapa explicita suas leituras teóricas (suas referências teóricas) no prefácio de sua obra:

Bréal, Darmesteter, Ginneken, Brunot, Vossler, Spitzer, Amado Alonso, Said Ali e outros, contribuíram, em variado grau, para a sua confecção. Contudo, a quem mais deve é ainda a Carlos Bally, o sábio estilólogo suíço, que ergueu um monumento à nova ciência com o <<Tratado de Estilística Francesa>>. Discordando embora de Bally na separação demasiado rígida que faz de linguagem corrente e linguagem literária, a minha Estilística baseia-se fundamentalmente na sua, adota a sua terminologia e é, de quando em quando, uma adaptação da sua. Que fique exarada aqui esta dívida de gratidão ao ilustre homem de ciência. De Amado Alonso, o simpático professor espanhol de Buenos Aires, aproveitámos especialmente o magnífico estudo sobre o artigo; a Spitzer, o grande e discutido estilólogo alemão, devemos parte do que escrevemos sobre as palavras invariáveis (idem, ibidem).

Rodrigues Lapa começa falando do vocabulário português, apontando para o fato de que “*se observarmos o papel que as diferentes palavras desempenham no discurso, logo verificamos que umas são mais importantes do que as outras*” (LAPA, 1975: 5).

Para Rodrigues Lapa, “*as palavras são as principais portadoras da idéia ou do sentimento, traduzem a realidade com mais viveza, despertam enfim imagens mais fortes*” (LAPA, idem). Ele adverte ainda que, “*no bom estilo, não se diz nem de mais nem de menos: diz-se o que é preciso, na medida exata do que se pensa e sente, com vigor e com clareza*” (idem, p. 8). O exemplo dado pelo autor para fazer sentir a importância dos vocábulos é o da técnica do telegrama em que a brevidade é a marca principal, pois o

número reduzido de palavras se encarrega perfeitamente, e com força expressiva, de enviar o sentido fundamental da mensagem pretendida. Este exemplo, para o autor, é explicativo da relevância do valor das palavras reais (substantivos, adjetivos, verbos, etc.) em relação aos instrumentos gramaticais (constituído pelos artigos, preposições, conjunções, etc.), às vezes desnecessários e dispendiosos.

Convém destacar que este autor trabalhou em seu discurso (em seus enunciados) a teoria de que o “pensamento” se exprime por palavras, cuja textura constitui a “forma de expressão”. Daí o termo expressividade estar relacionado às palavras investidas de idéias, emoção, sentimento. Vemos então que ele se filia à concepção tradicional de linguagem (enquanto expressão do pensamento) trabalhada pela gramática geral. É o que podemos ler no recorte que segue:

Portanto, quem escreve e quem fala tem a sua disposição, para traduzir exatamente o pensamento, séries de palavras, ligadas por um sentido comum, que acodem ao espírito, para as necessidades de expressão (idem, p. 22).

Para Rodrigues Lapa, as palavras reais distinguem-se das outras pela sua força expressiva, pois elas despertam em nós as imagens das coisas a que elas se referem, porém estas coisas são revestidas de imagens diversas o que faz com que cada um de nós apreenda na palavra o seu aspecto pessoal, aquele que particularmente lhe interessa (p. 9). É isso que este autor chama de fantasia das palavras. Uma palavra nesse caso pode conter todos os fenômenos da vida, pois seu poder evocador não conhece limites. Em volta de certas palavras, portanto, se estabelece uma atmosfera fantasiosa e sentimental que constitui o seu valor expressivo (p. 10). Assim, ao evocar uma certa palavra, o indivíduo prende-se a um certo aspecto da imagem (por ele apreendido e que é o traço pessoal) da coisa representada por esta palavra.

Quanto à parafantasia, Lapa vai nos dizer que “*por vezes, a fantasia transcende para além do objeto e dá representações que pouca ou nenhuma relação tem já com ele*” (idem, p. 12). É essa a explicação que ele dá para o fenômeno conhecido por linguagem figurada que tem aplicação literária. Para exemplificar este fenômeno ele cita vários exemplos, dos quais transcreveremos dois: 1. um indivíduo que ao ouvir a palavra *chave*, não viu logo o objeto, imaginou ouvir abrir uma porta. 2. um outro indivíduo que ao ouvir a palavra *música*, tem a imagem de um baile (p. 12).

Como pudemos observar, para Rodrigues Lapa a linguagem (a palavra) permite que cada um se particularize ao tomar para si um certo aspecto da imagem da coisa a que a palavra se refere. Desse modo, as palavras evocam significações diversas ao serem empregadas pelos falantes.

Vemos também operar nesta concepção de linguagem a diferença entre o sentido literal e o sentido figurado das palavras. O sentido figurado estaria ligado a este universo fantasioso, parafantasioso, sentimental, literário das palavras. Nesse caso, o sentido figurado tem a ver com o uso que cada um (que é pessoal) faz da linguagem, tendo em vista a carga sentimental que o falante atribuiu a ela (a linguagem). Ele é mais artístico. Ao passo que no sentido literal as palavras não evocam estes níveis de imagens que estariam ligados ao lado pessoal daqueles que as empregam.

Importa à estilística o “sentido espiritual/fantasioso/parafantasioso/figurado” atribuído às palavras e não o seu sentido próprio/literal (palavra/coisa). Ou seja, o sentido literal/lógico/intelectual estaria ligado à língua gramatical normativa (uma língua coletiva/social), enquanto que o sentido afetivo/subjetivo/poético/sentimental estaria ligado à estilística (uma língua individual/pessoal).

Para nós, Rodrigues Lapa relaciona estilo ao uso do sentido figurado/fantasiado/artístico/parafantasiado da linguagem, já que para ele “há, evidentemente, palavras mais evocadoras do que outras. O bom escritor saberá aproveitá-las, para suscitar mais vivas e variadas imagens” (idem, p. 10). E ainda adverte que “uma coisa é necessária a quem deseja conhecer a fundo a sua língua e utilizá-la para fins artísticos: pensar e sentir as palavras como se elas fossem feitas de novo, e evocar o objeto a que se referem com a maior frescura e vivacidade possível” (idem, p. 10). Em outras palavras, o autor alerta que para expressar artisticamente é preciso renovar as palavras e evocar os objetos a que elas se referem com mais vivacidade.

O autor destaca também a “doçura” e a “graça” de alguns vocábulos brasileiros (tais como: saudade, beira-mar, menina, etc.) cuja forma sonora e gráfica dos mesmos, quando em contato com o seu sentido conhecido, nos comunica uma certa ilusão. E os escritores estão particularmente sujeitos a estas ilusões, pois eles trazem na memória um armazém de termos expressivos (p. 16).

A descrição destas formas expressivas na/da língua constitui então a matéria desta disciplina que é a estilística. Vale dizer que, para Lapa, estas formas expressivas estão ligadas ao trabalho “artístico” do escritor que deve conhecer a sua língua e saber selecionar o vocabulário para melhor dizer (ênfatizar) o que pensa e sente.

Segundo este mesmo autor, expressar o pensamento e sentimento requer um trabalho com a língua. Desse modo, não é qualquer palavra ou frase que traduz expressivamente o que pensamos e sentimos. Isto ocorrerá com “sucesso” quando fizermos a escolha “certa” do vocabulário que inserido num contexto adquire o seu significado especial. E o contexto aqui está marcado na própria língua, pelos outros elementos que

fornece a “verdadeira” significação de uma certa palavra. Segundo este autor, no contexto, a palavra é limitada e esclarecida.

O autor se filia então a uma concepção de linguagem enquanto expressão de nossos pensamentos e sentimentos, conforme já dissemos, no entanto, ele diz que a língua gramatical (coletiva) não é adequada para “expressar” a nossa individualidade, o nosso “caráter”, o “colorido da alma”, etc., nesse caso, é preciso empregar a língua de modo sofisticado, incomum, realçando aquilo que se quer dizer: esta seria a língua expressiva, marcada pela nossa individualidade e que já teria a ver com a questão de estilo, uma vez que estaria ligada com o nosso modo próprio (pessoal) de escrever. Como podemos notar, Lapa parte do princípio de que a língua é capaz de “expressar” a nossa individualidade, basta que saibamos empregá-la adequadamente, pois a língua pode ser usada expressivamente. E a linguagem se ajusta aos nossos pensamentos e sentimentos. Ela se constitui na forma de um estoque/armazém de palavras a que nos recorremos quando necessitamos.

Desse modo, a língua seria como algo individual, cada um possui a sua, visto que não sentimos e pensamos as coisas da mesma maneira. É a imaginação e a fantasia que produzem este efeito. A língua possui elementos capazes de exprimir o que pensamos e sentimos. A língua então daria conta de todos os fenômenos da vida, ela exprimiria o universo de cada um. A língua é a mesma para todos, porém cada um pode nela se expressar de maneira que se leve em conta suas próprias fantasias (imaginação) e emoções. É este lado expressivo, contido no indivíduo que sente e fantasia (imagina), que a linguagem busca traduzir através de suas formas. A língua se encarrega também de expressar o nosso universo pessoal e não apenas de estabelecer a referência lógica entre as palavras e as coisas no mundo para que dele possamos falar e fazer parte (a língua como

exteriorização – representação – do mundo). Trata-se de uma concepção subjetiva da língua, mas vinculada aos sentimentos e pensamentos como inerentes aos indivíduos. E a língua estabelece relações até “absurdas” entre os termos tanto no nível interno (sintático) quanto externo (semântico) da frase para tornar-se expressiva, ou seja, para exprimir nossa “imaginação”, isto é, as imagens que fazemos das coisas. Vemos aqui o confronto entre uma língua individual (a estilística) e a língua propriamente dita (a geral, a coletiva, enfim, a gramatical).

Quando se pensa a língua desta perspectiva (a língua como sendo expressiva), vemos que ela nunca é “neutra”, ou seja, qualquer uma das categorias gramaticais pode ser usada com valor afetivo, até mesmo aquelas que têm funções mais rigorosamente lógicas como as preposições, por exemplo (p. 251). Estas podem ganhar autonomia (deslocando-se do seu lugar em que sempre aparecem como instrumento de ligação das partes do discurso) e relevância no discurso, desde que estejam comprometidas com um propósito de valorizar uma certa idéia e não outra (também elas podem estar impregnadas de afetividade, investidas de uma carga sentimental, de um caráter intensivo) e não sendo apenas um mero “capricho” daquele que escreve. A omissão da preposição, desde que com finalidade de realçar alguma idéia, também pode constituir um recurso estilístico (pp. 252, 253 e 254). A língua, neste discurso da estilística, é usada segundo certas “intenções” do escritor ou do falante. É isto que interessa àquele que estuda a estilística desta posição teórica. São os escritores seus principais alvos de estudos, visto que são eles que recorrem à língua escrita, com mais “consciência”, para exprimir nela suas “intenções”, ou seja, o mundo que eles têm na “cabeça” e dessa forma sua língua torna-se expressiva. Aqui, é válido lembrar a referência feita ao estudo estilístico que se restringe à exegese dos textos literários, na linha de Karl Vossler e Leo Spitzer.

Ainda desta perspectiva, a linguagem tem a função de tornar-se naturalmente subjetiva/expressiva, pois é ela que traduz o mundo subjetivo/interior de cada escritor, “revelado” (entre outras coisas) na escolha da palavra em que este (o escritor) evoca a imagem que lhe interessa da coisa a que esta (a palavra) se refere. Em outras palavras, trata-se de considerar uma língua individual (uma língua investida de emoção, de sentimento, enfim uma língua subjetiva) em oposição a uma língua coletiva (geral). A linguagem, portanto, conforme Lapa, dá forma e cor aos nossos pensamentos.

Podemos notar que desta posição teórica ocorre a passagem da linguagem lógica gramatical (dura, abstrata, corriqueira) para a linguagem afetiva. Segundo Rodrigues Lapa, a linguagem lógica expressa o bom raciocínio, isto é, a clareza do raciocínio, do pensamento.

É desta perspectiva também que a polissemia é entendida como um fenômeno em que a partir da significação original de uma certa palavra outras significações tornaram-se possíveis. Nesse caso, o autor mostra como que de um sentido (o primitivo) originaram-se vários. Ele exemplifica o caso com a palavra cabeça que adquiriu com o uso vários sentidos diferentes ao longo dos tempos. E, segundo o autor, somente o contexto (a palavra inserida na frase) pode esclarecer o “verdadeiro” sentido pretendido com esta palavra. Se o escritor usa uma certa palavra que tenha vários sentidos, o sentido “específico” por ele pretendido é dado pelo contexto (a frase) em que esta palavra está inserida. Na frase, os outros elementos vão esclarecer o sentido que está sendo pretendido.

A linguagem figurada e a polissemia da posição teórica de Rodrigues Lapa estão relacionadas às significações que dizem respeito à forma individual de ver o mundo, ou dito de outro modo, as coisas do mundo suscitam significações (imagens) diferentes nas

peças. Dessa posição, a significação é uma questão pessoal, ou seja, ela está ligada ao sentido que cada um atribui a um determinado objeto.

Vale dizer que para este autor a “intenção” do escritor é percebida quando ele busca palavras cujos sentidos (estando nelas próprias ou no contexto em que elas se inserem) são apropriados para expressá-la, podendo ser elas palavras antigas, estrangeirismos, galicismos, neologismos ou arcaísmos. É nisso que consiste o bom estilo. Em suas próprias palavras:

A arte do estilo consiste em escolher, nesses grandes armazéns de palavras que são os dicionários, os termos justos, que dão de dar forma e cor aos nossos pensamentos (idem, p. 25).

Para Rodrigues Lapa, as palavras já têm uma significação interna, mas que ao serem evocadas pelo escritor elas adquirem “cor local”, de modo que se tornam expressivas, por darem forma ao pensamento/sentimento deste (o escritor). Portanto, é esta relação pessoal entre o escritor e a língua que interessa especificamente a este autor. Desse modo, a língua é expressiva porque o escritor encontra nela meios para tornar claro seu pensamento e realçá-lo. A forma da língua em si mesma não é expressiva, mas é o modo como o escritor a emprega para realçar o que pensa e sente que a torna expressiva. A língua pressupõe um uso pessoal dela. Este é o caráter (subjetivo/expressivo) da língua que interessa para este autor. A língua dá forma ao pensamento do escritor que pode expressar suas impressões pessoais recorrendo, entre outras coisas, ao grande número de vocábulos que estão disponíveis. É neste jogo (de escolha/seleção de vocábulos) que se pode falar em estilo individual (do escritor) desta posição teórica. A língua desta perspectiva coloca à

disposição do escritor o seu estoque de palavras podendo este escolher, recorrendo a este estoque, aquelas que com mais precisão traduzem as suas necessidades de expressão.

E o uso que cada escritor faz de uma mesma palavra é diferente, devido ao aspecto que foi apreendido da mesma. É desse modo que se pode falar em uso pessoal da língua, nesta teoria. Não é a língua que é pessoal, mas sim o uso que cada escritor faz dela (o estilo). O estilo é uma permanente criação pessoal (p. 90).

Além de palavras atuais, a língua nos fornece outras que já caíram em desuso, mas que podem ser usadas pelos escritores de acordo com suas necessidades, sem serem acusados de adotarem um estilo “inadequado” ao seu tempo. Os escritores, desse modo, podem ampliar as significações das palavras para melhor conseguir expressar seus sentimentos. A língua, nesse caso, está intimamente ligada ao mundo interior do indivíduo (o escritor). Ela cria condições para que o escritor expresse “exatamente” o que sente e pretende. O indivíduo preenche a língua de sentimentos. É assim que estamos entendendo a “expressividade” da língua do ponto de vista teórico de Rodrigues Lapa. Desta posição, a língua “traduz” exatamente as necessidades de cada um. E, segundo Lapa, alguns são mais habilidosos que outros em matéria de conseguir expressar suas “intenções” com precisão.

É válido lembrar também que a ênfase maior, de acordo com este autor, é dada para o pensamento e não à palavra, ou seja, à intenção de quem fala ou escreve e não à língua, para o uso e não à forma (p. 64). Trata-se de explorar a língua para conseguirmos exprimir com graça, colorido e beleza o nosso pensamento. A língua se submete ao pensamento, ou seja, ela deve enfatizá-lo, realçá-lo.

Como vimos, para este autor, a escolha de um certo vocabulário é considerada “exata/precisa”, quando este corresponde efetivamente à nossa necessidade de expressão. Outro elemento que conta na escolha do vocabulário é a sua adequação ao ambiente

psicológico e social do falante. Também para Lapa, os vocábulos devem corresponder ao tempo em que são empregados, a menos que para dar mais força ao pensamento fosse preciso o uso de um vocábulo de outra época (pp. 37, 38, 46 e 59). Para o autor em questão, são estes os cuidados que devem tomar aqueles que escrevem. É preciso também que aquele que escreve conheça bem os diferentes meios sociais, as camadas sociais, para empregar o vocabulário que esteja de acordo com a situação social daquele que vai usá-la (no caso, a personagem). Assim, vemos que o uso da língua é determinado pelo fator social, do qual a significação depende.

Até aqui descrevemos a posição teórica deste autor o que de certa forma já é uma análise interpretativa/discursiva.

Não acreditamos que a noção de estilo está relacionada à arte de escrever. Deste lugar, o escritor teria domínio total da língua, podendo assim se utilizar dela para marcar sua individualidade. Esta arte do estilo estaria então ligada a um modo diferente de utilizar a língua, o que elevaria o escritor a uma posição de artista, de alguém incomum, de alguém que vê diferente dos outros, ou melhor, de alguém que cria algo diferente. É o efeito da “criação” que vemos neste discurso do estilo. A língua está aí, ela é a mesma para todos, pois se acredita que ela seja a “representação” do mundo, porém aquele que consegue inventar, criar, se sobressai, ou seja, sai do lugar comum. Como podemos observar, neste discurso, o transformar, o deslocar é substituído pelo criar. No discurso deste autor, fala-se em utilização artística da língua. Enquanto todos (se) utilizam (d)a língua de modo habitual e indiferentemente (na racionalidade, na lógica), o escritor, pelo contrário, deve empregá-la com a “intenção” de conseguir um modo individual de escrever. Certamente, desta perspectiva, este modo individual de escrever está articulado ao lado subjetivo/emotivo do escritor. É nisso que consiste o estilo, quando se pensa dessa posição teórica. Deslocar-se

da lógica gramatical, neste caso, implica em um uso individual da língua, isto é, em um uso “refletido” da mesma, de onde se pode falar da criação sobre a língua. Ainda desta perspectiva, diríamos que quando se escreve com “emoção” e não com a “razão”, isso por si só já garante um uso próprio da língua por parte do escritor. Ao apropriar-se da língua para “expressar” o seu “pensamento”, o seu “sentimento”, o escritor marca a língua *expressivamente*. Enfim, esta é a posição, conforme pudemos observar através dos recortes que selecionamos, do estilista Rodrigues Lapa.

Para este autor, por um lado, existe a língua lógica (racional), que é a gramatical, e que, segundo ele, não serve para “expressar” o nosso “sentimento”, a nossa “imaginação”, e por outro lado, a língua “expressiva”, que é a língua empregada pelos escritores, ou seja, esta língua é marcada sentimentalmente, o que a difere da lógica previsível da língua gramatical. Em outras palavras, para Rodrigues Lapa, os princípios de lógica sob os quais a gramática se sustenta não bastam para a manifestação de certas sutilezas do pensamento. Este método tradicional (lógico) mostrava-se limitado/inadequado para explicar questões de ordem afetiva/sentimental.

Para nós, não se trata nem de uma língua lógica, e nem de uma língua expressiva, mas sim de funcionamentos que têm suas regularidades. Este conflito entre língua lógica e língua expressiva se dá em torno do imaginário da língua, uma vez que vemos se confrontar duas discursividades sobre a língua. Desse modo, parte-se então de interpretações já dadas (postas) para este objeto, o que nos leva a afirmar que observando a obra em questão de Rodrigues Lapa pouco ou quase nada se avançava, em relação às reflexões lingüísticas no Brasil.

Do nosso ponto de vista, diríamos que esta é a posição teórica tradicional dos estudos estilísticos realizados no Brasil que, como vimos, parte do princípio de que a língua

expressa com “exatidão” o pensamento/sentimento (e lhe dá cor), as energias da alma do escritor e que por isso mesmo fala-se em uma língua expressiva. A Análise de Discurso crítica esta noção de “expressividade”.

Desta perspectiva (a de Rodrigues Lapa), a significação da língua está ligada à “intenção” de quem a utiliza para fins artísticos/estilísticos/expressivos. Desta posição, língua e intenção caminham juntas. As formas da língua vão significar o “estilo” pessoal do escritor. Acontece que, se escreve com mais ou menos estilo, deste ponto de vista teórico. Por outro lado, temos a língua gramatical que é uma língua coletiva e que se apresenta como a língua da razão e não da emoção. Esta língua possui formas já comprometidas com as convenções sociais e por isso é apresentada como uma língua lógica, completa, acabada (por exemplo, a forma masculina e a feminina, a forma do singular e a do plural, etc. dizem respeito às convenções sociais estabelecidas). Ela é a língua que expressa a sociedade como um todo. A língua gramatical impõe um funcionamento através de seus mecanismos internos (lógicos) que organiza (m) o modo de se estabelecer as relações sociais que já estão marcadas na própria língua (esta é a materialidade da língua gramatical, em outros termos, ela materializa as formas das relações sociais – esta é a sua materialidade sócio-histórica).

Enfim, é desse modo que se pode falar de uma língua coletiva/social, cujas funções têm aplicação geral (servem para todos os indivíduos que compartilham de uma mesma língua). A língua nela mesma não é expressiva, pois é um sistema lógico que codifica e decodifica o mundo, isto é, ela “diz” o mundo “exatamente” como ele é (a língua coletiva) através de suas formas “neutras”, mas ao ser empregada pelo escritor, ela (a língua) passa a significá-lo (suas intenções, suas preferências, suas fantasias, seu jeito pessoal, etc.). Teríamos então uma língua, através da qual cada um manifestaria sua própria vida.

É desse modo que entendemos a posição teórica do estilista Rodrigues Lapa. Esta posição sustenta-se no princípio de que cada um pensa e sente o mundo de modo diferente (e aí reside a noção de estilo) e a língua se encarrega de expressar esta individualidade, mas certamente quando esta preocupação existir por parte daquele que a usa (o escritor, principalmente). Alguns são mais cuidadosos que outros, em matéria de estilo. Para o escritor esta questão é crucial, pois se trata de um esforço indispensável àquele que queira escrever bem (p. 31).

Rodrigues Lapa, na obra em questão, faz inúmeras advertências aos que desejam iniciar na “arte de escrever”, acerca do que é recomendável e o que não é, para se escrever com estilo:

Não se desespere com a sua ignorância das palavras difíceis. Por via de regra, são absolutamente inúteis para o estilo, que deve evitar sempre o palavão técnico, arrevesado e inexpressivo. O manejo acertado do vocabulário usual é que verdadeiramente importa. A esse, sim, deverá dedicar a mais escrupulosa atenção (idem, p. 74). Não aconselhamos o estudioso a evitar por completo as séries usuais, o que seria aliás difícil; e também é verdade que, em certos contextos, um escritor de marca pode dar-lhes vida nova; mas prevenimo-lo contra o emprego assíduo do clichê, muleta ridícula de preguiçoso, duma trivialidade insuportável. Ver com os seus próprios olhos, sentir com os seus próprios sentidos deverá ser a divisa de todo o aprendiz de redação (idem, p. 90). Aos escritores de talento ou gênio são permitidas estas liberdades; o aprendiz de estilo terá de se limitar a um papel mais modesto e desenvolver as suas aptidões dentro das realidades do idioma, sem alterar o valor das palavras, consagrado pelo uso. Mesmo dentro desta esfera terá inúmeras possibilidades de realizar a sua personalidade, sem atrevimentos excessivos, que o poderiam prejudicar (idem, p. 102).

Estas recomendações alertam os escritores de que a “arte de escrever” consiste em transformar (recriar) a língua, com a “intenção” de conseguir dar relevo/força ao pensamento, que é o que interessa à estilística. Porém, elas esclarecem que o estilo não se confunde com palavras difíceis e que o emprego do clichê (séries usuais) deve ser evitado

pelos escritores. Como se vê, desta perspectiva, aprende-se a escrever com estilo. Ou seja, o estudo do estilo se restringe ao estudo da linguagem empregada pelos escritores literários. Portanto, os textos literários constituem a referência para o estudo do fenômeno do estilo. Poderíamos dizer que a estilística constituiu-se numa teoria que estuda as formas expressivas da língua, ou seja, a linguagem afetiva. Interessa, por exemplo, à estilística o sufixo *-inho* enquanto um morfema expressivo que modifica sentimentalmente a palavra, não sendo, portanto, um sufixo que serve apenas para formar/marcar o diminutivo. *É este uso expressivo que dá vida à linguagem.*

Estas lições ensinam escrever bem, com elegância. Do quadro teórico a que nos filiamos, a questão não é colocada dessa maneira, estas lições evidenciam a filiação do autor à posição tradicional dos gramáticos, em que escrever com estilo está relacionado a escrever bem, com elegância.

Outro aspecto interessante de ser observado desta perspectiva e que foi destacado por Rodrigues Lapa refere-se ao valor intelectual e ao valor afetivo/sentimental dos adjetivos. Para ele, um adjetivo tem valor intelectual quando, referido a um substantivo ele o qualifica com uma apreciação que é universal, lógica, racional, objetiva. Por outro lado, um adjetivo tem valor afetivo quando introduzimos nele uma “carga sentimental”. Em outras palavras, um adjetivo terá valor afetivo quando o empregarmos no sentido figurado e superlativo. O adjetivo empregado antes do substantivo também pode adquirir matiz sentimental (pp. 138, 139).

A língua usada na sua ordem lógica e intelectual não interessa à estilística, mas sim à gramática. Para a estilística interessa usar as palavras e “funções” gramaticais da língua com fantasia e sentimento, o que lhes confere novos matizes de significação.

Como já dissemos, para Lapa, as palavras já têm conceitos, porém o escritor pode atribuir maior ou menor intensidade a estes conceitos expressos por elas, pois a língua tem processos que tornam nítida a intervenção do escritor e além disso este pode inventar processos que se justifiquem com a sua “intenção” (p. 143). Na língua gramatical este processo intensificador é marcado pelo superlativo que é feito colocando um advérbio de quantidade antes do adjetivo ou acrescentando o sufixo *-íssimo* ao adjetivo. Em estilística a coisa não é bem assim, pois se busca elegância, graça e não a clareza/lógica das idéias.

Desta perspectiva, a língua é um jogo do espírito e não de regras gramaticais que visam a correção apenas. Em estilística, a língua acompanha o caráter sentimental da idéia (p. 116) e não o caráter normativo ligado à correção gramatical. Nesse campo de estudo, a omissão ou o abuso dos artigos, por exemplo, são recursos de grande valor expressivo (pp. 115 e 117), pois estão relacionados à “intenção” do escritor. Certamente, só serão recursos estilísticos se o escritor, enquanto aquele que conhece a língua, usá-los com finalidade poética/artística. Também é possível, conforme Lapa, exprimir com os pronomes possessivos e demonstrativos valores afetivos (pp. 161 e 166).

Para Lapa, “escrever bem” é fazer corresponder eficazmente as formas da língua às necessidades de expressão do sentimento/pensamento.

É interessante observar que desta perspectiva trabalha-se com uma noção de língua pronta (uma língua normativizada, com suas categorias e funções já bem definidas, das quais a estilística procura se beneficiar), isto é, parte-se da língua gramatical mas que esta se torna expressiva quando elaborada pelo escritor ao seu modo (artisticamente). É o que diz Rodrigues Lapa no trecho que finaliza sua obra:

E é, afinal, a suprema razão de ser deste livro: o provar que, para além da rigidez convencional da Gramática, o povo e os artistas, em comunhão de esforços, num

anseio de liberdade criadora, descobrem constantemente novos modos de expressão, não só pela invenção de novas palavras, mas mais ainda por uma sábia e genial adaptação do material existente. É nessa manipulação sutil de ingredientes já conhecidos que reside o segredo do estilo (idem, p. 282).

Neste trecho, Rodrigues Lapa explicita a finalidade central de sua obra que é apresentar o segredo do estilo. Para o autor, o estilo consiste em descobrir novos modos de expressão, levando em conta o material existente. Esta descoberta é resultado do desejo de liberdade criadora que move o povo e os artistas.

Parte-se, portanto, de uma língua já fixada (com suas regras/leis bem definidas) procurando criar novas relações entre as palavras, fazendo-as significar de modo diferente (criando novos efeitos nesta língua). Logo, a noção de estilo está relacionada a este modo próprio (individual) de reescrever (reinventar) a língua. E não se trata de “desobedecer” a gramática, mas sim de procurar produzir efeitos com isso.

De certa forma, é possível notar o deslocamento que este discurso estilístico realiza ao descrever a língua na sua *expressividade* e não na sua *normatividade*. São *efeitos discursivos* (ideológicos) distintos que se materializam na língua: a forma material lógica da gramática e a forma material artística/afetiva da estilística. De um lado (da estilística), vemos a aplicação de uma certa liberdade criadora sobre a língua, de outro (da gramática), a configuração de uma língua apoiada em regras (leis) gramaticais que visam a “correção”.

Sem dúvida, a estilística chega a uma outra compreensão da língua ao contrapor o sentido afetivo ao sentido lógico. Ela mostra que a gramática (a língua) é fonte inesgotável de produção de efeito de sentidos, quando a serviço da necessidade de expressão de nossos sentimentos. Em outras palavras, as próprias perguntas feitas pelo discurso da estilística em relação à língua são bem diferentes das que são feitas pelo discurso da gramática

normativa. Basicamente, a estilística relaciona a língua ao afetivo enquanto que a gramática normativa relaciona a língua à correção.

Escrever bem então não é a mesma coisa para estes dois discursos: para a estilística significa conseguir produzir efeitos sobre a língua (tornando-a expressiva), ao passo que à gramática significa escrever corretamente de acordo com as regras. Porém, como temos verificado, estes dois discursos se filiam à concepção de que escrever (corretamente) é uma arte. São discursos que ensinam a escrever corretamente, isto é, a declarar bem os nossos pensamentos por meio da palavra. Nesse sentido, a gramática normativa e a estilística explicitam uma mesma filiação quando se propõem a ensinar escrever com correção e elegância.

Sobre este conflito (que descrevemos acima), Rodrigues Lapa nos diz:

A língua é muito rica em meios expressivos. Saibamos empregá-los todos, a seu tempo, para dar a variedade ao que escrevemos. Os puristas têm a ruim tendência para considerarem uma só forma correta. Se nos convenceremos do contrário, é meio caminho andado para chegarmos a escrever bem. E tiremos de tudo isto esta conclusão segura: a Estilística, preconizando a liberdade criadora, está muitas vezes em conflito com as regras da Gramática, que se apóia nos ditames duma tradição empedernida (idem, p. 172).

Aqui, Rodrigues Lapa destaca que não existe uma única forma correta para a língua, conforme pregam os puristas. E que a riqueza da língua está justamente na variedade de formas de se expressar. E o autor conclui que por defender a liberdade criadora, a estilística entra em conflito com as regras gramaticais.

No caso, à “rigidez” da gramática se contrapõe a “liberdade criadora” da estilística. À forma única da gramática se contrapõe os vários recursos estilísticos (os meios expressivos).

Certamente, da perspectiva discursiva este conflito não é colocado dessa forma.

Trata-se da discussão em torno da unidade x diversidade da língua.

Não vemos no discurso da estilística uma “salvação” da língua em relação às regras gramaticais. Este conflito entre a estilística e a gramática não é propriamente lingüístico, mas sim um conflito que se desvia para o fato de se escrever com variedade ou de uma única forma. Ele explicita, por outro lado, a disputa pelo sentido já que este é sempre dividido, devido ao seu estatuto político.

Não é possível falar, segundo o que pensamos (de uma perspectiva histórico-discursiva), de uma neutralidade ou de uma objetividade inerente à gramática e nem de uma subjetividade/expressividade própria da estilística. Ao contrário disso, falaremos em *efeitos discursivos*. Portanto, são as regularidades destes discursos que devem ser procuradas. Da perspectiva discursiva, esta carga afetiva, que é a “essência” da língua para a estilística, deve ser entendida enquanto a *forma material* da língua. Em outros termos, da perspectiva em que estamos inscritos (a discursiva) tanto a normatividade da gramática quanto a expressividade da estilística são efeitos de sentido.

Como pudemos observar, a noção de estilo aparece ligada à arte de escrever bem, elegantemente, com graça. Mas a noção de escrever bem não está ligada às normas gramaticais, mas sim em seguir as energias da alma, a espontaneidade da alma, o bom gosto, a necessidade de expressão sentimental, etc.

Enfim, escrever bem à estilística, segundo Lapa, significa exprimir da melhor maneira, e para isso a língua nos fornece inúmeros recursos, a força do pensamento.

Para um bom escritor, nada em matéria de língua é indiferente. O uso de um verbo e não de outro, a opção pela voz ativa e não a passiva, o emprego de um vocábulo ou de seu sinônimo, etc., tudo isso é muito significativo e expressa a forma como o escritor sente e vê o mundo. As palavras ou as expressões empregadas devem chamar a atenção para aquilo que se pretende valorizar, realçar, qualificar ou não. Dependendo do que será priorizado (ou a pessoa humana, ou as coisas concretas ou abstratas, ou ainda as ações, etc.) pelo escritor, um certo modo de escrever será mobilizado e como consequência a língua se encarregará de realçar esse sentido, através de seus processos sintáticos, morfológicos, semânticos, etc., conforme ela já está estruturada. O mesmo ocorre com as palavras criadas pelos escritores que se manifestam de acordo com suas experiências de mundo o que implica em formular a língua de um certo modo e não de outro (pp. 177, 178, 188 e 189).

É esse uso controlável da língua, por ser individual, pessoal, logo intencional que vemos ser afirmado por Rodrigues Lapa no decorrer de sua obra. Ainda desse ponto de vista, tudo conseguimos expressar através da língua, basta que a conheçamos e saibamos explorar suas formas, de modo que nossa visão de mundo seja exteriorizada com clareza e precisão.

Segundo Lapa, para ser um bom escritor é necessário que se conheça bem a língua gramatical, pois é apoiando-se nela que o escritor encontrará os recursos/meios necessários para atingir os efeitos desejados. É do confronto entre a realidade de mundo daquele que escreve (sua imaginação, fantasia) e a língua gramatical (as regras) que se pode falar em estilo e em uma língua afetiva.

Desse lugar teórico, concebe-se a língua enquanto a manifestação subjetiva do indivíduo (de onde se pode falar em *estilo*), embora seja o escritor que vai interessar mais de perto à estilística, e nesse caso ela (a língua) é bem mais do que apenas

comunicar/informar. Esta compreensão a respeito da língua introduz o elemento subjetivo enquanto condição de existência da própria língua. Dessa posição, não se olha para as normas (as regras) da língua, mas sim para o sentimento que ela absorve e expressa (seu expressivismo). A língua, portanto, abarca/retem os sentimentos daqueles que a falam e a escrevem. Esta seria a sua “essência”. O conhecimento gramatical importa à estilística na medida em que ele é pensado e colocado à disposição de nosso sentimento (p. 212). Ele é um conhecimento teórico e por isso mesmo não dá conta do elemento afetivo, porém ele pode e deve constituir uma fonte preciosa de onde conseguiremos efeitos que expressem nossa individualidade (pp. 156 e 177).

Feitas essas considerações, podemos afirmar que desse ponto de vista (da estilística) escrever bem também pressupõe que se saiba a língua gramatical.

Para nós, esta “liberdade criadora” que constitui o discurso da estilística é antes uma resistência à língua gramatical (e ao domínio do sentido lógico/racional), ou melhor dizendo, é a diferença que reclama por sentidos, é a língua de nunca acabar. Não estamos falando de uma língua ideal, mas de uma língua que não cessa de significar. Vale dizer que embora o discurso gramatical se constitua sob o efeito da neutralidade, sobretudo através de seu modo de enunciação – a descrição de regras/leis gramaticais –, o desejo de uma língua acabada/fechada, única, perfeita, etc., está na base da constituição (concepção) deste discurso. A própria noção de “erro”, lugar forte da argumentação do discurso gramatical, é onde o idealismo é negado e afirmado ao mesmo tempo. Esta é a contradição que vemos ser apagada por este discurso. O “erro”, na verdade, é o que escapa a este discurso, mas que encontra ressonâncias em outro lugar, o da estilística. A noção de erro apaga o equívoco próprio da língua.

Da perspectiva do discurso gramatical o que foge à suas regras lógicas configura “erro”, ou seja, para o discurso gramatical as regras sustentam a “verdade” que está relacionada à razão/a lógica, enquanto o efeito que naturaliza o “pensamento” e a sua “expressão”, já para o discurso da estilística desobedecer as regras gramaticais com o intuito de reforçar as “idéias”, o “pensamento” constitui uma “liberdade criadora”. De nossa parte, podemos dizer que, não estar dentro da lógica gramatical (deste imaginário) constitui “erro” (pois não se está na “verdade”), já para a estilística a noção de “liberdade criadora”, ou de “expressividade” produz outro efeito para a falta (o equívoco) que é constitutiva da língua.

É interessante notar também que no discurso da estilística o “erro” (é assim que o discurso gramatical rotula o desvio em relação às suas normas) desloca-se e passa a ter outro funcionamento: o artístico. Quando o discurso gramatical não dá conta da fluidez da língua vemos que ele se justifica de duas maneiras, principalmente: a) instalando a noção de “erro”. b) abrindo para as exceções.

O problema do “erro” está no fato de se admitir uma forma correta (a “verdadeira”). Segundo o que pensamos, o que é chamado de “erro” no discurso gramatical evidencia a impossibilidade de se desejar construir uma teoria que desse conta de uma língua fechada, sistematizada, acabada. A gramática se constitui nesta ilusão. Nenhuma teoria dá conta de seu objeto quando se pretende compreendê-lo na sua totalidade, na sua completude, isso seria de um idealismo sem tamanho. Certamente, também não estamos afirmando que a língua seja indescritível e que não seria possível dizer “tudo” a seu respeito, cairíamos no inefável e novamente no idealismo. De nossa parte, diríamos que é preciso observar o funcionamento da língua.

O que o discurso da estilística faz, estamos nos referindo à obra em questão, é chamar a nossa atenção para as formas da língua que ao serem mobilizadas pelo escritor tornam-se expressivas (quando usadas “atentamente”, “cuidadosamente” por eles) com a colaboração da própria disposição dos elementos gramaticais. Estes elementos gramaticais, conforme sabemos, desempenham funções que pressupõem uma hierarquia entre eles. E, segundo Rodrigues Lapa, um bom escritor deverá saber jogar com esta hierarquia para produzir o efeito desejado. Desse modo, para o gramático esta relação de dependência e de independência entre as palavras ou entre as funções que elas exercem no texto, não passa de um jogo lógico que, caso suas regras sejam desobedecidas a compreensão do sentido fica comprometida. Por outro lado, para o estilista esta hierarquia é o lugar onde o escritor poderá jogar, ou seja, chamar a atenção para aquilo que ele deseja enfatizar, qualificar, desqualificar, omitir, etc. É assim que Rodrigues Lapa entende a língua em relação ao estilo.

Pela noção de estilo, vemos a produção de um efeito subjetivo, constitutivo da língua.

Se para estilistas como Rodrigues Lapa interessa a expressividade da língua, mas sempre correspondente à necessidade de expressão daquele que escreve, para a Análise de Discurso interessa a materialidade da língua, o efeito ideológico, efeito este que apaga a forma (o caráter) material dos sentidos. Como vemos, tratar a expressividade da língua do ponto de vista de Rodrigues Lapa é colocar o pensamento e o sentimento, que para ele são capacidades próprias do homem, como determinantes da língua. Nesse caso, para a compreensão deste efeito expressivo não basta conhecer as normas gramaticais, muito embora as relações de dependências internas entre as palavras ou expressões, conforme prega (prescreve) a gramática, contribuem para que o escritor expresse com maior ou

menor intensidade aquilo que deseja. Portanto, dessa posição o escritor tem a “liberdade” de intervir na língua gramatical obedecendo aos impulsos do espírito, ou seja, procedendo mentalmente (p. 227). Desse modo, a língua diz o que o indivíduo (o escritor que tem estilo) quer dizer. Esta é a intervenção pessoal que é possível, desse ponto de vista, realizar na língua, enquanto conjunto de regras neutras e normativas (a gramática).

Conforme pudemos observar, Rodrigues Lapa, na obra em questão, problematiza os conceitos lógicos e normativos referentes aos termos e às construções gramaticais. Esta obra, portanto, mostra as “reduções”, as “limitações” dos conceitos gramaticais, apoiando-se no argumento sentimental, afetivo. Nesta obra, o que à gramática constitui uma regra, uma norma, à estilística constitui um recurso expressivo. Nota-se que o discurso da estilística acolhe aquilo que o discurso gramatical exclui do seu (discurso). Do ponto de vista da estilística, vemos que o escritor deve estar atento às regras gramaticais para tirar proveito do efeito normativo que elas exercem sobre a língua. A estilística não fica na função que as palavras exercem, embora ela se beneficie destas funções para conseguir o efeito emotivo desejado. Interessa mais à estilística a imagem (visual, sonora) das palavras do que o seu enquadramento incondicional/lógico em categorias gramaticais. O escritor deve estabelecer uma relação afetiva com as palavras. A língua é infinitamente rica em meios expressivos, da perspectiva da estilística. À estilística, ou melhor dizendo, ao escritor não interessa apenas expressar o pensamento com clareza, mas saber explorar a língua para que isso seja feito com intensidade e vigor. É desse modo que se pode falar de uma língua expressiva no discurso da estilística. A estilística busca razões para as regras gramaticais.

Da perspectiva discursiva, vemos que a estilística desloca a concepção de que a língua é um objeto neutro, frio. Desloca também a concepção de que a língua é um

conjunto de regras convencionais e sociais (coletivas). De sua parte, a estilística introduz o elemento afetivo/expressivo na descrição da língua.

Porém, é preciso dizer que o discurso da estilística não descreve a língua com o objetivo de compreender este objeto, ou seja, seu objetivo não é lingüístico. Tampouco este discurso está relacionado à descrição do uso da língua. Pelo contrário, este discurso evidencia que quando se pensa a língua na sua dimensão artística, o que se vê é que a língua está mais para o “sensível” do que para o “intelectual”. O discurso da estilística constitui-se em um discurso artístico sobre a língua. É dessa maneira que a estilística dá conta dos equívocos da língua, conforme já dissemos. O efeito artístico se sobrepõe à diferença da/na língua. Este efeito artístico, na verdade, silencia a contradição dos sentidos, ou a disputa pelos sentidos, pois os sentidos que não são possíveis no discurso gramatical ressoam na estilística sob a forma artística.

Desse modo, pode-se dizer que a gramática descreve a língua, enquanto que a estilística fica no lugar do artístico, reclamando por sua autonomia em relação à gramática. No discurso deste autor, vemos uma estilística se configurando, cientificamente, mas ainda presa à gramática. Temos então, a gramática, enquanto um saber que descreve a língua em sua objetividade e a estilística que complementaria esse estudo gramatical da língua.

O discurso da estilística, como o discurso gramatical, também visa o “escreve bem”, mas distanciando-se deste, para o qual “escrever bem” está relacionado às rigorosas regras gramaticais, ele associa o “escrever bem” ao escrever artisticamente, elegantemente, ou seja, expressivamente.

Sob o efeito de sentido da expressividade/afetividade, o discurso da estilística evidencia uma língua que supera os limites gramaticais, uma vez que por ser a “expressão” do nosso “espírito”, a língua não se deixa aprisionar. No entanto, é o efeito de sentido

filiado à memória literária que vemos perpassar o discurso da estilística e que relaciona o “escrever” a uma “arte”. Ele apaga qualquer outra possibilidade da língua vir a se significar de modo diferente.

As transformações pelas quais a língua passa, são explicitadas pelo discurso da estilística, mas ao mesmo tempo há um apagamento delas por este mesmo discurso, pois nele a língua é “trabalhada individualmente”, efeito de sentido forte (dominante) que é assegurado pela noção de estilo, não se tratando, portanto, de transformações que tem a ver com um certo modo de apropriação da língua segundo determinações históricas e ideológicas. Isso que acabamos de dizer fica mais claro quando pensamos a língua (enquanto base) e os estilos literários, discursivamente. As discursividades literárias evidenciam uma língua cuja referência é externa a ela. Estas discursividades deixam ver que há uma exterioridade que é constitutiva da língua e que, portanto, a língua não deve ser entendida nela mesma, na sua interioridade. Veremos que a língua é materialmente construída por discursos que produzem efeitos de sentidos específicos, determinados historicamente. Ora, se a língua se inscreve na história para se significar, ela não será sempre a mesma, visto que a história está sempre acontecendo. Língua, história e sentido, então, constituem-se ao mesmo tempo na relação com o sujeito. Logo, a língua é a representação de uma realidade histórica de uma certa época e as discursividades literárias dão a visibilidade de uma língua que se significa diferente dada as condições históricas em que um certo efeito de sentido faz trabalhar a língua de um certo modo. É a língua em constante movimento.

Não reproduzimos a leitura/interpretação dada pelo autor desta obra para a estilística, o que tentamos fazer é apenas uma reflexão lingüística da mesma no âmbito do estudo da língua no Brasil. Qual o interesse pelo estudo da estilística, da parte deste autor?

Não vemos um interesse de querer compreender a língua, mas sim de querer ensinar a arte da redação e do estilo, rebatendo à única forma considerada correta, aceita pela gramática normativa.

Ao invés de ficarmos em uma discussão “interna” ao discurso da estilística em que a língua é descrita na sua expressividade, ou ainda, onde a noção de expressividade é preenchida pela intencionalidade/sensibilidade daquele que escreve, o que confere à escrita um estilo¹⁴, preferimos observar a discursividade que vai se constituindo em torno das noções de estilo e de língua.

A estilística, nesta obra de Rodrigues Lapa, não estuda a língua, ela ensina a escrever com elegância, com arte, com graça, conforme já dissemos mais acima.

A estilística, portanto, segue em busca de seu próprio espaço, mas este parece estar dividido entre a gramática e a literatura. Estes dois campos decidiram o destino da estilística.

O que podemos dizer é que, embora a obra de Rodrigues Lapa (idem) esteja inscrita na memória discursiva literária, memória esta que preenche a discursividade da obra em questão evidenciando o sentido literário (artístico) na língua, é possível ver também nessa discursividade uma discussão produtiva quando pensamos a constituição das idéias lingüísticas no Brasil. Se olharmos para o discurso da estilística por este ângulo, estaríamos saindo da sua interioridade (questões internas a este discurso), isto é, da sua evidência. Portanto, diríamos que o efeito de sentido (a expressividade) que esta discursividade (da estilística) coloca em funcionamento produz o apagamento de questões políticas da língua, pois entendemos que este discurso sustenta um sentido articulado ao saber escrever a língua, lugar reservado aos escritores. Desse modo, o discurso da estilística não é

¹⁴ Esta é a posição de Rodrigues Lapa, conforme procuramos mostrar ao longo deste capítulo.

indiferente às questões de relações de poder. Enfim, interessou-nos com a descrição do discurso deste autor situar a sua posição discursiva para fazermos a história da produção dessa forma de conhecimento específica no Brasil – a estilística. Portanto, trata-se de uma forma de conhecimento historicamente determinada. Em outras palavras, o efeito de sentido da expressividade presente fortemente no discurso deste autor (Rodrigues Lapa) não deve ser lido em sua evidência, mas enquanto a textualização de uma certa memória que constitui a regularidade deste discurso.

Pode-se afirmar também que no discurso de Rodrigues Lapa há uma forte relação com o discurso da gramática geral que concebe a língua na sua forma abstrata, ou seja, ela dá forma ao pensamento. O que se observa, então, é que o ensino da língua estava ligado ao ensino de como se devia expressar com clareza o pensamento por meio de palavras. A gramática, portanto, com suas categorias iria ensinar como isso poderia ser feito da melhor maneira possível (com correção e elegância). Nesse sentido, o estudo da língua consiste em prescrever regras, isto é, fixar um modelo de escrita como correto. A gramática geral preocupa-se com a questão do que é ou deixa de ser correto.

Entendemos que há muito que falar deste lugar da subjetividade/expressividade na língua. Não ficaremos na evidência desse sentido. O que vem sendo garantido com a dominância desse efeito de sentido?

Resumindo, o que se depreende desta obra é que ao estudo gramatical da língua deve-se acrescentar a estilística que dá conta de nossas necessidades de expressão. Portanto, conclui-se que esta obra critica a gramática, mas a coloca como necessária para a compreensão da língua e de sua expressividade.

6. ESTÉTICA DA LÍNGUA PORTUGUÊSA, DE JOAQUIM RIBEIRO

Joaquim Ribeiro nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1907 e faleceu em 1966. Era filho de João Ribeiro e de dona Maria Luísa Fonseca Ramos. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu a promotoria pública em Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná, tendo abandonado o cargo, para aderir à Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932). Dedicou-se, desde cedo, às coisas da cultura, no setor da História, do Folclore, da Educação, das Letras e das Artes. Desta dedicação à pesquisa e ao estudo resultaram várias obras.

Segundo Joaquim Ribeiro (1964), sua obra constituía a primeira, em vernáculo, sobre o assunto. Ele lembra que posteriormente apareceu a obra *Estilística da Língua Portuguesa*, do erudito lusitano, professor Rodrigues Lapa, que nada tem de comum com o seu ensaio (RIBEIRO, 1964: 9). E acrescenta:

Rodrigues Lapa continua a velha tradição dos gramáticos, preocupados em apontar como se deve escrever. Isto positivamente nada tem a ver com os problemas de estética da língua e muito menos ainda com as questões de estilística (idem, ibidem).

Joaquim Ribeiro, por sua vez, em sua obra *Estética da Língua Portuguesa*¹⁵, procurou relacionar a estética da língua à própria linguagem popular, em outras palavras, ele teve “o propósito de evidenciar essa íntima conexão entre a linguagem do povo e a linguagem literária” (idem, p.9). Desse modo, ele constantemente faz paralelismo entre processos lingüísticos de textos folclóricos e os de textos literários, a fim de melhor salientar a identidade dos mesmos (p. 9).

¹⁵ Consultamos a segunda edição desta obra de 1964.

Ele buscou compreender o fenômeno estético inerente à língua portuguesa pelo método investigativo histórico-cultural. Trata-se de observar a plasticidade da língua portuguesa em relação aos seus componentes: fonético, morfológico, sintático e semântico.

Ele explicita sua filiação a Oskar Weise para quem a língua é uma criação artística do povo (p. 15). Vemos então, através de sua filiação, que Joaquim Ribeiro distancia-se de filólogos como Karl Vossler e Leo Spitzer que compreendem que o estudo de uma língua deve se restringir à exegese dos textos literários (p. 16). Para ele, o estudo da estética de uma língua não se restringe a mera análise de textos de autores clássicos.

Segundo Joaquim Ribeiro (1964), para Vossler o estudo de uma língua deve se restringir à interpretação dos textos literários, e no mesmo sentido de Vossler, Leo Spitzer acha que se deve abandonar todas as contribuições dialetológicas, populares, etc., e só estudar os textos dos grandes autores – único meio de compreender a alma de um povo (p. 16).

O que estamos procurando fazer aqui, analisando a obra deste autor, é descrever o movimento das idéias lingüísticas no Brasil. E as obras produzidas acerca da estilística da língua portuguesa no Brasil são manifestações das relações teóricas (de sentido) que evidenciam um estudo da língua no Brasil. É neste projeto mais amplo, cuja finalidade é dar a visibilidade à História das Idéias Lingüísticas no Brasil, que se inscreve a presente pesquisa.

Este autor busca compreender o estético como um fenômeno lingüístico (fato de linguagem) ligado ao gênio da língua e ao falar do povo. Logo, ele analisa este fenômeno pelo viés histórico-cultural. Para ele, o estético está relacionado à própria índole da língua, em outras palavras, o estético é um processo natural, espontâneo e artístico da língua. A língua apresenta uma tendência para o estético. Vejamos o que diz Joaquim Ribeiro no

capítulo dedicado à estética dos sons (capítulo II) sobre esta tendência em relação a um fenômeno específico (ligado à sonoridade) da língua portuguesa:

Dentro dos limites da România a língua portuguesa não esconde a tendência culminante para as sonoridades vocálicas.

O fenômeno de vocalização, que se observa na história da língua, revela bem um índice dessa tendência curiosa.

A vocalização resulta da dissolução em vogal de elementos consonantais. É rica a exemplificação:

noctem – noite

actum - auto

factum – feito

directum – direito

altarium – outeiro

talparium – toupeira

calcem – coice (RIBEIRO, 1964: 19, 20).

Há ainda, segundo Joaquim Ribeiro, outro fato que evidencia igual tendência:

a língua que falamos possui numerosos vocábulos em que só entram vogais, claro está que na devida proporção que o restrito número de vogais permite. Não faltam exemplos: eu (pronome), aio (substantivo), hei (verbo), ia (verbo), eia! (interjeição), ou (conjunção), ao (contração de preposição e artigo), ui! (interjeição), etc. (idem, p. 20).

Para o autor, constitui ainda exemplo desta tendência da língua portuguesa para a vocalização o seguinte fenômeno:

mulher – muler – muié

culher – culer – cuié

velha – – véia (idem, p. 21).

Tal fenômeno foi estudado por José Veríssimo que o atribuiu ao *influxo tupi*, por outro lado, Leite de Vasconcelos sustenta que tais fenômenos são meras continuções de *processos históricos da língua* (p. 22).

Joaquim Ribeiro conclui que “*tudo isso apenas vem reforçar a documentação da tendência da língua nacional para os fenômenos de vocalização*” (p. 22).

Outros fenômenos também relacionados à sonoridade da língua portuguesa foram observados pelo autor com o propósito de explicar que tais fenômenos resultam de uma tendência fonética da língua, isto é, trata-se de um processo natural (espontâneo, popular) da língua.

No capítulo seguinte (capítulo III), Joaquim Ribeiro analisa a estética das palavras e das frases da nossa língua, chamando-nos a atenção para o processo histórico da mesma que comprova que a estética da língua está relacionada ao gênio da mesma. Segundo o autor, encontramos na língua portuguesa elementos que contribuem para a beleza estética da mesma. Em relação aos vocábulos, ele lembra a *acentuação tônica, o número de sílabas e a própria significação do termo* – fatores que concorrem para aumentar a intensidade estética dos mesmos (p. 54). São, portanto, valores individuais das palavras. Por outro lado, verifica-se que a nossa língua está propensa a sofrer modificações nestes pontos assinalados devido à ação criadora do povo que a fala.

O autor lembra também a tendência da língua portuguesa para a substantivação, seja de verbos (ex. o cair das folhas), adjetivos (o útil e o agradável), etc.

Em seguida, ele enumera alguns casos em que se observa que a língua portuguesa abre para construções paralelas (que ele também chama de pluralidade de construções ou de variedades da língua), constituindo-se em fatos da língua: a) “Que” em função interrogativa

(precedido ou não de artigo); b) Regência elíptica (construções elípticas); c) A elipse do sujeito do verbo “haver”.

Ele vai dizer que “*a riqueza da língua está aí, nessa multiplicidade de fatos da linguagem*” (idem, 69). São construções legítimas e aceitáveis da língua.

E, finalmente, Joaquim Ribeiro analisa o valor estético das minúcias (dos pormenores) nas frases. Dentre os quais ele destaca: a) as expletivas; b) duas preposições (neste tópico ele se ocupa do emprego da preposição *até*, precedendo ou não a preposição *a*); c) elipse do verbo “ser”; d) a repetição da negação (por ex. não quero não).

Para o autor, “*muitas vezes um pormenor na frase decide da boa forma desta*” (idem, p. 79).

No capítulo IV, o autor analisa os *arcaísmos*, os *neologismos* e os *peregrinismos* da língua portuguesa sob a perspectiva histórica da língua. Desta perspectiva, privilegia-se a observação do processo histórico da língua com o objetivo de compreender as mudanças pelas quais ela passa. Quanto aos *arcaísmos*, interessou ao autor analisar palavras que guardam vestígios de outras que já desapareceram. Tomaremos como exemplo (entre outros citados pelo autor) o verbo *aviltar* que comprova ter existido o substantivo *vilta* (injúria), que se arcaizou (p. 86). O autor frisa também que há vocábulos que arcaizaram apenas a significação, mas conservaram outro sentido. É o caso de *bondade* que já teve a acepção de “grande feito, heroísmo” (p. 87).

Já em relação aos *neologismos*, Joaquim Ribeiro afirma:

é a língua portuguesa fertilíssima na formação de neologismos, tal a plasticidade de seus elementos morfológicos. Assim é que, muito mais do que em qualquer outra, as palavras surgem da própria índole da língua nos seus processos de derivação e justaposição (idem, p. 88).

O autor lembra também que a estes neologismos de tradição vernácula acrescentam-se os neologismos peregrinos (tomados de outras línguas) e ainda os que são originados de mera transformação semântica (p. 88). Esses “tipos” de neologismos são analisados pelo autor tendo em vista a história da língua portuguesa (sua formação, sua evolução, sua relação com outras línguas) na sua articulação com o povo que a fala.

Sobre os peregrinismos de nossa língua, Joaquim Ribeiro vai dizer:

A língua portuguesa, sem dúvida, em virtude de seu destino de larga projeção geográfica, sofreu, talvez mais do que qualquer outra língua européia, inúmeros contatos lingüísticos (idem, p. 95).

Nessa direção, ele analisa os principais peregrinismos da língua portuguesa: *os latinismos, os helenismos, os hebraísmos, os espanholismos, os italianismos, os galicismos, os anglicismos*. Importa ao autor também os peregrinismos de ordem sintática. Como peregrinismos sintáticos ele lembra os *hipérbatos* que são característicos da construção latina e o *emprego do infinitivo como objeto* (como nos exemplos: mandou parar o sol; mandou vir; viu-as chorar; vejo-as rir; etc.) também característico da frase latina (p. 101). No caso dos hebraísmos sintáticos, o autor cita os *superlativos por duplicação* (exemplos: vaidade das vaidades; rei dos reis; etc.) e o *abuso do verbo no futuro*, revelando inegável atitude messiânica (exemplos: Amarás a Deus sobre todas as coisas; não matarás; etc.) (pp. 108, 109).

Para ele, a influência de uma língua sobre outra é fato histórico, e se foi comprovado que a língua portuguesa foi influenciada pelo latim, pelo grego, pelo hebraico, pelo francês, etc., não há porque negar razão para tais fatos em nossa língua (p. 115). Como

se vê, ele critica a posição dos gramáticos (puristas) que condenam todo tipo de peregrinismos (estrangeirismos) na língua portuguesa.

No tópico sobre *vernáculo e purismo*, o autor distingue as duas coisas:

Purismo é o exagerado apego às regras gramaticais. Justamente por isso, a linguagem pode ganhar em precisão gramatical, mas perder em eufonia, o que é perder muito.

(...)

A vernaculidade surge da moderação, que, em linguagem, é a melhor virtude do esteta.

Os gramáticos, porém, alardeiam repugnância a tudo que não esteja no autor clássico (idem, p. 127).

E conclui:

Convém, pois, defender a vernaculidade, porém combater, com o máximo entusiasmo, o purismo estiolador e absorvente.

A pureza da linguagem não pode ser contrária à beleza do som e da harmonia (idem, p. 128).

No capítulo V, Joaquim Ribeiro, no tópico sobre *Tropos*, afirma:

Na verdade, os tropos são processos da língua, e é nesse sentido o estudo que pretendemos fazer dos mesmos, salientando, sobretudo, a sua presença na estilística popular (idem, p. 133).

Ele cita Pacheco Júnior que já frisara que as figuras são muito mais freqüentes na linguagem familiar, popular, da gentinha do que na dos homens de espírito culto, na das classes mais elevadas. Ou seja, é nesta perspectiva que Joaquim Ribeiro analisa os tropos ou figuras – enquanto fenômenos em nossa língua. Segundo o autor, elas (as figuras) são encontradas na linguagem popular. Em relação à metáfora, por exemplo, ele vai dizer que

“o povo prefere usar a metáfora a criar vocábulos novos. A mudança semântica é mais fácil do que a invenção de palavras inéditas” (idem, p. 133).

Joaquim Ribeiro conclui, ao estudar as metáforas, os tropos e figuras, que eles surgem espontaneamente, muitas vezes sem que o escritor sequer os perceba.

Neste capítulo sobre a arte dos conceitos, Joaquim Ribeiro finaliza dizendo:

Essa arte de conceitos, todavia, aprende-se por vocação própria. Não há necessidade de lição, porque já se encontram em estado difuso, na linguagem popular” (p. 148).

No capítulo VI (último da parte geral), o autor descreve as fases da evolução da literatura da língua portuguesa, mostrando suas características relacionadas às preferências estilísticas, de temas, de vocábulos, etc. Para Joaquim Ribeiro, pode-se falar em linguagem gongórica (fase do gongorismo), em linguagem arcádica (o movimento da arcádia) e em linguagem do Romantismo quando se procura estudar a língua portuguesa do ponto de vista estético (p. 149). São estas as fases literárias que o autor analisa no capítulo em questão.

Dessa forma, entendemos que para Joaquim Ribeiro o estudo do princípio estético deve ser buscado na linguagem popular. Ainda segundo este autor, o processo histórico pelo qual passa uma determinada língua prova que o efeito estético é próprio da índole da língua. Nesse caso, Joaquim Ribeiro destaca a importância do estudo do princípio estético para o estudo das línguas. Ele atribui a tendência estética à linguagem popular. Segundo este autor, *“estudar a estética da língua é verificar, antes de tudo, as tendências estéticas que, de modo difuso, existem na própria linguagem popular”* (idem, p. 9).

Ele vai dizer que se deve acrescentar o fenômeno do princípio estético ao estudo das línguas.

Conforme estamos observando, este autor fala de uma posição histórico-cultural e desta perspectiva a língua é obra do povo, é um produto cultural (p. 15). Ou seja, as mudanças que ocorrem em uma certa língua se devem à ação do povo (a língua é criada pelo povo). Assim, percebemos a importância, atribuída pelo autor, de estudar o princípio estético de uma certa língua em relação à sua própria história, pois os fatos lingüísticos que vão se incorporando à história de uma certa língua são interpretados por este autor como sendo criação do próprio povo. São estes (o povo) que legitimam os fatos de linguagem, isto é, são eles que modificam a língua e é este “gesto” mesmo de modificá-la que Joaquim Ribeiro chama de tendência estética da língua.

Podemos ler em Joaquim Ribeiro a preocupação em descrever aquilo que ele chama de estética (a índole, o gênio, o caráter) da língua portuguesa. Sua principal contribuição aos estudos da linguagem consistiu em relacionar o estético à linguagem popular. Ele realiza a passagem do estudo de textos literários para o estudo da linguagem popular. Nessa direção, ele articula o estudo histórico da língua ao elemento cultural, chegando a afirmar que a língua é um produto cultural (p. 15).

É bem verdade que as transformações, os deslizamentos de sentidos por que passa a língua portuguesa no Brasil são interpretadas na obra deste autor como criação artística do povo, ou tendência da língua ao estético. Para nós, estas transformações evidenciam o processo metafórico que consiste na possibilidade do sentido ser outro.

Para compreendermos o “gesto de interpretação” que está textualizado no discurso deste autor devemos nos perguntar pela sua posição discursiva (posição ideológica) que vai nos permitir observar o movimento deste “gesto de interpretação” em seu discurso (ORLANDI, 2001a: 26).

Meu objetivo não é ficar na leitura que está marcada no discurso de Joaquim Ribeiro, mas sim de explicitar o modo como um certo dispositivo ideológico está funcionando no discurso deste autor, ou seja, explicitar a interpretação que está sendo mobilizada por este autor.

O método investigativo que vai determinar o estudo do seu objeto é o histórico-cultural (Joaquim Ribeiro filia-se a uma concepção culturalista da linguagem). Desta perspectiva, ele vai dizer que *“só se pode estudar uma língua na sua totalidade, integrando-a na cultura que a elaborou”* (idem, p. 15).

A citação de estudiosos como Remy de Gourmont, Oskar Weise, Humboldt evidencia uma via de filiação teórica que se configurava na Alemanha e França no final do século XIX e começo do XX e que abria uma nova concepção de estudo da estilística das línguas.

Humboldt, na verdade, foi o precursor de estudos da estilística das línguas, ele *“já salientara que ‘cada língua tem o seu caráter, que se revela por sonoridades ou por formas verbais’, chegando à conclusão de que esse ‘caráter é o estilo de uma língua’”* (p. 14). No Brasil, no entanto, este movimento de idéias não teve repercussão na época de seu grande impulso.

Joaquim Ribeiro foi o primeiro a realizar um estudo sobre estilística da língua portuguesa nesta linha teórica no Brasil, mas o autor lembra que a obra de João Ribeiro sobre as “frases feitas”, publicada em duas séries constituiu a mais séria tentativa de estudo da estilística popular da língua portuguesa.

Não podemos nos esquecer também que Joaquim Ribeiro é filho de João Ribeiro, gramático que se filiou à perspectiva histórica nos estudos do português do Brasil. João

Ribeiro representou a filiação teórica da gramática histórica no processo de gramatização do português em nosso território.

7. CONTRIBUIÇÃO À ESTILÍSTICA PORTUGUESA, DE J. MATTOSO CAMARA JR.

Limitaremos-nos aqui à sua obra *Contribuição à Estilística Portuguesa* (1953). Esta foi sua tese de Livre-docência em 1952.

Aqui a estilística é pensada em relação à constituição de um estudo lingüístico no Brasil.

Temos como objetivo destacar a contribuição de Mattoso Camara para os estudos sobre a linguagem quando ele coloca em outros termos as questões sobre estilística.

Este autor em sua obra *Contribuição à Estilística Portuguesa* procura situar o estudo estilístico no âmbito da lingüística, isto é, ele pergunta pelo lugar da estilística no campo específico da lingüística (ciência geral da linguagem). Partindo da concepção de Charles Bally, ele coloca como tarefa da estilística “*concatenar e interpretar os dados expressivos que se integram nos traços da língua e fazem da linguagem esse conjunto complexo e amplo de enérgeia psíquica*” (CAMARA, 1953: 26).

Ele busca compreender a estilística enquanto um fenômeno de linguagem e por esta via complementar os estudos científicos referentes à linguagem.

Mattoso Câmara afirma que “*o estudo do estilo nos dá a contrapartida lingüística que nos faltava*” (1953: 25).

Os estudos estilísticos em geral eram abordados da perspectiva literária. Desse lugar, o estilo aparece como uma língua individual em oposição a uma língua coletiva.

Mattoso Camara aponta para as dificuldades encontradas pelas outras ciências (disciplinas estas que solicitaram a linguagem para o seu campo de interesse) que tentaram

explicar o complexo fenômeno da linguagem. Ele descreve as reduções que estas ciências impuseram à compreensão do fenômeno da linguagem.

A linguagem, portanto, já foi requisitada por diferentes domínios de conhecimento: a psicologia (individual e coletiva), a biologia, a sociologia, a física acústica, etc. Dessa forma, podemos afirmar com Mattoso Camara que estes diferentes campos de conhecimento reivindicaram para si o complexo fenômeno da linguagem. Porém, a constituição de uma ciência autônoma da linguagem só viria com a lingüística, de Saussure, isto é, os fatos lingüísticos propriamente ditos não poderiam ser investigados por estes campos de conhecimento mencionados acima.

É interessante observar que a linguagem, enquanto objeto de interesse de diferentes campos de conhecimento, era considerada, em geral, uma ciência natural. Com a lingüística esta concepção de linguagem será deslocada, isto é, a lingüística se ocupará da linguagem propriamente dita, em sua “essência”. Desse modo, a lingüística coloca-se entre as ciências do homem. Podemos verificar, então, que para Mattoso Camara a lingüística deslocou a concepção de que a voz e as articulações correspondentes são meros fatos físicos e biológicos (p. 13). A lingüística ultrapassa a concepção de uma fonética naturalística ressaltando um novo aspecto da emissão dos sons da linguagem, ao precisar que ao som propriamente dito se superpõe um valor semiótico, que é o verdadeiro elemento lingüístico (p. 13).

A gramática comparativa, segundo Mattoso Camara, traz para as reflexões sobre o estudo lingüístico um fato muito particular e inadequado a uma possível investigação dentro das demais ciências:

a semelhança imanente de formas lingüísticas em grupos sociais lingüísticamente diversos como índice de uma unidade lingüística remota, a ser indutivamente reconstituída (idem, p. 10).

Outra contribuição trazida pelos estudos realizados por esta gramática é o de considerar a linguagem um fato histórico. Ou seja, percebeu-se então que *“a linguagem muda paulatina e inelutavelmente no tempo, através das gerações, e é, portanto também muito tipicamente um fato histórico”* (p. 11). Esta descoberta criou a ilusão de se ter constituído um assunto específico de uma ciência nova (p. 11). Porém, Mattoso Camara vai dizer que de um fato particular, embora explorado sistematicamente, não poderia sair, pelas leis do conhecimento humano, a base de uma ciência geral. E ele acrescenta dizendo que os que desenvolveram a gramática comparativa não reivindicaram a linguagem propriamente na sua unidade essencial (pp. 10-1).

Outro ponto que, segundo Mattoso Camara, dificultou a constituição de uma ciência geral da linguagem é o que considera um plano individual em confronto com um plano coletivo (p. 16).

Ele faz breves considerações sobre estes estudos até chegar na constituição de uma ciência da linguagem. A gramática, nesse sentido, constitui-se numa disciplina pré-científica da linguagem.

Em outras palavras, ele faz um percurso muito breve da história das reflexões lingüísticas até chegar no momento em que a Lingüística se constitui enquanto a ciência da linguagem.

Ele também assinala as implicações resultantes da constituição da lingüística por Saussure. A dicotomia língua/fala (como está em Saussure), nos termos de Mattoso Camara, não esgota o estudo do objeto língua. O problema está, segundo ele, no segundo termo da dicotomia saussuriana: a fala. Esta não foi tratada em termos científicos, pois o

próprio Saussure admitiu o esboço de uma lingüística do discurso. E é nesse ponto que Mattoso Camara intervém e redefine o que é *estilo*, conferindo um estatuto científico para este fenômeno, ampliando assim o campo da lingüística. Para ele, o que escapa ao conceito saussuriano da língua é o que transcende do plano intelectual para carrear a emoção e a vontade (p. 24).

Mattoso Camara então criticando a dicotomia língua/fala de Saussure nos coloca que:

A divisão trifuncional de Bühler nos dá muito melhor fundamento para a ampliação do campo da lingüística (p. 22).

Ele afirma que à lingüística, segundo a conceituação de Saussure, “*a língua se deduz apenas da função representativa, pois compreende a estrutura, o esquema, o padrão ou a pauta que rege, em termos lingüísticos, a nossa representação do mundo exterior e interior*” (idem, p. 19).

Vejamos o que Mattoso Camara diz sobre este conceito de língua saussuriano:

a redução da linguagem a um dos seus aspectos, em que ela é o produto da inteligência intuitiva, simplifica o problema da nossa aproximação científica diante do fenômeno lingüístico (idem, p. 20).

a restrição do estudo ao esquema intelectual da língua importa, a rigor, numa mutilação do fenômeno lingüístico (idem, p. 22).

Vemos que para Mattoso Camara, a lingüística fica na representação intelectual da língua, ou seja, para a lingüística a língua é produto da inteligência. Desse modo, a representação mental é a própria essência da linguagem humana. É assim que a lingüística delimita seu domínio, ou seja, recorta seu objeto.

O que fica de fora neste conceito saussuriano da língua inclui-se naquele conceito tradicional de estilo que nos remete a uma espécie de língua individual. E é aí que está o problema para Mattoso Camara. É justamente neste ponto problemático que ele se ocupa na presente obra, desenvolvendo um estudo sobre o fenômeno do estilo, o que também implicou na consideração de uma nova disciplina: a lingüística do estilo ou estilística enquanto a ciência da linguagem expressiva, independentemente do âmbito particular em que a expressividade lingüística funciona (p. 40).

Mattoso Camara vai problematizar então a tradicional oposição entre o estilo (uma língua individual, particular) e a língua (uma língua coletiva, geral). Por sua vez, ele vai entender esta oposição como o contraste entre o emocional e o intelectual. Não podemos deixar de mencionar aqui a filiação de Mattoso Camara a Charles Bally.

Para Mattoso Camara, *“o papel da estilística é depreender todos os processos lingüísticos que permitem a atuação da manifestação psíquica e do apelo dentro da linguagem intelectual”* (p. 32). É assim que este autor define a estilística. Em outras palavras, ele diz que *“a consideração de uma estilística (ou lingüística do estilo) ao lado da lingüística da língua, esclarece não poucas questões intrincadas e controvertidas em matéria de linguagem”* (p. 28).

Para o autor, o conhecimento do fenômeno estilístico pode também contribuir para o estudo da evolução das línguas. A este respeito ele vai nos dizer que:

Aqueles que, como Leo Spitzer, focalizam de preferência o aspecto da exteriorização psíquica, estão em ótimas condições para bem apreciar essa ação da expressividade nas mudanças de uma língua e a onipresença da estilística na exata explicação de uma evolução lingüística (idem, p. 35).

Finalmente, de nossa parte, podemos dizer que Mattoso Camara avança nos estudos lingüísticos mexendo no ponto em que Saussure deixa de fora por representar um obstáculo para a constituição de seu objeto: a língua.

A lingüística (que nesta obra vemos sendo ampliada por Mattoso), portanto, reivindica o estudo da subjetividade (expressividade) da linguagem para seu campo, mas sob a forma de uma das funções da linguagem. Vemos funcionando aí a concepção de que a linguagem é instrumento de comunicação.

Em seguida, na parte II da obra em questão, ele ilustra o método com alguns aspectos (de ordem fônica, léxica e sintática) da estilística portuguesa.

Resumindo, Mattoso Camara aborda a estilística do ponto de vista lingüístico, traçando um breve histórico que compreende desde o interesse pelo estudo da linguagem por diferentes disciplinas (como a psicologia individual, a biologia, a física acústica, a psicologia coletiva, a sociologia) até chegar na constituição de uma ciência autônoma da linguagem: a lingüística. Ou seja, ele procura situar a linguagem no quadro geral de nossos conhecimentos. De modo crítico, este autor vai apontando as reduções (os “enganos”) destas disciplinas ao estudar a linguagem. Quanto a lingüística, ele toca naquilo que é o seu grande problema e que ele considera como uma tendência de tratar a língua como produto. Desse modo, Mattoso Camara vai dizer que Saussure concentrou-se conscientemente no produto, denominando-o de língua (*la langue*). A este produto (a língua), Saussure opõe a fala (*la parole*), como um campo complexo e confuso à margem da lingüística (MATTOSO CAMARA, 1953: 17). É nessa dicotomia que Mattoso Camara situa suas reflexões sobre a estilística no quadro dos estudos lingüísticos. Segundo este autor, a lingüística apela ao estudo gramatical quando define a língua enquanto produto. Ele discorre sobre a complexidade dos aspectos psíquicos da linguagem, anunciando o que a lingüística deixa à

sua margem ao definir seu objeto. Seu interesse, nessa obra, consiste em elaborar uma estilística ou uma lingüística do estilo, ao lado da lingüística da língua (idem, p. 28). Ele vai destacar a necessidade de estudar o estilo enquanto a parte que escapa ao conceito saussuriano de língua.

CONCLUSÃO

As análises que empreendemos neste trabalho tiveram como objetivo explicitar a relação constitutiva entre os efeitos de sentidos (determinados por filiações específicas, conforme pudemos observar em Júlio Ribeiro e João Ribeiro) produzidos pelo discurso da estilística na produção gramatical do final do século XIX e a constituição do efeito de sentido de língua nacional. Esta relação textualizava a situação de Independência política e lingüística do Brasil em relação a Portugal.

O discurso da estilística, deste ponto de vista, trabalhou este deslocamento lingüístico/político. Ele não é indiferente às questões lingüísticas da época. Ele deu visibilidade às diferenças que reclamavam por sentidos referentes à língua nacional. Este discurso participou da construção da unidade imaginária da língua nacional, sendo um dos lugares em que a diferença (a outra língua) se materializava.

Também foi nosso objetivo alargar a compreensão acerca da estilística e situar o lugar que esta forma de conhecimento ocupa em relação aos estudos referentes à linguagem. Desta perspectiva, podemos dizer que a estilística constrói o lugar da subjetividade da/na língua. Ou seja, vimos que os estudos tradicionais sobre a estilística mostram que a língua é expressiva/emotiva/subjetiva. E que esta língua está ligada ao estilo individual de cada escritor. Este “cria” seu próprio estilo. Portanto, o discurso da estilística estaria ligado à arte literária (à criação literária) que por sua vez está ligado à criação do “belo”. Isto significa dizer que o discurso da estilística continua a velha tradição dos gramáticos, cuja preocupação era com o como se devia escrever. À estilística interessa escrever com “expressividade” o que confere graça, elegância e singularidade ao que foi escrito. Os estudos tradicionais sobre estilística, interpretam o fenômeno da singularidade

de escrita (o estilo, portanto) por este viés. Trata-se, então, de um fenômeno relacionado ao que é subjetivo e por esta via justificam-se as individualidades daqueles que escrevem. Por outro lado, esta subjetividade está relacionada ao interpretável. As palavras podem suscitar “interpretações” diferentes nas pessoas. Elas podem nos fazer “imaginar” coisas. É assim que entendemos esta relação entre a subjetividade e o interpretável no fio do discurso dos estudos tradicionais sobre a estilística. Esta é a posição teórica do primeiro autor que analisamos neste trabalho: Rodrigues Lapa.

Vimos ainda que o discurso literário e o científico se excluem, devido aos efeitos de leitura (o interpretativo e o literal) que eles produzem. Eles constituem duas posições de leitura que não são tão evidentes assim e que derivam de uma divisão social de trabalho da leitura (Pêcheux, 1994). De um lado, o do discurso literário, é a leitura interpretativa que determina o nosso modo de ver as coisas, por outro lado, o do discurso científico, é a leitura literal que condiciona o “como” olhamos para as coisas. Segundo Pêcheux, *“ao longo de toda uma história das idéias que vai do século XVIII ao século XX essas duas culturas não pararam de se distanciar uma da outra, veiculando, cada uma, não somente suas esperanças e ilusões, como também suas manias e seus tabus, ignorando de uma maneira mais ou menos deliberada a própria existência da outra”* (1994: 56).

Nessa direção, procuramos mostrar que a leitura destes arquivos referentes a estudos lingüísticos do final do século XIX (estamos nos referindo, principalmente, à produção gramatical brasileira desta época) deve questionar as interpretações (a literária e a científica) que os recobrem. Buscamos, por esta via de reflexão, compreender os efeitos destas leituras (interpretações) para não (re) produzirmos uma leitura já marcada por estes efeitos (estes lugares de interpretações: o literário e o científico). Desse modo, nossas análises procuraram descrever as relações de força que estão funcionando através desta

divisão social do trabalho de leitura (p. 58). Ou seja, procuramos compreender estes arquivos (especificamente a produção gramatical do final do século XIX) descrevendo as condições em que foram produzidos, tendo em vista o processo de constituição da língua nacional. E já vimos em um trabalho anterior (cf. FRAGOSO, 2001) que o discurso literário é decisivo no processo de construção da unidade imaginária da língua nacional, pois ele dá a visibilidade de uma escritura para esta língua. Ele imprime através desta escritura uma interpretação para esta língua.

Não nos interessava ficar nas evidências destes discursos, isto é, não poderíamos deixar que estas interpretações (a literária e a científica) reduzissem a nossa compreensão acerca da constituição da língua nacional.

Nesse sentido, procuramos situar a estilística em relação à história das idéias lingüísticas do Brasil, observando os efeitos de sentidos que este discurso imprimiu para a língua nacional.

Assim, não reproduzimos a interpretação literária que recobria este discurso, ao invés disso, descrevemos as relações que constituíram as condições de produção deste discurso. Ou seja, este discurso passa a ter um significado mais amplo quando observamos o seu funcionamento no interior de um processo histórico-político: o de legitimação da língua nacional.

Para finalizar, queremos frisar o seguinte: que a língua tem um funcionamento político que precisa ser apreendido para não reproduzirmos a posição interpretativa que se apresenta como evidente, efeito do político/ideológico.

Resumindo, podemos dizer que o que procuramos fazer com este trabalho foi deslocar a estilística de seu lugar tradicional, enquanto uma categoria relacionada à emoção, ao afetivo. Tarefa difícil, pois esta interpretação é dada como natural/inerente à

estilística. Por outro lado, vemos que a descrição de um item sobre o estilo (nas gramáticas brasileiras do final do século XIX) nos esclarece questões relacionadas à constituição da língua nacional, visto que este item se separava da gramática por algum motivo. A estilística vai se constituindo em uma disciplina como forma do discurso gramatical manter sua unidade e sua homogeneidade. Dessa maneira, a estilística surge como uma disciplina para “domesticar” esta língua nacional. É assim que entendemos as negociações que a gramática realizava para tratar desta diversidade, relativa à língua nacional. Parece-me que a Lingüística não abandonou esta tendência de tentar “domesticar” esta diversidade. No âmbito da Lingüística, a estilística visa tratar dos aspectos psicológicos da linguagem e neste ponto ela traz benefícios para a Lingüística (BALLY, 1965: 11).

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. (1985) *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- AUROUX, S. (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- AUROUX, S. (1994) “A Hiperlíngua e a Externalidade da Referência”. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Gestos de Leitura: Da História no Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- BALLY, Charles. (1945) *Le langage e la vie*. 3ª ed. Geneve: Librairie Droz.
- CAMARA JR. J. M. (1953) *Contribuição à Estilística Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Edições da “Organização Simões”.
- CAMARA JR. J. M. (1962) *Ensaio Machadianos: Língua e Estilo*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Acadêmica.
- CAMARA JR. J. M. (1972) *Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.* Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de publicações.
- FERREIRA, Maria C. L. (2000) *Da Ambigüidade ao Equívoco: A Resistência da Língua nos Limites da Sintaxe e do Discurso*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade/UFRGS.
- FOUCAULT, Michel. (1996) *A Ordem do Discurso*. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- FOUCAULT, Michel. (1997) *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- FRAGOSO, É. A. (2001) *A Relação entre Língua (Escrita) e Literatura (Escritura) na Perspectiva da História da Língua no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP:

IEL/UNICAMP.

GALLO, S. L. (1995) *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

GUIMARÃES, E. (1994) “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil”. In: *Relatos (1)*: 3-20. Publicação do projeto “História das Idéias Lingüísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

GUIMARÃES, E. (1996a) “Apresentação: Maximino e um Pouco de História”. In: *Relatos (3)*:3-4. Publicação do projeto “História das Idéias Lingüísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

GUIMARÃES, E. e ORLANDI, Eni P. (orgs.). (1996b) *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes.

GUIMARÃES, E. (1997) “História da Gramática no Brasil e Ensino”. In: *Relatos (5)*: 7-13. Publicação do projeto “História das Idéias Lingüísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

GUIMARÃES, E. (2000) “Os Estudos da Significação no Brasil: Uma História entre o Natural e o Histórico no Século XIX”. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos (4/5)*: 7-18. Campinas, SP: Pontes.

GUIMARÃES, E. (2001) “Política de Línguas na América Latina”. In: *Relatos (7)*. Publicação do projeto “História das Idéias Lingüísticas: Ética e Política das Línguas”.
DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

GUIMARÃES, E. (2004) *História da Semântica: Sujeito, Sentido e Gramática no Brasil*.

- Campinas, SP: Pontes.
- HAROCHE, C. (1992) *Fazer Dizer, Querer Dizer*. Trad. Eni P. Orlandi. São Paulo, SP : Editora Hucitec.
- LAJOLO, M. (1996) “Oralidade, um Passaporte para a Cidadania Literária Brasileira”. In: GUIMARÃES, E. e ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes.
- LAPA, M. Rodrigues. (1945) *Estilística da Língua Portuguesa*. Lisboa: Seara Nova.
- LAPA, M. Rodrigues. (1975) *Estilística da Língua Portuguesa*. 8ª ed., Coimbra Editora, Ltda.
- LECOURT, D. (1980) *Para uma Crítica da Epistemologia*. 2ª ed., Lisboa: Assírio e Alvin.
- MACIEL, Maximino. (1918) *Grammatica Descriptiva*. 7ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves & Cia.
- MALDIDIER, D. (2003) *A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes.
- MILNER, Jean-Claude. (1987) *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- ORLANDI, Eni P. (1993) “Vão surgindo Sentidos”. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso Fundador: A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas, SP: Pontes.
- ORLANDI, Eni P. (1996) *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- ORLANDI, Eni P. (1997) “O Estado, a Gramática, a Autoria”. In: *Relatos (4): 5-12*. Publicação do projeto “História das Idéias Lingüísticas: Construção de um Saber Metalingüísticos e a Constituição da Língua Nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

- ORLANDI, Eni P. (1997) “Língua Nacional e Saber Metalingüístico: um Projeto Singular”. In: *Relatos (5)*: 3-5. Publicação do projeto “História das Idéias Lingüísticas: Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”. DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.
- ORLANDI, Eni P. (1998) “Ética e Política Lingüísticas”. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos (1)*: 7-16. Campinas, SP: Pontes.
- ORLANDI, Eni P. (1999) “Apresentação”. In: *Escritos – Escrita, Escritura, Cidade (5)*: 5-6. Campinas, SP: NUDECRI/LABEUB.
- ORLANDI, Eni P. (2000) “O Estado, a Gramática, a Autoria: Língua e Conhecimento Lingüístico”. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos (4/5)*: 19-34. Campinas, SP: Pontes.
- ORLANDI, Eni P. (2001a) *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes.
- ORLANDI, Eni P. (org.). (2001b). *Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Campinas, SP: Pontes.
- ORLANDI, Eni P. (org.). (2001c) *História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas, SP: Pontes.
- ORLANDI, E. e GUIMARÃES, E. (orgs.). (2002) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem: A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes.
- ORLANDI, E. (2002) *Língua e Conhecimento Lingüístico: Para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez Editora.
- PÊCHEUX, M. e GADET, F. (1981) *La langue introuvable*. Paris: Librairie François Maspero.
- PÊCHEUX, M. (1990) *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi.

Campinas, SP: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1990) “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (19): 7-24. Trad. José H. Nunes. Campinas, SP/ IEL.

PÊCHEUX, M. (1994) “Ler o Arquivo Hoje”. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de Leitura: Da História no Discurso*. Trad. bras. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1995) *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Trad. bras. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

RIBEIRO, João. (1889) *Gammatica portugueza*. 3ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Livraria Clássica de Alves & C.

RIBEIRO, João. (1905) *Páginas de Estética*. Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.

RIBEIRO, João. (1933) *A Língua Nacional*. 2ª ed., São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.

RIBEIRO, Joaquim. (1964) *Estética da Língua Portuguesa*. São Paulo, SP: J. Ozon+Editor.

RIBEIRO, Julio. (1919) *Grammatica Portuguesa*. 13ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves & C.

SILVA JR. Pacheco da e ANDRADE, Lameira de. (1887) *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Franciso Alves.

SILVA JR. Pacheco da. (1903) *Noções de Semântica*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. (1997) *Cidadãos Modernos: Discurso e Representação Política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.